FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

TURISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA TEORIA SUBSTANTIVA DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA

SÃO PAULO
2017

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

TURISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA TEORIA SUBSTANTIVA DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

Campo do Conhecimento: Administração de Empresas

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barbieri

SÃO PAULO
2017

Brandão, Cristiane do Nascimento.
Turismo e mudanças climáticas: uma teoria substantiva das estratégias de adaptação dos meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista / Cristiane do Nascimento Brandão. - 2017.
170 f.

Orientador: José Carlos Barbieri
Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Mudanças climáticas. 2. Turismo. 3. Recursos hídricos - São Paulo (Estado). I. Barbieri, José Carlos. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 556.18(816.1)

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

TURISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA TEORIA SUBSTANTIVA DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barbieri

Data de aprovação:

29 / 06 / 2017

Banca Examinadora:

_____
Professor Dr. José Carlos Barbieri
(orientador) EAESP/FGV

_____
Professor Dr. Djair Picchiai
EAESP/FGV

_____
Professor Dr. Luciel Henrique de Oliveira
PUC/MG

_____
Professor Dr. Geraldo Aparecido Borin
PUC/SP

Ao meu pai Tenilson (*in memorian*), sei que estás sempre por perto.

À minha mãe Luiza.

Aos meus avós, Onildo e Joaquina.

Ao pequeno Luigi, querido sobrinho e afilhado.

Agradecimentos

À Deus, por tudo que tem me permitido experimentar nesta vida.

À minha mãe Luiza, pelo amor, pela compreensão, por acreditar em mim mais do que eu, por ter sofrido comigo todas as aflições desta caminhada.

À minha família (vovó, vovô, tias, tios, irmãos e primos) pelo apoio incondicional, pelo amor e por me encorajar todos os dias. Em especial à tia Juraci e ao vovô por todas as orações.

Às minhas amigas queridas Kalínquia, Sandra, Cilma, Izabelle e Scheila, pelas palavras de incentivo e carinho.

À Sandra, Jana e Leo que me ajudaram nas transcrições das entrevistas.

Em especial ao meu querido orientador Prof. José Carlos Barbieri, que sempre inspirou os melhores resultados. Obrigada pela parceria, pela confiança, por acreditar neste trabalho. Que honra ser sua orientanda. Muito obrigada!!!

Aos professores do CDAE, foi inspirador aprender com vocês!

À coordenação do CMCD, na pessoa do prof. Ely Paiva.

Às queridas Márcia e Bê pelo carinho e disposição em ajudar.

Ao professor Renato Orsato pela ajuda no processo do sanduíche na Austrália.

À Escola de Administração Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, pela oportunidade de crescimento profissional.

Ao querido amigo Edgar Reyes, por me incentivar, por acreditar em mim e por me lembrar quando esqueço de acreditar.

Ao professor Haroldo Amoras, por todo o apoio desde o início desta trajetória. Nunca esquecerei o que o senhor fez por mim.

Às amigas que fiz ao longo dos anos e que entendem perfeitamente todas as angústias e euforias da academia, Fernanda, Aline, Rosângela, Josiane, Cris Moura, Suely, Dafne e Marina.

À amiga Marcilene pela parceria de sempre.

A todos os colegas de doutorado da turma de 2013.

Aos professores Andrew Griffiths e Brent Ritchie da Universidade de Queensland, Austrália, que me receberam e proporcionaram uma experiência sensacional no doutorado sanduíche.

Ao professor Ismar Borges pelas valiosas dicas sobre o sanduíche em Brisbane (AUS).

Aos colegas do DETUR pelo apoio e por compreenderem minha ausência, em especial ao diretor Ricardo Peixoto, incentivador em todos os momentos.

Aos amigos que fiz durante o campo no Circuito das Águas Paulista, em especial ao Anselmo Santucci, sem seu apoio teria sido tudo mais difícil.

A todos os entrevistados do Circuito das Águas Paulista, pois sem vocês esta pesquisa não teria sido possível.

À CAPES, pela concessão de bolsa de doutorado.

À todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram durante esta longa jornada de doutoramento.

O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém.

Dalai Lama

RESUMO

Nos últimos anos, não somente o interesse pela mudança climática (MC) tem crescido, como também diversos esforços de adaptação e mitigação têm sido realizados por organizações e governos de todo o mundo. A adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas, bem como a diminuição de ações que intensificam essas mudanças são vitais, a fim de reduzir as incertezas quanto ao futuro da humanidade. No turismo, ações de adaptação e mitigação são necessárias devido ao elevado potencial que esta atividade tem de afetar e ser afetado pelas mudanças climáticas. Nessa pesquisa, buscou-se analisar como os meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista (CAP) tem se adaptado às mudanças climáticas, a partir do significado que os gestores atribuem às experiências. Com base nessas experiências, construiu-se uma teoria substantiva da adaptação à mudança climática. Em um estudo de caso único, de caráter qualitativo, realizado no CAP, cujo principal propulsor do turismo na região é a qualidade da água proveniente de fontes naturais. Grande parte desses municípios passou por racionamento da água e vivenciaram o prejuízo no setor de turismo. Como resultado, a hipótese da teoria substantiva que se mostrou válida foi a **percepção da crise hídrica** (categoria central), que se refere a crença na mudança climática e nos riscos associados a ela. Para desenvolver qualquer estratégia de adaptação, é necessário que se tenha consciência de que existe uma ameaça à continuidade das operações do negócio. A categoria central possui três propriedades: capacidade de lidar com a mudança climática; adequações estratégicas e fatores financeiros. As propriedades são partes da categoria central e auxiliam a sua definição. O contraste da teoria substantiva com a literatura mostrou que de 10 considerações teóricas, apenas 1 não foi corroborada, o que demonstra ser um resultado significativo para a teoria substantiva da adaptação à mudança climática em meios de hospedagem. A teoria substantiva constatou que o turismo no CAP foi afetado pela crise hídrica, com a redução no fluxo de turista. Percebeu-se claramente que as mudanças climáticas e os eventos climáticos extremos interferem nas decisões de viagem. Ao mesmo tempo, foi relatado que a divulgação na mídia sobre a crise hídrica também afetou o turismo, ocasionando insegurança e prejudicando a imagem do destino turístico. Por fim, verificou-se que o turismo é uma das atividades mais sensíveis à variabilidade climática, pois os destinos turísticos dependem do clima. Espera-se que este trabalho possa colaborar para o entendimento da necessidade de adaptação à mudança climática e aos eventos extremos do clima, em função dos impactos que podem ocasionar aos negócios.

Palavras-chave: Turismo. Mudanças climáticas. Estratégias de adaptação. Crise hídrica.

ABSTRACT

Tourism and Climate Change: The development of the 'substantive theory' on adaptation strategies in the accommodation sector in *Aguas Paulista* Circuit

In recent years, not only the interest on Climate Change (CC) has been increasing, but also many adaptation and mitigation efforts have been made by organizations and government around the world to deal with this issue. The adaption to adverse effects of climate change, as well as the reduction of actions that can contribute to these changes are vital to reduce uncertainties about the future of the mankind. Adaptation and mitigation actions have been necessary in face of the tourism potentialities to contribute to, and to be affected by, the climate change. This research sought to analyze how the accommodation sector on the Aguas Paulista Circuit (APC) has adapted to climate change based on the meaning the managers have attributed to certain experiences. By taking these issues into account, a 'substantive theory' of adaptation to climate change has been developed and applied. In this unique case study, essentially qualitative, and carried out in the APC region, it is worth noting that the main driver of tourism in the region has been the quality of water from natural sources. Most of the municipalities belonging to the APC area have faced water rationing; therefore, they have experienced economic losses in the tourism sector. As a result, the hypothesis related to the 'substantive theory' - which proved to be valid – was the fact that the local satakeholders' perception that the water crisis (central category) is believed by them to be linked to a climate change and to its associated effects. In order to develop any adaptive strategy, it is first necessary to be aware that the observed phenomenon has posed a threat to the continuity of business operations in the region. In this research, the central category has been constituted of three major properties: the ability to cope with the climate change; the strategic adaptations; and, the financial factors. These properties are part of the central category and help to define them. By crisscrossing the 'substantive theory' used in the literature, it was observed that out of 10 theoretical considerations, only 1 has not been corroborated; this proves to be a significant finding about the application of substantive theory on climate change adaptations in the accommodation sector. By using the substantive theory, it was found that tourism in the APC region was affected by the water crisis resulting in a reduction in the tourist flow. It was noticed that the climate change and extreme weather events can interfere in travel decisions. At the same time, it was reported that broadcast news on the water crisis also negatively affected tourism sector, causing uncertainty and damaging the image of the tourism destination. Finally, it was found that tourism is one of the most sensitive activities to climate variability; tourism destinations are highly affected by climate factors. It is expected this work can contribute to the understanding on the need to adapt to the climate change and extreme climate events because of the risk to affect business.

Keywords: Tourism; climate change; adaptation strategies; water crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução da relação entre turismo e mudança climática.....	29
Figura 2	Turismo receptivo em economias avançadas e emergentes.....	31
Figura 3	Anatomia da adaptação à mudança climática.....	41
Figura 4	Variação da severidade dos eventos sem estratégia de adaptação	42
Figura 5	Variação da severidade dos eventos com estratégia de adaptação	43
Figura 6	Interação entre conceitos chave.....	46
Figura 7	Modelo das relações de vulnerabilidade.....	48
Figura 8	Pressupostos metodológicos da pesquisa.....	60
Figura 9	Etapas de coletas e análises de dados.....	75
Figura 10	Localização do Circuito das Águas Paulista.....	81
Figura 11	Logomarca do Circuito das Águas Paulista.....	82
Figura 12	Mapa da cidade de Águas de Lindóia – SP.....	84
Figura 13	Praça Adhemar de Barros em Água de Lindóia – SP.....	84
Figura 14	Museu Histórico de Amparo – SP.....	87
Figura 15	Mapa de Amparo – SP.....	87
Figura 16	Mapa de Holambra – SP.....	90
Figura 17	Moinhos dos Povos Unidos em Holambra – SP.....	90
Figura 18	Mapa da cidade de Jaguariúna – SP.....	92
Figura 19	Maria Fumaça, Jaguariúna – SP.....	92
Figura 20	Mapa da cidade de Lindóia – SP.....	94
Figura 21	Monumento da garrafa, Lindóia – SP.....	95
Figura 22	Mapa da cidade de Monte Alegre do Sul – SP.....	97
Figura 23	Estação de trem em Monte Alegre do Sul – SP.....	98
Figura 24	Mapa da cidade de Pedreira – SP.....	100
Figura 25	Louças produzidas em Pedreira – SP.	101
Figura 26	Mapa da cidade de Serra Negra – SP.....	102
Figura 27	Teleférico em Serra Negra – SP.....	103
Figura 28	Mapa da cidade de Socorro – SP.....	105
Figura 29	*Rafting* no rio do Peixe, Socorro – SP.....	105
Figura 30	Representação gráfica da categoria crise hídrica.....	111
Figura 31	Representação gráfica da categoria adequações estratégicas.....	116
Figura 32	Adesivo sobre uso consciente da água	117
Figura 33	Representação gráfica da categoria desafios da gestão.....	121
Figura 34	Representação gráfica da categoria instâncias de governança.....	127
Figura 35	Representação gráfica da categoria Circuito das Águas Paulista...	130
Figura 36	Relação entre percepção da crise hídrica e o nível de resposta.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Definições de adaptação.....	36
Quadro 2	Desenvolvimento histórico e principais obras da GT.....	63
Quadro 3	Entrevistados e duração das entrevistas.....	71
Quadro 4	Definições de termos do processo de codificação.....	74
Quadro 5	Princípios norteadores dos procedimentos de análise do Atlas.ti.....	75
Quadro 6	Elementos do Atlas.ti.....	76
Quadro 7	Critérios para avaliação da teoria substantiva.....	77
Quadro 8	Técnicas para aprimorar a qualidade da teoria substantiva.....	79
Quadro 9	Propriedades das águas de Águas de Lindóia – SP.....	83
Quadro 10	Principais atrativos turísticos de Águas de Lindóia – SP.....	85
Quadro 11	Principais atrativos turísticos de Amparo – SP.....	88
Quadro 12	Principais atrativos turísticos de Holambra – SP.....	91
Quadro 13	Principais atrativos turísticos de Jaguariúna – SP.....	93
Quadro 14	Principais atrativos turísticos de Lindóia – SP.....	96
Quadro 15	Principais atrativos turísticos de Monte Alegre do Sul – SP.....	99
Quadro 16	Principais atrativos turísticos de Pedreira – SP.....	101
Quadro 17	Principais atrativos turísticos de Serra Negra – SP.....	104
Quadro 18	Principais atrativos turísticos de Socorro – SP.....	106
Quadro 19	Número de meios de hospedagem e leitos no Circuito das Águas Paulista.....	107
Quadro 20	Categorias e subcategorias geradas na codificação aberta.....	110
Quadro 21	Classificação das dimensões da categoria percepção da crise.....	134
Quadro 22	Propriedades da categoria central.....	135
Quadro 23	Classificação das dimensões da categoria adequações estratégicas.....	137
Quadro 24	Situando a teoria substantiva na literatura específica.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Uso direto e indireto da água no turismo.....	57
Tabela 2	Categoria Crise Hídrica.....	112
Tabela 3	Categoria Adequações Estratégicas.....	116
Tabela 4	Categoria Desafios da Gestão.....	121
Tabela 5	Categoria Instâncias de Governança.....	127
Tabela 6	Categoria Circuito das Águas Paulista.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS

CAP	Circuito das Águas Paulista
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
GEE	Gases do Efeito Estufa
MC	Mudanças Climáticas
MH	Meios de Hospedagem
P1	Proposição 1
P2	Proposição 2
P3	Proposição 3

LISTA DE E SIGLAS

IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
KPMG	Mudanças Climáticas Globais e Serviços de Sustentabilidade
MA	Millennium Ecosystem Assessment
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
STCRC	Sustainable Tourism Cooperative Research Centre
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
UNFCCC	Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas
UNWTO	United Nations World Tourism Organization
WEF	World Economic Forum
WMO	World Meteorological Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

1.1 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA 16
1.3 JUSTIFICATIVA 22

2 BASE TEÓRICA 26

2.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TURISMO 26
2.2 ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES 36
2.2.1 RISCO, VULNERABILIDADE E CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO 45
2.3 ADAPTAÇÃO E ÁGUA 52
2.4 MEIOS DE HOSPEDAGEM E USO DA ÁGUA 56

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA 60

3.1 O MÉTODO DA *GROUNDED THEORY* 62
3.2 DESIGN DA PESQUISA 66
3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA 67
3.3.1 SELEÇÃO DO CASO 67
3.3.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA 68
3.3 O EQUILÍBRIO ENTRE OBJETIVIDADE E SENSIBILIDADE 69
3.4 FONTE E COLETA DE DADOS 70
3.5 ANÁLISE DOS DADOS 72
3.5.1 O PROCESSO DE CODIFICAÇÃO 73
3.5.2 A UTILIZAÇÃO DO *SOFTWARE* ATLAS.TI 76
3.6 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA TEORIA SUBSTANTIVA 78

4 A ÁREA SUBSTANTIVA: CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA 81

4.1 O CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA 82
4.1.1 ÁGUAS DE LINDÓIA 83
4.1.2 AMPARO 86
4.1.3 HOLAMBRA 89
4.1.4 JAGUARIÚNA 92
4.1.5 LINDÓIA 94
4.1.6 MONTE ALEGRE DO SUL 98
4.1.7 PEDREIRA 100
4.1.8 SERRA NEGRA 103
4.1.9 SOCORRO 105
4.2 A INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO CIRCUITO 107
4.3 O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL 108
4.4 PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE MHS DO CIRCUITO SOBRE A MUDANÇA CLIMÁTICA .. 110

4.5 Adequações Estratégicas identificadas nos MHs do Circuito 116
4.6 Articulação entre gestores para lidar com eventos extremos do clima .. 121
4.6.1 Desafios da Gestão 121
4.6.2 Instâncias de Governança 127
4.6.3 A Região Turística do Circuito das Águas Paulista 130
4.7 Uma teoria substantiva da formulação de estratégias de adaptação à mudança climática nos meios de hospedagem do CAP 132
4.7.1 A categoria central: Percepção da crise hídrica 132
4.8 Situando a teoria substantiva na literatura 139

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 146

5.1 As contribuições da teoria substantiva para a literatura 147
5.2 As contribuições da teoria substantiva para o turismo para o setor de hospedagem 149
5.3 Sugestões para pesquisas futuras 150
5.4 Limitações da pesquisa 151

REFERÊNCIAS 153

APÊNDICE 162
ANEXO 164

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e questão de pesquisa

Nos últimos anos, não somente o interesse pela mudança climática (MC) tem crescido, como também diversos esforços de adaptação e mitigação têm sido realizados por organizações e governos de todo o mundo. Setores como a agricultura, construção civil, geração de energia e abastecimento de água começaram a desenvolver estratégias e práticas de adaptação. Curiosamente, o setor do turismo, um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas, tem feito relativamente menos. Além de sua estreita ligação natural com o meio ambiente local, ele também pode causar diversos impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Para uma ampla maioria dos cientistas que atuam nas áreas do clima (climatólogos, meteorologistas, geógrafos, geólogos, oceanógrafos, químicos atmosféricos, biólogos, paleoclimatólogos etc.) em instituições científicas renomadas espalhados pelo mundo todo, a mudança climática é um dos maiores desafios da atualidade. Os impactos e os riscos associados a ela já estão acontecendo em muitos sistemas naturais essenciais para a subsistência humana como recursos hídricos, biodiversidade, oceanos, calota polar, zonas costeiras. A adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas, bem como a diminuição de ações que intensificam essas mudanças são vitais, a fim de reduzir as incertezas quanto ao futuro da humanidade.

No turismo, a mudança climática se tornou uma questão chave na agenda política internacional recentemente (GOSSLING, 2011). As três primeiras edições (1990, 1995 e 2001) do relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas - IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change, em Inglês*) pouco mencionaram sobre a importância da mudança climática para o turismo. Contudo, segundo Gossling (2011), os primeiros artigos científicos sobre o tema foram publicados em meados da década de 1980, antes do primeiro relatório do IPCC, por McBoyle et al (1986, 1987) e Wall et al (1986). Esses dois últimos foram, portanto, os primeiros autores a levantar

a discussão acerca dos efeitos que o aquecimento global teria sobre o turismo (GOSSLING, 2011).

Somente a partir do 4º relatório do IPCC, em 2007, foi dada atenção aos possíveis impactos gerados pelo turismo. Antes disso, em 2003, mudança climática emergiu como um novo tema de interesse durante a primeira Conferência Internacional sobre Mudança Climática e Turismo, promovida pela Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (OMT), realizada em Djerba, na Tunísia (DUBOIS e CERON, 2006). Posteriormente, em 2007, tendo por base a declaração de Djerba e com o intuito de apoiar as ações da OMT, realizou-se a segunda Conferência Internacional sobre Mudança Climática e Turismo, em Davos, na Suíça, resultando na Declaração sobre Mudanças Climáticas e Turismo, também conhecida como Declaração de Davos. O documento destacou que as mudanças climáticas devem ser consideradas como o maior desafio para a sustentabilidade do turismo no século XXI.

Simpson, Gossling e Scott (2008) enfatizam que os impactos das mudanças climáticas no turismo, em seus *stakeholders*, nas comunidades adjacentes e setores correlatos, tanto em nível micro quanto macro não devem ser subestimados. A mudança climática pode, por exemplo, produzir efeitos sobre o clima e topografia costeira e, consequentemente, afetar padrões de viagem (GOSSLING, 2011; BUSHELL; SIMMONS, 2013). Tendo em vista os potenciais efeitos da mudança climática no turismo, medidas de precaução poderiam ser úteis para evitar crises sem precedentes (DUBOIS e CERON, 2006). O princípio da precaução está presente na Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas - UNFCCC (2011) (*United Nations Framework Convention on Climate Change*, em Inglês), ecoando o enunciado do princípio 15 da Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, que recomenda antecipar soluções diante de algo que poderá ocorrer, mesmo na ausência de absoluta certeza científica. Dentre outros autores, Barbieri (2013) assevera que o princípio da precaução permite enfrentar, de maneira consciente, diversos problemas ambientais, mesmo os que apresentam incertezas científicas. Ainda segundo o autor, deve-se basear “na seleção de hipóteses plausíveis que sugerem a ocorrência de impactos ambientais graves e de grande extensão” (BARBIERI, 2013, p. 552).

Ações de adaptação e mitigação são necessárias devido ao elevado potencial que o turismo tem de afetar e ser afetado pelas mudanças climáticas. Conforme Bushell e Simmons (2013), o setor do turismo precisa não somente mudar a atitude de seus operadores, mas também aumentar o nível de consciência sobre as questões ambientais associadas com a mudança climática, bem como mudar suas práticas e comportamentos, no sentido de reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Para Gossling (2011), enfrentar a mudança climática é uma questão-chave para alcançar o turismo sustentável.

As contribuições dos autores que se debruçaram sobre este tema, como Adger (2005); Linnenluecke, Griffiths e Winn (2008); Scott e Becken (2010); Scott (2011); Winn et al (2011); Gossling et al (2012); Gossling e Peeters (2015); Meath et al (2015), embora expressivas, trazem ainda muitos questionamentos, dentre os quais: Como melhorar a capacidade de se adaptar às mudanças do clima, tendo em vista que estas têm se tornado mais persistentes e mais extensas? Como as organizações de diferentes setores desenvolvem adaptação e resiliência para enfrentar os efeitos da mudança climática? As empresas têm associado os impactos advindos da sua atividade com a mudança climática? Como as experiências com a mudança climática têm sido traduzidas em adaptação ou resiliência organizacional? Como os tomadores de decisão entendem e interpretam a possibilidade de exposição aos eventos climáticos extremos?

Assim, turismo e mudança climática são questões profundamente interligadas (SAARINEM, 2013; CABRINI, 2013), e têm recebido atenção recentemente na agenda de pesquisa de turismo e em documentos políticos (SCOTT, 2011; GOSSLING ET AL, 2010; UNWTO, 2009). Contudo, em muitos casos as discussões entre turismo e mudança climática ainda são operacionalizadas em campos separados, como comenta Saarinen (2013), mesmo reconhecendo que condições climáticas podem afetar os padrões de viagem aos destinos turísticos, ainda que seja um destino turístico consolidado.

Assim, a relação entre turismo e mudança climática deve ser analisada e entendida no contexto dos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental, como reforça Ishwaran (2013). De igual modo, deve-se considerar a reflexão da OMT, que

reforça a importância do turismo no desafio global da mudança climática e redução da pobreza, bem como a necessidade urgente de adotar políticas que incentivem, de fato, o turismo sustentável, com capacidade de resposta social, econômica, ambiental e climática (UNWTO, 2007).

Nesse contexto, Winn et al (2011) corroboram que a mudança climática tem gerado uma série de novos desafios para as organizações. Diversas pesquisas sobre gestão de carbono e estratégia corporativa de compensação de carbono vêm sendo realizadas há algum tempo (KOLK e PINSKE, 2004; PINSKE, 2007; CADEZ e CZERNY, 2010), já os impactos físicos da mudança climática, bem como a adaptação aos seus efeitos nas organizações tem recebido atenção esparsa nas pesquisas de *management,* como comentam Winn et al (2011); Hoffmann et al (2009) e Linnenluecke et al (2008).

No turismo, os esforços de pesquisa sobre mudança climática se restringem aos estudos realizados principalmente na Europa e Estados Unidos, conforme afirmam Gossling, (2011); Scott e McBoyle (2007) e Scott et al (2003). Pesquisas no segmento de turismo de inverno relataram algumas práticas de adaptação à mudança climática (SCOTT; MCBOYLE, 2007; GOOSLING ET AL 2012). Sobre turismo em outras estações do ano ou em outras regiões praticamente há poucas pesquisas. Existem, portanto, diversas lacunas de pesquisa sobre turismo e adaptação à mudança climática.

O setor de turismo é sensível à variabilidade climática, muitos destinos turísticos dependem do clima, e este define a duração e a qualidade do turismo em uma temporada (Cabrini, 2013). Saarinen e Tervo (2010), Correa-Macana e Camim (2013) destacam que os países em desenvolvimento e comunidades que dependem economicamente do turismo, principalmente aquelas em que o turismo se baseia em ambiente naturais (praias, montanhas, rios, etc), estão mais suscetíveis aos impactos das alterações do clima. Embora o fenômeno da mudança climática seja um problema planetário, os países mais pobres são os que enfrentam os maiores riscos, mesmo que não sejam os principais emissores de gases do efeito estufa (CORREA-MACANA; CAMIM, 2013).

No Brasil, pesquisas sobre mudança climática e turismo são ainda mais recentes (BORDA et al, 2013). A fim de ampliar esse campo de estudos, considera-se importante a realização de pesquisas que relacionem mudança climática, sustentabilidade e turismo. Considerando também o aumento esperado no número e na gravidade dos eventos climáticos extremos, é indispensável que as organizações de diversos setores, inclusive o do turismo, formulem estratégias de adaptação e resiliência de longo prazo e aprendam a se adaptar às surpresas e descontinuidades ecológicas (LINNENLUECKE, GRIFFITHS e WINN, 2012; CABRINI, 2013).

Assim, se por um lado o turismo contribui para a mudança climática (IPCC, 2007), em função do uso de energia de fontes não renováveis, emissões de gases do efeito estufa GEE, mudanças no uso do solo, por exemplo; de outro lado é afetado por ela, devido a mudanças nas estações, alterações no clima e aos eventos climáticos severos (SAARINEN et al, 2013; TERVO; SAARINEN, 2010; DUBOIS; CERON, 2006). Este é outro ponto de destaque que torna essa pesquisa oportuna e necessária.

Com base nos argumentos apresentados, bem como na urgência em ampliar os conhecimentos científicos e na tentativa de preencher algumas lacunas do conhecimento sobre mudança climática no contexto de organizações, é que se propôs esta pesquisa.

A presente pesquisa também busca atender aos chamados de Adger (2003) e Gossling et al (2012), que sugerem a realização de estudos em países em desenvolvimento, tendo em vista que pouco se sabe como essas nações lidam com as mudanças climáticas. Sobre isso os autores questionam: Quais os riscos e vulnerabilidade das organizações localizadas em países em desenvolvimento? Como as organizações melhoram sua capacidade de adaptação nos países em desenvolvimento? Cabrini (2013) e Reddy e Wilkes (2013) mencionam a existência de *gaps* teóricos quanto à política de mitigação e adaptação a mudança climática e sua implementação. E apesar do notável progresso realizado na última década, existem inúmeras lacunas teóricas quanto à capacidade adaptativa do setor de turismo; quanto à percepção do turista e dos operadores sobre os riscos da mudança

climática; e sobre o desenvolvimento de estratégia de adaptação para manter a viabilidade econômica e a competitividade dos destinos turísticos (SCOTT; GOSSLING; HALL, 2012).

As respostas às questões mencionadas a pouco poderiam levar à formulação de uma teoria geral sobre estratégia de adaptação a mudança climática no contexto organizacional. Contudo, a efetivação de uma pesquisa desse porte, seria exaustiva. Embora existam diversas abordagens teóricas que poderiam explicar como as organizações se adaptam à mudança climática, certamente elas não conseguiriam explicar todos os aspectos relevantes e todas as particularidades desse fenômeno. Em função disso, buscou-se desenvolver uma teoria substantiva representativa para o contexto em análise.

Nesta pesquisa, propõem-se uma teoria fundamentada nos dados, coletados e analisados sistematicamente, capaz de captar a essência deste fenômeno que emergiu dos dados, ou seja, a partir da percepção dos entrevistados, conforme sugere Bandeira-de-Mello (2002). Seguindo a vertente de Strauss e Corbin (2008), não se assumiu um referencial teórico denso a priori. O que se fez, nesta pesquisa, foi escolher o tema e apresentar, de maneira geral, alguns conceitos pertinentes à declaração do problema de pesquisa.

O presente estudo pretendeu contribuir para a construção de um referencial teórico específico para a adaptação a mudança climática no turismo. Ou seja, a elaboração de uma teoria substantiva sobre a formulação de estratégias de adaptação a mudança climática no setor de hospedagem do Circuito das Águas Paulista - CAP.

Uma teoria substantiva é um conjunto de relações que oferece uma explicação plausível para um fenômeno estudado (STRAUSS; CORBIN, 1994). Para Goulding (1999), teorizar é o processo de construção de explicações alternativas até que se obtenha um "melhor ajuste" para explicar os dados. A diferença entre a teoria formal e a teoria substantiva, é que a primeira é mais geral e aplicada a diversas disciplinas e fenômenos. Já a segunda se ajusta a um determinado grupo ou situação e não objetiva a generalização além de sua área substantiva (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010). Com essa perspectiva de desenvolvimento teórico, a pergunta de

pesquisa que norteou este estudo foi: **Como ocorre a formulação de estratégias de adaptação às mudanças climáticas?**

Este estudo tornou-se viável a partir da utilização da *Grounded Theory* (GLASER; STRAUS, 1967; STRAUS; CORBAIN, 2008), seguindo uma abordagem qualitativa, interpretativa e descritiva do caso.

1.2 Objetivo geral

Analisar como os meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista tem se adaptado às mudanças climáticas.

1.2.1 Objetivos específicos

- Analisar como os riscos da mudança climática são percebidos pelos gestores dos meios de hospedagem.
- Identificar aspectos relevantes do processo de adaptação à mudança climática e eventos climáticos extremos.
- Entender se existe articulação entre os gestores para lidar estrategicamente com eventos climáticos extremos.
- Propor uma teoria substantiva da estratégia de adaptação à mudança climática nos meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista, que relacione os aspectos mais relevantes do processo, conforme a percepção dos gestores.

1.3 Justificativa

O que influenciou na escolha do Circuito das Águas de São Paulo - CAP, foi, principalmente, o reconhecido potencial turístico da região e a situação de estiagem

pela qual o Estado de São Paulo passou entre 2014 e 2015. Com base em reportagens de jornais, resumos de relatórios técnicos publicados em redes sociais e na mídia em geral, tomou-se conhecimento de que o problema da escassez de água havia se alastrado por diversos municípios, e prejudicou várias atividades econômicas, a exemplo da agricultura, da pesca, o comércio local e o turismo.

Composto por nove municípios, a saber: Águas de Lindoia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindoia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro, localizados na Serra da Mantiqueira, esses municípios compõem a região turística Circuito das Águas Paulistas, presente no mapa da regionalização do turismo brasileiro 2017.

Com base nas recomendações da OMT, o Ministério do Turismo - MTur, quando de sua criação em 2003, adotou uma política focada no desenvolvimento regional. Assim, elaborou a Política Nacional de Turismo, sendo o Programa de Regionalização do Turismo[1], seu principal modelo de gestão. Na perspectiva da regionalização, ainda que um município não possua um potencial latente para o turismo, ele pode se beneficiar das atividades turísticas. Por exemplo, pode ser um provedor ou fornecedor de mão de obra ou produzir algo que desperte o interesse dos turistas ou visitantes. A regionalização permite que os ganhos com o turismo não se concentrem no município que recebe o turista, mas em toda a região turística. Por região turística, entende-se “o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (BRASIL, 2004, p. 27).

Trata-se de uma região bastante conhecida em São Paulo e segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2013), as nove cidades têm vocação para o turismo de aventura, para o turismo termal e rural e recebem, anualmente, sete milhões de turistas.

Particularmente, no CAP, o principal propulsor do turismo na região é a qualidade da água proveniente de fontes naturais, muitas delas conhecidas internacionalmente

[1] A regionalização do turismo é um modelo de gestão de política pública, descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões (BRASIL, 2004, P. 11).

(BRASIL, 2013). Grande parte desses municípios passou por racionamento da água e vivenciaram o prejuízo no setor de turismo. Desse modo, considerando que a adaptação à mudança climática pode se beneficiar da experiência adquirida em reação a eventos climáticos extremos, através da implementação de planos de adaptação e gestão proativa de riscos (IPCC, 2007), pretendeu-se investigar as estratégias de adaptação utilizadas pelos meios de hospedagem para reduzir os riscos associados à mudança climática.

Nessa pesquisa, a área substantiva foi delimitada pelo setor de hospedagem (hotéis, hotéis fazenda e pousadas) do Circuito das Águas Paulista. A hotelaria é um dos segmentos mais representativos do turismo, tendo em vista que reúne intenso fluxo de pessoas e de negócios, que vão desde investimentos em construção, manutenção e modernização dos imóveis, até a mão-de-obra voltada às atividades de prestação de serviço aos hóspedes; em função disso, decidiu-se estudar esse setor. O circuito das águas, com suas nove cidades soma quase 24 mil leitos, número bastante expressivo para o contexto brasileiro.

Essa pesquisa buscou ampliar o conhecimento sobre o tema estratégia de adaptação às mudanças climáticas no contexto das organizações. Em termos práticos, espera-se contribuir para que as empresas do setor do turismo se sensibilizem quanto à importância de se prepararem para enfrentar os desafios da mudança climática. Que o setor de turismo possa repensar formas de reduzir seus impactos sejam eles ambientais, sociais, culturais ou climáticos, tornando-se destinos sustentáveis, ou seja, preocupados não só com a viabilidade econômica do negócio, mas também com a sociedade e com o meio ambiente.

Esta tese está dividida em 5 Capítulos. Sendo o primeiro esta introdução, onde foi apresentado o tema, a questão de pesquisa, os objetivos da investigação, e o escopo da pesquisa. No Capítulo 2 é apresentada a literatura utilizada para declarar o objetivo da pesquisa e para a formulação de questões que serviram como ponto de partida para a coleta de dados. O Capítulo 3 aborda a metodologia adotada na pesquisa e descreve o método da *Grounded Theory*, o design da pesquisa, a seleção do caso, fontes e coleta de dados e a análise dos dados.

No Capítulo 4 é apresentada a análise dos dados, que mostra um histórico sobre os municípios que compõem o Circuito, seguido da percepção dos gestores sobres a mudança climática, depois apresenta as adequações estratégicas identificadas, e por fim a teoria substantiva e seus desdobramentos. Na sequência o Capítulo 5 evidencia as considerações finais da pesquisa.

2 BASE TEÓRICA

Neste tópico é apresentada a literatura utilizada para declarar o objetivo da pesquisa, bem como para formulação de questões que serviram como ponto de partida para a fase de coleta de dados. Seguindo-se a vertente proposta por Strauss e Corbin (2008), o pesquisador inicia com uma área de estudo definida - neste caso, mudanças climáticas no contexto do turismo – e permite que a teoria surja a partir dos dados.

Poder-se-ia ter elaborado um referencial teórico robusto envolvendo a literatura sobre estratégia aplicada aos negócios. Contudo, como os fenômenos organizacionais, como a adaptação estratégica, podem ser entendidos sobre várias óticas, e por se tratar de um fenômeno multifacetado, a explicação do processo de adaptação a partir de teorias gerais poderia acarretar o risco de comprometer a área substantiva desta pesquisa.

O levantamento da literatura também teve o objetivo de basear a crítica com relação à insuficiência de pesquisas empíricas relacionando turismo, adaptação e mudança climática e evidenciar a necessidade de construção de teoria substantiva.

Nas próximas seções, são apresentados os principais conceitos envolvidos no processo de adaptação a mudança climática no contexto do turismo. Inicialmente é abordada a relação entre turismo e mudança climática. Em seguida apresenta-se uma revisão sobre estratégia de adaptação a mudança climática no contexto das organizações; e as definições de risco, vulnerabilidade e capacidade de adaptação. Posteriormente é abordada a relação entre adaptação e água e por fim meios de hospedagem e o uso da água.

2.1 Mudanças Climáticas e Turismo

Segundo o IPCC (2007), mudanças climáticas são alterações no estado do clima que podem ser identificadas por alterações na média e / ou na variabilidade de suas

propriedades e persiste por um longo período, podendo ser décadas ou mais. Podem ocorrer devido a processos naturais ou devido a mudanças antropogênicas persistentes na atmosfera da terra.

O turismo recebe diversos tipos de influências, desde as estruturais (recursos naturais, tendências do próprio setor, mudanças provocadas por alterações climáticas), bem como por fatores conjunturais (crise econômica, questões de segurança, flutuações no preço do dólar e do combustível), conforme mencionam Cavaco e Simões (2009). Já os fatores de ordem psicológica explicam a escolha de um destino turístico em detrimento de outros (MACHETE, 2011) e interferem no desejo de viajar.

Os fatores estruturais mencionados, não só contemplam o clima, como é por ele condicionado (PERRY, 2005; WILBANKS, 2007). Conforme Simpson (2007) e Simpson, Gossling e Scott (2008), as mudanças climáticas podem desencadear diversas alterações nos recursos naturais, como por exemplo, a degradação estética da paisagem, a perda da biodiversidade, alterações no ciclo de produção agrícola, erosão em áreas litorâneas, e também o aumento da incidência de doenças transmitidas por vetores. Essas alterações podem prejudicar as atividades econômicas a exemplo do turismo, e interferir nas decisões de viajem.

As mudanças climáticas podem se apresentar na forma de eventos extremos relacionados ao clima, que podem causar diversos impactos. Para Simpson, Gossling e Scott (2008), os principais impactos se dividem em duas grandes categorias: 1) aumento da frequência e magnitude dos eventos extremos, incluindo: enchentes, furacões, tornados, ciclones, secas, incêndios e tempestades e; 2) variações acumuladas que incluem: aumento do nível e temperatura do mar, derretimento de geleiras, desertificação, salinização da água, assoreamento e degradação, mudanças na temperatura do solo e ar, o aumento da altura das ondas, flutuação dos níveis de precipitação, mudanças nas estações, dentre outras.

O primeiro relatório do IPCC (1990), pouco mencionou o turismo. O segundo relatório (1995) concluiu que deveria ser dada maior importância ao turismo nos próximos relatórios, em função das prováveis consequências da mudança climática para o setor

não estarem bem entendidas (SCOTT; BECKEN, 2010). Porém, o primeiro artigo científico sobre mudança climática e turismo foi publicado em meados da década de 1980, portanto, antes do primeiro relatório do IPCC (GOSSLING, 2011), por McBoyle et al (1986) e Wall (1986), que levantaram a discussão sobre os efeitos que o aquecimento global teria sobre o turismo.

Em 1996, iniciou-se a discussão sobre as contribuições do turismo para a mudança do clima global, em função das emissões de gases do efeito estufa (GEE) provenientes do transporte de milhões de turistas, com as pesquisas de Bach e Gossling (1996) e Becken (2002). Contundo, a terceira edição do relatório do IPCC, AR3 (2001) não reconheceu a contribuição do turismo para a mudança climática através das emissões de GEE. Já o número de pesquisas envolvendo turismo e mudanças climáticas praticamente dobrou nos anos seguintes (2002 a 2006), com contribuições de autores da América do Norte, Europa e Nova Zelândia. O aumento no volume de pesquisa disponível para o AR5 (2007) possibilitou maior atenção ao turismo pelo menos nos capítulos regionais sobre a África, Austrália e Nova Zelândia.

Em 2003, mudança climática emergiu no cenário internacional do setor de turismo como um novo campo de interesse, tendo iniciado por meio de mobilização política durante a primeira Conferência Internacional sobre Mudança Climática e Turismo, promovida pela Organização Mundial do Turismo (DUBOIS; CERON, 2006). Os participantes se reuniram em Djerba, Tunísia, de 9 a 11 de Abril de 2003, convocados pela OMT, a convite do Governo da Tunísia.

A Conferência resultou na Declaração de Djerba, que entre outros pontos, considerou a relação entre turismo e mudança climática, e em particular os impactos que estas estão produzindo em diferentes tipos de destinos turísticos, não ignorando que diversos tipos de transportes utilizados para o movimento turístico e outros componentes da indústria do turismo, igualmente contribuem para alterações climáticas (UNWTO, 2003). Conforme dados da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas – OMT (*Wolrd Tourism Organization* - UNWTO, em Inglês) e UNEP, a indústria do turismo contribui com aproximadamente 5% das emissões de dióxido de carbono e outros gases do efeito estufa (UNWTO/UNEP, 2008). Outro documento internacional que reconheceu a importância global do turismo foi a Avaliação do

Milênio (MA, 2005) (*Millennium Ecosystem Assessment*) que listou as atividades de recreação e ecoturismo como serviço ecossistêmico cultural.

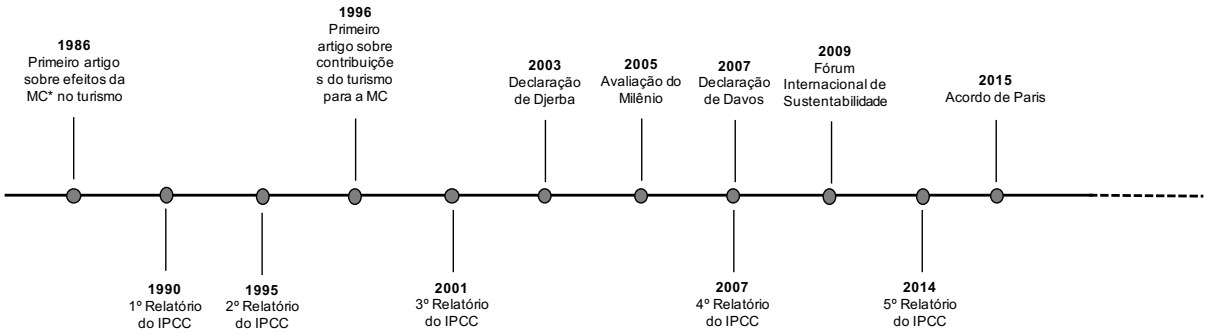
Baseado na declaração de Djerba e com o intuito de apoiar as ações da OMT, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente - PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (*World Metereological Organization*, WMO, em Inglês), com o apoio do Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum* – WEF) e do Governo suíço, realizou-se a segunda Conferência Internacional sobre Mudança Climática e Turismo, em Davos, na Suíça, de 1 a 3 de outubro de 2007.

O documento denominado Declaração sobre Mudanças Climáticas e Turismo, conhecida também como Declaração de Davos, destacou que as mudanças climáticas deveriam ser consideradas como o maior desafio para a sustentabilidade do turismo no século 21. A declaração introduziu a ideia do *quadruple bottom line* da sustentabilidade, referindo-se à promoção de viagens responsáveis que apoiem o turismo sustentável incorporando considerações climáticas, além das dimensões, ambientais, sociais e econômicas (UNWTO, 2007); a dimensão climática seria a quarta linha do "*quadruple bottom line*". O documento também desenvolveu outros objetivos com relação à mitigação e recomendou ainda as seguintes ações:

- Mitigar as emissões de gases do efeito estufa (GEE), decorrentes especialmente de transporte e acomodação;
- Adaptar as empresas e os destinos turísticos às condições da mudança climática;
- Utilizar tecnologias novas e existentes para melhorar a eficiência energética e;
- Assegurar recursos financeiros para ajudar as regiões e os países pobres.

As contribuições do turismo para a mudança climática começaram a ser debatidas no final da década de 1990 (REDDY; WILKES, 2013) e posteriormente nos trabalhos de Becken (2002; 2005 e 2007). Já em 2003, com a declaração de Djerba; em 2007, com a declaração de Darvos e em 2009, com o Fórum Internacional de Sustentabilidade, Mudança Climática e Turismo, realizado pela Universidade de Bournemouth, enfatizou-se a necessidade de abordar os aspectos da mudança climática e da sustentabilidade visando a viabilidade de longo prazo da indústria do turismo (REDDY;

WILKES, 2013). A evolução da relação entre turismo e mudança climática pode ser observada na Figura 1.



*MC = Mudança Climática.
Figura 1 – Evolução da relação entre turismo e mudança climática.
Fonte: Elaborado pela autora.

O quinto relatório do IPCC AR5 (2014) apresenta recomendações sobre os impactos do turismo. O documento recomenda reduzir a pressão sobre os ecossistemas provocada pela poluição e pelo turismo, principalmente o turismo de massa. O relatório aponta ainda, *gaps* relacionados à adaptação a mudança climática no turismo; ao entendimento limitado do turista em resposta aos impactos da mudança climática; ao conhecimento e preocupação limitados sobre os riscos da mudança climática no segmento de turismo rural; a vulnerabilidade à mudanças climáticas e eventos extremos no turismo costeiro, principalmente em países em desenvolvimento, dentre outros. Já o Acordo de Paris (dezembro de 2015), deu atenção significativa à adaptação e à construção de resiliência para com às condições climáticas. A evolução e ênfase dadas dada à adaptação se justifica pelas consequências inevitáveis das alterações do clima, bem como pela disparidade entre as promessas de redução das emissões e os objetivos da política climática do Acordo de Paris. O Acordo estabeleceu que "... o objetivo global de aumento da capacidade de adaptação, fortalecimento da resiliência e redução da vulnerabilidade às mudanças climáticas (...) e exige que cada signatário se envolva no processo de planejamento da adaptação e reporte a implementação e avaliação das ações como parte do ciclo quinquenal do inventário global" (ONU, 2016, p. 25, tradução nossa). O compromisso do Acordo de Paris, deveria se traduzir em estratégias para transformar o turismo em economia de baixo carbono, bem como melhorar a compreensão dos riscos climáticos necessários para fortalecer a resiliência climática das empresas e dos destinos turísticos.

Ainda assim, o entendimento sobre como a variabilidade climática poderia afetar o setor, bem como sua potencial vulnerabilidade à mudança climática continuam limitados (SCOTT; BECKEN, 2010; WALL, 2007). Destarte, os impactos das mudanças climáticas no turismo, em seus *stakeholders*, nas comunidades adjacentes e setores correlatos, tanto em nível micro como macro não devem ser subestimados (SIMPSON; GOSSLING; SCOTT, 2008).

No turismo, mitigação e adaptação às mudanças climáticas são dois lados da mesma moeda (SAARINEN et al, 2013). A indústria do turismo deve estar preocupada com a mitigação de seus impactos, tendo em vista que suas atividades são vulneráveis à alteração climática (TERVO e SAARINEN, 2013; DUBOIS e CERON, 2006). Deve também melhorar sua capacidade de adaptação para lidar com os impactos da mudança climática (SCOTT e BECKEN, 2010) e desenvolver estratégias de curto, médio e longo prazo adaptar suas atividades (GOSSLING, 2011).

Durante as últimas seis décadas, o turismo tem experimentado contínua expansão e diversificação, tornando-se um dos setores de maior crescimento no mundo (UNWTO, 2014). Aos destinos mais tradicionais da Europa e América do Norte já se juntaram muitos outros. Segundo a OMT (UNWTO, 2011), a chegada de turistas internacionais registrou crescimento praticamente ininterrupto: passando dos 25 milhões em 1950 para 278 milhões em 1980; e de 528 milhões em 1995 para 1,087 bilhão em 2013. De acordo com as previsões da OMT, as chegadas de turistas internacionais em escala mundial terão crescimento anual de 3,3% entre 2010 e 2030, até alcançar 1,8 bilhão em 2030, como ilustra a Figura 2.

A linha azul da Figura 2 mostra o crescimento do turismo em economias avançadas e a linha laranja, o crescimento do turismo em economias emergentes (UNWTO, 2011). Como se observa, destinos turísticos emergentes ultrapassam os de economia avançada a partir de 2015.

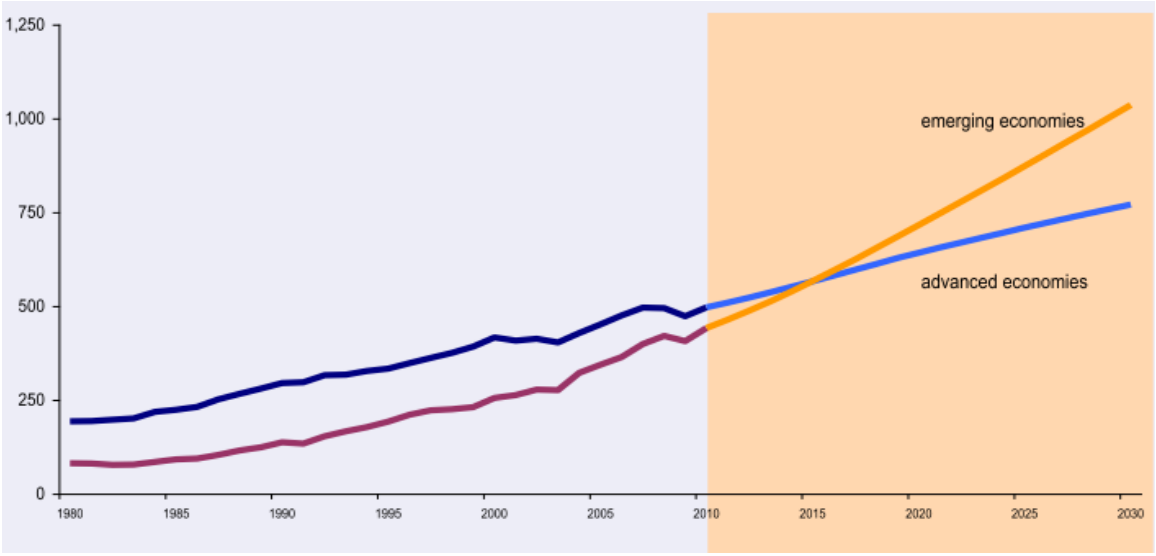


Figura 2 – Turismo receptivo em economias avançadas e emergentes.
Fonte: OMT, 2011, p. 14.

O crescimento do turismo em escala global traz diversos benefícios socioeconômicos, como aumento e criação de novos postos de trabalho, novos negócios e receita de exportação, mas também tem consequências para o meio ambiente que precisam ser quantificadas e avaliadas, considerando que o turismo afeta e é afetado pela variabilidade e mudança climática (CABRINI, 2013; SAARINEN et al, 2013; TERVO E SAARINEN, 2013; SCOTT E MCBOYLE, 2007).

Gossling (2002) realizou um estudo sobre os principais impactos do turismo no meio ambiente. Segundo o autor, partindo-se de uma perspectiva global, o turismo contribui para: i) mudanças na cobertura e uso do solo; ii) aumento do uso de energia; iii) mudanças bióticas e extinção de espécies; iv) dispersão de doenças e; v) mudanças na percepção e entendimento do meio ambiente.

Além dos impactos mencionados, o uso da água também é uma questão importante, pois muitas regiões já enfrentam sua escassez. O turismo, por sua vez, pode acelerar a existência desses problemas, pois os turistas geralmente usam mais água durante a viagem do que em casa (GOSSLING, 2002). Assim, as atividades turísticas podem contribuir para o aumento substancial do consumo de água. Ainda de acordo com Gossling (2002), todas as mudanças iniciadas pelo turismo ocorrem localmente ou individualmente, mas se somam ao fenômeno global. Assim, a atividade demanda por alternativas de adaptação e mitigação.

Dubois e Ceron (2006) levantaram três importantes questões acerca dos efeitos da mudança climática no turismo. A primeira refere-se aos efeitos da mudança nos recursos climáticos e ambientais, incluindo água, paisagem e neve. Após avaliação dos impactos, os autores lançam a seguinte questão: “como o turismo pode se adaptar?”. A segunda questão refere-se à contribuição do turismo para a mudança climática, tendo em vista que o transporte é o elemento que mais contribui para as emissões de GEE. Assim, os autores questionam: “quais as formas de mitigar as emissões?” “Que metodologias de avaliação deverão ser utilizadas em nível local, nacional, global?”. Por fim, a terceira, está relacionada às políticas de mitigação dos gases de efeito estufa provenientes do turismo, portanto, “como implementar políticas de mitigação efetivas?” Dada a expressiva contribuição do turismo para o aquecimento global, o setor deve se preocupar com políticas de atenuação (por exemplo, créditos de carbono). Essas questões ainda carecem de mais investigações empíricas (DUBOIS E CERON, 2006).

Embora o número de publicações relacionadas às interações entre turismo e mudança climática tenha dobrado entre 1996 - 2000 e 2001 - 2005 (SCOTT et al, 2005). As pesquisas sobre adaptação e mitigação da mudança climática no turismo ainda se encontram em estágio inicial (BECKEN, 2005; ARNELL E DELANEY, 2006; SCOTT E MCBOYLE, 2007), permanecendo limitados em alguns capítulos regionais do relatório do IPCC (AR5). Como comentam Scott; Hall; Gossling (2015), a forma como o turismo foi abordado no AR5 continua a ser um indicador importante das lacunas regionais de conhecimento (SCOTT; HALL; GOSSLING, 2015).

Alguns estudos sobre práticas de adaptação à mudança climática foram encontrados, especificamente, no segmento de turismo de inverno, devido a sua dependência pela disponibilidade de neve. Scott e McBoyle (2007) realizaram pesquisa sobre estratégias de mitigação e adaptação em estações de *ski* do Canadá e EUA, que tem sofrido constante redução no nível de neve, chegando a prejudicar o desempenho das atividades e levando algumas estações a interromperem suas atividades. Conforme o resultado da pesquisa, as práticas de adaptação utilizadas e difundidas dividem-se em dois tipos: tecnológica (sistemas de neve artificial; desenvolvimento de encosta; práticas operacionais e a chamada *cloud seeding,* que é a tecnologia utilizada para modificar a temperatura e produzir precipitação de neve adicional); e novas práticas

de negócios (áreas de *ski* indoor; conglomerados de *ski*; diversificação de receitas; marketing). Os autores destacam uma lacuna no conhecimento sobre turismo de inverno que seria a adaptação por parte da demanda. E concluem que somente quando a estratégia de adaptação incluir oferta e demanda será possível abranger a complexidade dos impactos regionais e econômicos das mudanças climáticas sobre turismo de esportes de inverno (SCOTT; MCBOYLE, 2007).

Na pesquisa de Hoffmann et al (2009), também sobre o segmento de turismo de inverno, foi desenvolvido um *framework* para a elaboração de medidas de adaptação. Assim, foram consideradas três formas de como a mudança climática pode afetar o negócio. i) a atividade é afetada (as mudanças climáticas podem afetar a capacidade de realizar com sucesso as atividades do negócio em uma determinada parte da empresa); ii) até que ponto o negócio não foi afetado (alguma parte da empresa pode não ser afetada); e iii) a empresa é afetada (todos os possíveis impactos da mudança do clima afetam o sucesso financeiro da empresa). Assim, os autores estruturaram os cenários possíveis para a decisão sobre as medidas de adaptação de acordo com as três direções estratégicas mencionadas.

Hoffmann et al (2009), verificaram que a consciência sobre possíveis impactos da mudança climática teve resultado positivo no âmbito da adaptação corporativa. No entanto, não ficou confirmada a hipótese de que a vulnerabilidade dos negócios influencia positivamente o escopo da adaptação. Esse resultado implica dizer, que nem sempre a empresa mais afetada é a que mais se engaja nas medidas de adaptação. A análise identificou ainda, que a dependência em relação ao negócio afetado e a capacidade de adaptação são determinantes para que as empresas definam e sigam direções estratégicas para se adaptar. Uma maior dependência dos negócios por parte da empresa leva-as a buscar mais medidas para protegê-los. E finalmente, uma maior capacidade de adaptação implica na busca de outras medidas para proteger, bem como para expandir além dos negócios afetados (HOFFMANN et al, 2009).

Nota-se que mudança climática é uma questão complexa, portanto, requer respostas complexas (LAUKKONEN et al, 2009), e continuará a ter efeitos que vão exigir que as empresas, nos mais variados setores e regiões, se adaptem apropriadamente em

nível local. Políticas públicas direcionadas também podem aumentar o alcance da adaptação nas organizações, influenciando no aumento do nível de consciência acerca dos possíveis efeitos das mudanças climáticas (HOFFMANN et al, 2009; SCOTT E MCBOYLE, 2007). Os autores também recomendam investigar as razões para adaptação limitada por parte das empresas altamente vulneráveis, bem como determinar se e quais recursos organizacionais são demandados para elaborar estratégia de adaptação.

Uma comparação realizada pela rede holandesa de Mudanças Climáticas Globais e Serviços de Sustentabilidade - KPMG (2008), concluiu que ambos os setores, turismo e aviação possuem baixo nível de consciência sobre os riscos da mudança climática e mostraram poucas evidências de estratégias de adaptação para lidar com os desafios da mudança climática. Os riscos podem ser maiores em determinados países, como a Austrália, por exemplo, que segundo *Sustainable Tourism Cooperative Research Centre - STCRC* (2009), possui diversos atrativos sob o risco da mudança climática.

Pesquisa mais recentes, como o estudo de Gossling et al (2012) sobre a demanda de água no turismo, concluiu que seu uso direto relacionado às atividades turísticas é menor do que 1% do consumo global, e não se tornará significativo, mesmo que o setor continue a crescer a taxas previstas de 4% ao ano (chegadas de turistas internacionais). Contudo, a situação é diferente quando analisada em nível local, porque o turismo concentra o fluxo de viajante muitas vezes em destinos secos onde os recursos hídricos são limitados.

O autor ressalta que a compreensão sobre o uso indireto de água no turismo, incluindo a produção de alimentos, materiais de construção e energia, permanece limitada, mas é provável que seja mais substancial do que o uso direto da água. A pesquisa concluiu que, com as alterações esperadas nos padrões de precipitação global devido às mudanças climáticas, é aconselhável, principalmente, para destinos cujos recursos hídricos sejam escassos, que se envolvam na gestão proativa da água (GOSSLING et al, 2012).

O relatório do IPCC (2014), igualmente confirma que mudanças na precipitação e disponibilidade de água serão um dos principais impactos da mudança climática a serem vivenciados em escala local. Por fim, o relatório indicou que insuficientes respostas de adaptação aos impactos emergentes da mudança climática já estão corroendo as bases do desenvolvimento sustentável, e por extensão as do turismo sustentável. Biagini et al (2014) e Scott; Hall; Gossling (2015) corroboram que a magnitude da mudança climática representa uma ampla e severa ameaça aos esforços de desenvolvimento existentes e o alcance dos objetivos futuros de sustentabilidade, incluindo a sustentabilidade do turismo.

Até recentemente o turismo era visto como a indústria “branca”, não poluente (GOSSLING, 2011). No entanto, como se pôde perceber diante dessa exposição sobre mudança climática e turismo, ele tanto afeta como é afetado pelas alterações climáticas. Por isso, o assunto vem ganhando importância, principalmente no cenário internacional, por meio dos organismos internacionais, pesquisadores, dentre outros *stakeholders* que tem direcionado seus esforços em estudar estratégias de adaptação à mudança climática no contexto organizacional.

2.2 Estratégias de adaptação às mudanças climáticas no contexto das organizações

Um dos maiores entraves para a compreensão das implicações das mudanças climáticas nos destinos turísticos tem sido a falta de avaliações setoriais integradas que analisam toda a gama de potenciais impactos e suas interações (SCOTT; HALL; GOSSLING, 2015). A mudança climática expõe as pessoas, sociedades, setores econômicos e ecossistemas ao risco (IPCC, 2014). Existem duas respostas à mudança e variabilidade climática: adaptação e mitigação (SMITH et al, 2000; IPCC, 2001; 2007; FUSSEL; KLEIN, 2005).

De acordo com o dicionário, “adaptar” significa ajustar, amoldar, acomodar, harmonizar-se, adequar-se, conformar-se; e “adaptação” é o ato ou efeito de adaptar-se, ajustar-se (AMORA, p.14, 2011). Na biologia, é o desenvolvimento de

características genéticas ou comportamentais que possibilitam os organismos ou sistemas a lidarem com mudanças ambientais, no sentido de sobreviver e se reproduzir (FUTUYAMA, 1993). Quanto ao processo de adaptação dos sistemas humanos, define-se como “aquele pelo qual grupos de pessoas melhoram ou criam um novo método de lidar com mudanças no ambiente” [...] (O’BRIEN; HOLLAND, 1992, p. 37).

O conceito de adaptação tem sido utilizado explicita e implicitamente nas ciências sociais, na ecologia política, no direito e nos estudos sobre segurança alimentar (SMIT; WANDEL, 2006). Nas discussões sobre mudanças climáticas o IPCC define adaptação como os ajustes nos sistemas naturais ou humanos em resposta a estímulos climáticos reais, esperados ou seus efeitos [...] (IPCC, 2000). As definições dadas pelo IPCC têm sido usadas e adaptadas por diversos autores, conforme Quadro 1.

Definição	**Autor (es), Ano**
Adaptação à mudança climática inclui todos os ajustamentos no comportamento ou estrutura econômica que reduz a vulnerabilidade da sociedade para mudanças no sistema climático	Smith et al, 1996
Adaptação tem a missão de modificar os sistemas ecológicos e sociais para se ajustar às alterações climáticas	Barnett, 2001
Adaptação é o ajustamento de um sistema para moderar impactos da mudança climática, visando ganhar vantagem com novas oportunidades ou lidar com as consequências	Adger et al 2003
A adaptação visa moderar os efeitos adversos de uma inevitável mudança climática através de uma gama de ações que são direcionadas ao sistema vulnerável	Fussel; Klein, 2005

Quadro 1 – Definições do termo adaptação.
Fonte: Veja as obras dos autores citados nas Referências.

Já a mitigação, segundo Smith et al (2000), é a resposta à mudança climática que envolve a redução ou estabilização de gases do efeito estufa ou dos seus níveis. Também pode ser definida como uma intervenção para reduzir a pressão antropogênica no sistema climático (IPCC, 2007). Inclui estratégias para reduzir as fontes e as emissões de gases de efeito estufa, bem como aumentar seus sumidouros (IPCC, 1995). Já Gossling (2011), define mitigação como a ação de atenuar, intervir para reduzir os impactos das alterações climáticas.

Mais recentemente, o 5º relatório do IPCC (2014) declarou que adaptação e mitigação são estratégias complementares para reduzir e gerir os riscos da mudança climática. De acordo com o relatório, as reduções substanciais das emissões durante as próximas décadas podem diminuir os riscos climáticos no século 21, além disso, aumentar a eficácia da adaptação, reduzir os custos da mitigação a longo prazo, tornar os sistemas mais resistentes ao clima e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, as duas estratégias (adaptação e mitigação) diferem uma da outra em pelo menos três aspectos importantes (KLEIN et al, 2005). A primeira diferença entre mitigação e adaptação está relacionada com as escalas espaciais e temporais em que elas são eficazes. A segunda diferença é o grau em que seus custos e, em particular, seus benefícios podem ser determinados, comparados e agregados.

Os benefícios da adaptação são mais difíceis de expressar em uma única métrica, o que dificulta as comparações entre as opções de adaptação. Já a mitigação, independentemente da diversidade de opções, todas servem para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, tendo em conta os seus benefícios globais, mesmo sem saber em que lugar do mundo a mitigação ocorreu, a relação custo-benefício destas opções pode ser determinada e comparada (KLEIN et al, 2005). Por fim, a terceira diferença diz respeito aos atores e tipos de políticas envolvidas na sua execução. Geralmente são bem organizadas, estreitamente ligadas a formulação de políticas nacionais e, usualmente as decisões de investimento variam de médio a longo prazo (KLEIN et al, 2005).

Comparada à adaptação, o número de atores setoriais envolvidos na mitigação é limitado. Em contrapartida, os atores envolvidos na adaptação representam uma grande variedade de interesses setoriais, incluindo agricultura, turismo e recreação, saúde, abastecimento de água, gestão costeira, planejamento urbano e conservação da natureza, dentre outros. Enquanto esses setores têm em comum serem potencialmente impactados pelas mudanças climáticas, as decisões quanto à possibilidade ou não de se adaptar são tomadas em diferentes níveis, variando de agricultores individuais a agências nacionais de planejamento, por exemplo (KLEIN et al, 2005).

Tanto a adaptação, quanto a mitigação podem reduzir os riscos da mudança climática para a natureza e a sociedade. No entanto, é preciso entender que os seus efeitos variam ao longo do tempo e lugar. Segundo IPCC (2007, p.70), enquanto a mitigação traz benefícios globais, os benefícios da adaptação ocorrem em grande parte em escala regional ou local. Dados os riscos potenciais associados com a mudança climática, um esforço para se caracterizar e compreender a adaptação está em curso. Assim, as adaptações do passado devem ser complementadas com política e pesquisa sobre a atual capacidade de adaptação dos governos, da sociedade civil e dos mercados para lidar com perturbações climáticas (ADGER et al., 2003).

Smit et al. (2000), baseando-se nos primeiros relatórios do IPCC, explica que deve-se distinguir o tipo, caracterizar os atributos e especificar as aplicações da adaptação. Tendo em vista que a mesma pode se referir tanto ao sistema natural, quanto ao socioeconômico, bem como pode ser direcionada a diferentes variabilidades ou eventos do clima. Os autores também classificam a adaptação como reativa ou antecipatória; e dependendo do seu grau de espontaneidade, ela pode ser independente ou planejada. Além disso, pode assumir a forma tecnológica, econômica, legal e institucional (SMIT et al, 2000).

A adaptação à mudança e variabilidade climática tem sido cada vez mais considerada nas pesquisas acadêmicas, e sua importância vem sendo reconhecida nos debates políticos internacionais (SMITH et al, 2000). Adger et al (2005) menciona que tanto os indivíduos, quanto as empresas são vulneráveis aos riscos climáticos, e essa vulnerabilidade pode atuar como um *driver* para uma gestão adaptativa dos negócios. Assim, no contexto organizacional, o aumento da exposição a eventos climáticos extremos tem gerado novos desafios para as organizações, e requerem o desenvolvimento de novas *capabilities* e recursos organizacionais para lidar com a imprevisibilidade, o aumento da frequência e severidade desses eventos (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2010; 2012).

Ressalta-se que conceitos como adaptação, capacidade adaptativa, vulnerabilidade, resiliência, exposição e sensibilidade, estão inter-relacionados e possuem ampla aplicação na literatura sobre as mudanças climáticas globais (SMIT; WANDEL, 2006). Ainda segundo Smit e Wandel, (2006), tais conceitos também são aplicados a

diversos fenômenos de interesse (biológico econômico, social, etc.), bem como em diferentes escalas de tempo (momentâneo, meses, anos, décadas, séculos).

Não é novidade que as organizações lidam constantemente com desafios e mudanças inesperadas. Mudanças repentinas têm sido enquadradas no contexto das rupturas nos sistemas e atividades econômicas, podendo ocorrer em função de greves, mudanças na demanda dos clientes e da concorrência, crises industriais, acidentes, dentre outros; o que resulta no entendimento e desenvolvimento de mecanismos de adaptação aos riscos e crises (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2010, 2011). Contudo, de acordo com Barnet (2001), poucas mudanças ambientais, apresentam tanta incerteza e potencial para consequências desastrosas como aquelas associadas com a mudança climática e aos eventos climáticos extremos, em particular.

Nesse contexto, as organizações devem se preparar para tais eventos, haja visto que esses têm se tornado cada vez mais frequentes e por vezes, mais severos. Uma maneira de lidar com tais eventos é a formulação de estratégias de adaptação (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2008; LINNENLUECKE; STATHAKIS; GRIFFITHS, 2011). Para Adger et al (2005), esse processo pode ser entendido como os resultados das medidas que uma empresa implementa para se adaptar a mudança climática. Tais medidas podem ter diferentes direções estratégicas, que refletem os diversos objetivos da empresa com relação à adaptação às mudanças climáticas (HOFFMANN et al, 2009).

A efetiva adaptação à mudança climática é influenciada pela a disponibilidade de informações sobre dois elementos importantes: “quem ou o quê adaptar?” e “como adaptar?”, e também com relação aos recursos para implementar a adaptação (FUSSEL; KLEIN, 2005; SMIT et al, 2000). Smit et al (2000) acrescentam um terceiro elemento: “adaptar para que?”. No estudo desses autores, denominado “anatomia da adaptação”, os três elementos mencionados acima definem, mais facilmente, a questão “o que é adaptação?”.

Assim deve-se: especificar/definir o sistema de interesse, que pode ser um indivíduo, uma comunidade, uma nação, um ecossistema ou um setor econômico (quem ou o que adaptar?); o estímulo relacionado ao clima, por exemplo, temperatura,

precipitação, seca, considerando sua magnitude e frequência (adaptar para que?); e o processo e as formas envolvidas (como adaptar?). Por fim, a avaliação da adaptação pode ser baseada em critérios como custos, benefícios, equidade, eficiência, urgência e implementabilidade. A Figura 3 mostra a descrição da anatomia da adaptação segundo Smith et al (2000).

Smit et al (2000) fazem ainda uma distinção entre as condições climáticas a serem consideradas na adaptação, dividindo-as em três categorias: mudança climática global; variabilidade e; eventos extremos isolados ou catástrofes climáticas.

- Mudança climática – refere-se a tendências e/ou cenários de longo prazo referentes a temperaturas médias e parâmetros climáticos disponíveis;
- Variabilidade – é a variação das condições climáticas em torno da média climatológica, podendo incluir mudanças ou alterações na forma de frequência/probabilidade, por períodos que variam de poucos anos a várias décadas.
- Eventos extremos isolados ou catástrofes climáticas – referem-se a um evento que é raro no âmbito da sua distribuição de referência estatística. Incluem enchentes, secas e tempestades.

As três categorias mencionadas não são independentes. Eventos extremos fazem parte da variabilidade, que por sua vez é uma característica inerente do clima, inclusive da mudança climática (SMIT et al, 2000).

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas têm causado impactos nos sistemas naturais e humanos em todos os continentes. Tais impactos são devido às alterações do clima, independentemente da sua causa, indicando a sensibilidade dos sistemas naturais e humanos a essas mudanças (IPCC, 2014). Eventos extremos, tais como secas, enchentes e tempestades tropicais são cada vez mais frequentes e recorrentes, inclusive no Brasil.

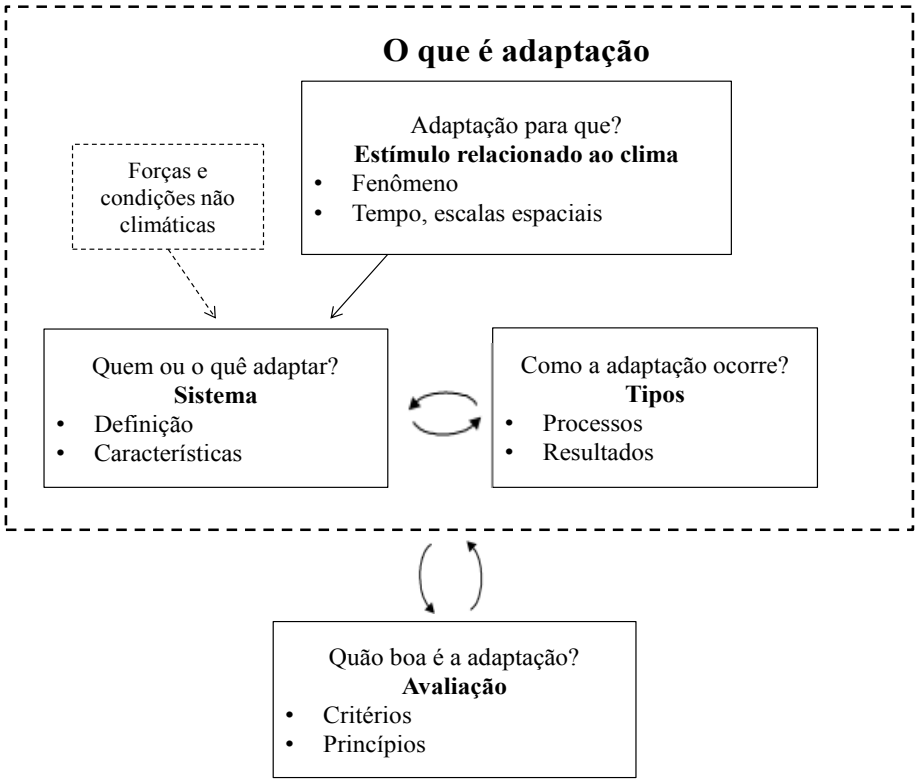


Figura 3 – Anatomia da adaptação à mudança climática.
Fonte: SMIT et al 2000, p. 230.

Segundo pontuou o segundo relatório do IPCC (1996), os sistemas mais vulneráveis são aqueles com maior sensibilidade às mudanças climáticas e com o mínimo de adaptabilidade. Assim, é importante entender como as organizações lidam com essas rupturas no seu ambiente de negócios. Winn et al (2011), sugere enfocar nos tipos de *capabilities* necessárias para que a organização se torne menos sensível, e assim, menos vulnerável aos impactos da mudança climática. Já Linnenluecke et al (2008; 2012) argumentam que o aumento na intensidade e/ou severidade dos eventos extremos geram a necessidade urgente de entender e gerenciar a adaptação organizacional e a resiliência em resposta aos impactos de possíveis descontinuidades. Park et al (2012) destacam medidas de adaptação incremental, que está relacionada a adoção de ações que não requerem maiores decisões ou informações para adotá-la e em função disso, requer pouco tempo e recurso financeiro para a sua implementação. Já Wise et al (2014) sugerem concentrar esforços no desenvolvimento de técnicas e ferramentas para lidar com a incertezas climáticas.

Antes de ir adiante, é importante compreender três termos relacionados à adaptação: capacidade de enfrentamento *(coping range)*, resiliência e falha de enfrentamento (IPCC, 2007):

1. Capacidade de enfrentamento: representa a magnitude da perturbação que qualquer sistema, como comunidade, empresa ou ecossistema pode tolerar sem impactos adversos significativos ou sem cruzar limites críticos;
2. Resiliência: é a capacidade de se recuperar de alguma mudança ou situação indesejada e retornar ao seu estado original;
3. Falha de enfrentamento: inicia a partir do ponto em que a intensidade dos danos é tal, que um sistema não pode mais tolerar sem efeitos adversos significativos.

As Figuras 5 e 6 simulam dois cenários, o primeiro com medidas de adaptação e o outro sem. Na ausência de medidas de adaptação, com o aumento da gravidade do evento, caso a capacidade de enfrentamento (parte mais clara da seta) e resiliência (parte intermediária da seta) não sejam bem desenvolvidas, ocorre o aumento da falha de enfrentamento (parte mais escura da seta), tornando o sistema cada vez mais suscetível aos impactos das mudanças climáticas, conforme Figura 4.

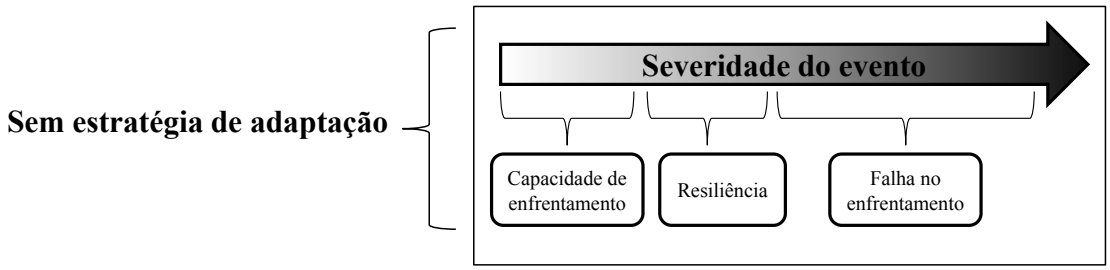


Figura 4 – Variação da severidade dos eventos sem estratégia de adaptação.
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em IPCC (2007).

Na presença de medidas de adaptação, a Figura 5 mostra que quando as estratégias de adaptação estão aptas, mesmo com o aumento da gravidade do evento, verifica-se que a capacidade de enfrentamento (parte mais clara da seta) e resiliência (parte intermediária da seta) são maiores e a margem de falha (parte mais escura) diminui.

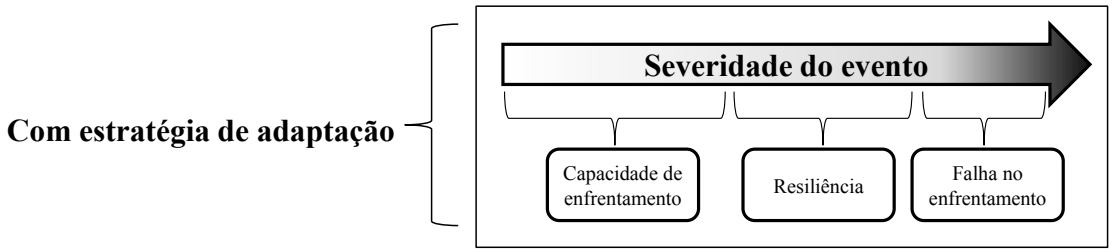


Figura 5 – Variação da severidade dos eventos com estratégia de adaptação.
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em IPCC, 2007.

Percebendo que a elaboração de estratégia é necessária para aumentar a capacidade de adaptação das sociedades e grupos mais vulneráveis, uma agenda pesquisa emergente está focada em identificar determinantes da resiliência (ADGER, 2003). Para o autor, as lições aprendidas com adaptações presentes e passadas têm ajudado nesse processo.

Apesar das pesquisas sobre adaptação abordarem o ajustamento às mudanças externas, elas atualmente não contemplam a forma como as organizações respondem, de imediato, aos impactos físicos de eventos extremos (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2012). Segundo esses autores, a literatura sobre descontinuidades ecológicas sugere que as organizações geralmente são capazes de empreender medidas de adaptação antecipatórias de modo a ampliar sua capacidade de lidar com eventos extremos, contudo, nem sempre as medidas de adaptação são implementadas rápido o suficiente para aliviar o impacto (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2012).

A vulnerabilidade de destinos turísticos tem sido enfatizada por diversos autores (SCOTT; BECKEN, 2010; GOSSLING et al, 2012; GOSSLING; PEETERS, 2015), pois apesar dos efeitos potenciais de crises naturais ou mesmo influenciadas pelo homem, poucas organizações de turismo têm desenvolvido estratégias de adaptação e prevenção de crises e desastres, como destacou Faulkner (2001) e asseveram Gossling e Peeters (2015). O que para Ritchie (2003) é surpreendente, tendo em vista que gestão de risco, recuperação de desastres e capacidade adaptativa são importantes competências para gestores tanto do setor público quanto do setor privado.

A subseção a seguir, apresenta as definições e a interação entre risco, vulnerabilidade e capacidade adaptativa, que são conceitos chave para os processos de adaptação e mitigação. Ressalta-se que essas definições abrangem apenas o escopo da mudança climática, não é objetivo desta seção aprofundar na literatura sobre gestão de risco.

2.2.1 Risco, Vulnerabilidade e Capacidade de Adaptação

O termo "vulnerabilidade" é usado em inúmeras disciplinas, como economia, antropologia, psicologia e engenharias (ADGER, 2006), bem como em grandes áreas como as ciências da vida e ciências sociais (GALLOPÍN, 2006). Também é utilizado de maneiras diferentes por diversas comunidades de pesquisa, preocupadas com segurança alimentar, desastres naturais, gestão de risco, saúde pública, alteração ambiental global, mudanças climáticas, dentre outros temas (FUSSEL; KLEIN, 2005). Segundo Adger (2006) e Gallopín (2006), existem divergências em suas abordagens, bem como pontos em comum nas pesquisas sobre vulnerabilidade, nas áreas social e ecológica, mas particularmente, na arena sócio ambiental.

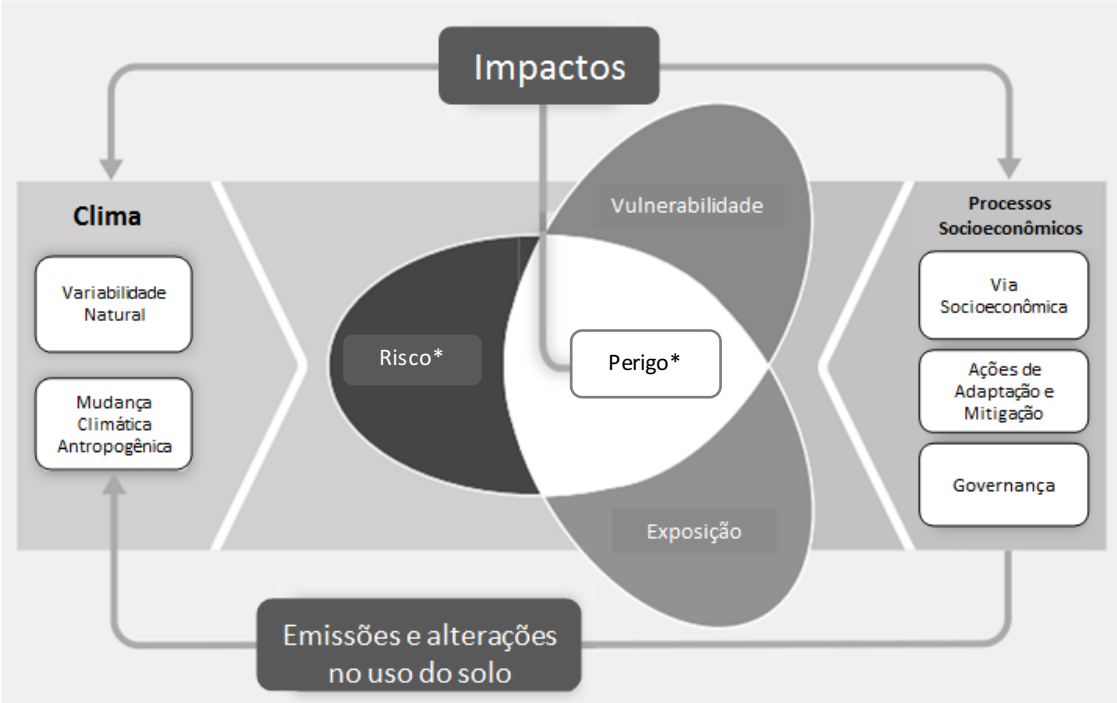
Segundo o glossário do quinto relatório do IPCC, vulnerabilidade é o grau em que um sistema é susceptível ou incapaz de lidar com os efeitos adversos da mudança climática, incluindo a variabilidade climática e eventos extremos (IPCC, 2014). Tanto a vulnerabilidade como a resiliência são geralmente vistas como sendo específicas para lidar com as tensões que atingem o sistema; entretanto, um sistema pode ser vulnerável a certas perturbações e a outras não (GALLOPÍN, 2006). Fussel e Klein (2005) complementam que a vulnerabilidade inclui uma dimensão externa, que é representada pela "exposição" de um sistema às variações climáticas, bem como uma dimensão interna, que compreende a sua "sensibilidade" e sua "capacidade de adaptação" para tensões relacionadas ao clima.

Para Brooks et al (2005), vulnerabilidade é essencialmente uma variável de estado, determinada pelas propriedades internas de um sistema. Para esses autores, a vulnerabilidade depende criticamente do contexto; já os fatores que tornam um sistema vulnerável ao risco dependerão da natureza do sistema e do tipo de risco em

questão. Impactos do clima relacionados a eventos extremos, tais como ondas de calor, seca, enchentes, ciclones e incêndios, revelam a vulnerabilidade e a exposição significativa de alguns ecossistemas e de sistemas humanos (IPCC, 2014).

A contribuição do Grupo de Trabalho II, para o Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (WGII AR5, sigla em Inglês), consistiu em avaliar como os padrões de risco e benefícios potenciais estão sendo alterados devido à mudança climática. Assim, analisou-se de que maneira os impactos e riscos relacionados à mudança climática podem ser reduzidos e gerenciados através da adaptação e da mitigação (IPCC, 2014). De acordo com o AR5, o caráter e a gravidade dos impactos da mudança climática e eventos extremos emergem da interação entre o **risco** (desencadeado por um evento ou tendência), a **vulnerabilidade** (susceptibilidade para ser prejudicado) e a **exposição** (pessoas, bens ou ecossistemas em risco). A Figura 6 ilustra a interação desses conceitos chave.

As mudanças, tanto no sistema climático (parte esquerda da Figura 6), como nos processos socioeconômicos, incluindo a adaptação e mitigação (parte direita) são condutores de riscos, exposição e vulnerabilidade (IPCC, 2014). O risco também pode ser representado como a probabilidade de ocorrência de um desastre ou uma série de eventos com um resultado indesejável, multiplicado pela magnitude das consequências, quando esses eventos ocorrem (BROOKS et al, 2005; IPCC, 2014). Por fim, a exposição e a vulnerabilidade são influenciadas por uma vasta gama de fatores e processos sociais, econômicos e culturais (IPCC, 2014).



*A palavra a palavra “risco” foi utilizada como tradução para *risk* e a palavra “perigo” para *hazards.*
Figura 6 – Interação entre conceitos chave.
Fonte: IPCC, p. 3, 2014.

Segundo Adger (2006), as pesquisas sobre vulnerabilidade relacionada à mudança do clima abrangem todas as tradições antecedentes e sucessoras. O desafio para os pesquisadores dessa área é o desenvolvimento de métodos robustos e críveis, que incorporem a percepção do risco e também a governança sobre os mecanismos que medem a vulnerabilidade e promovem ações de adaptação e resiliência (ADGER, 2006). O termo vulnerabilidade apresenta uma variedade de contextos, assim, essa subseção não teve como objetivo adotar uma abordagem ou outra, mas apresentar um panorama geral sobre esse conceito chave. Tendo em vista que a avaliação da vulnerabilidade, como se observa a partir dos relatórios do IPCC, mostram tendências claras para as análises interdisciplinares sobre as consequências potenciais das mudanças climáticas; para a integração das avaliações de impacto e adaptação; e para a integração das alterações climáticas com outras tensões e preocupações.

Nesse contexto, a “vulnerabilidade” tem sido uma poderosa ferramenta analítica para descrever estados de susceptibilidade a danos, impotência e marginalidade de sistemas físicos e sociais, e para orientar a análise normativa de ações para melhorar o bem-estar através da redução do risco (FUSSEL; KLEIN, 2005; ADGER, 2006).

Também é frequentemente conceituada como sendo constituída por componentes que incluem a exposição e sensibilidade a perturbações ou tensões externas, e a capacidade de adaptação (KELLY; ADGER, 2000; BROOKS, 2003; BROOKS et al, 2005; FUSSEL; 2005; FUSSEL; KLEIN, 2005; ADGER, 2006).

Capacidade de adaptação (ADGER, 2006; SMIT; WANDEL, 2006 IPCC, 2007; 2014) ou capacidade de resposta (GALLOPÍN, 2006) é a habilidade que um sistema tem de se ajustar às mudanças climáticas (incluindo a variabilidade climática e eventos extremos) e moderar danos potenciais, de modo a tirar vantagens das oportunidades ou lidar com as consequências (IPCC, 2001; 2007; FUSSEL; KLEIN, 2005). De outra maneira, é a capacidade de uma sociedade ou uma organização de modificar suas características e/ou comportamentos para melhor lidar com as mudanças no ambiente externo (ADGER, 2006). A capacidade de adaptação permite que a organização evolua no sentido de acomodar os riscos ambientais ou mudanças políticas para expandir a gama de variabilidade com que pode lidar (ADGER, 2006; ADGER ET AL, 2007). Para Smit e Wandel (2006), a adaptação em si, é uma manifestação da capacidade de adaptação e, portanto, se apresenta como forma de reduzir a vulnerabilidade.

As relações básicas da vulnerabilidade são retratadas no diagrama de Venn na Figura 7. Os conjuntos maiores representam as tensões mais amplas e as forças que determinam a exposição e sensibilidade que moldam a capacidade de adaptação em nível local, indicados pelos conjuntos menores. A interação das forças sociais e ambientais determinam exposições e sensibilidades; e várias forças sociais, culturais, políticas e econômicas formam a capacidade de adaptação. A sobreposição reconhece que os processos de exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação são frequentemente interdependentes.

Winn et al (2011) corroboram que alguns setores são particularmente vulneráveis às variações de temperatura e condições climáticas, a exemplo da agricultura, pesca e turismo. Ritchie (2003) confirma que o turismo é altamente suscetível às pressões e fatores externos. Outros setores que também podem sofrer efeitos potencialmente devastadores são os ligados a produção e fornecimento de energia e água (SCOTT; MCBOYLE, 2007). Portanto, existe a necessidade de entender os impactos que a

mudança climática pode ocasionar nas organizações, bem como conhecer sua capacidade de prevenir e de se adaptar a esses impactos (WINN et al, 2011).

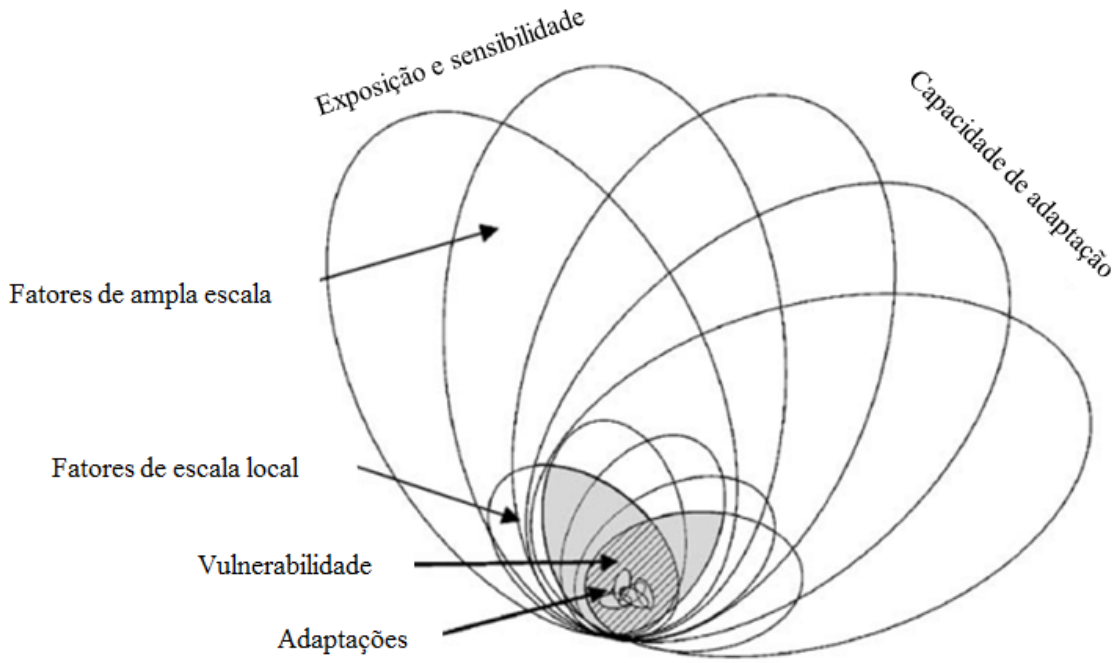


Figura 7. Modelo das relações de vulnerabilidade.
Fonte: SMIT; WANDEL, p. 286, 2006.

Segundo Brooks et al (2005), quando a adaptação não acontece instantaneamente, a relação entre a capacidade de adaptação e a vulnerabilidade depende crucialmente dos prazos e riscos com os quais se está preocupado. Nesse contexto, a vulnerabilidade ou potencial vulnerabilidade de um sistema associado aos perigos (da mudança climática) previstos em médio e longo prazos, dependerá da capacidade desse sistema de se adaptar de forma adequada em antecipação a esses perigos (BROOKS et al, 2005). Sendo assim, construir capacidade de adaptação é crucial para a seleção e implementação de opções de adaptação eficazes (IPCC, 2014, p. 19).

De acordo com Brooks (2003), capacidade de adaptação às mudanças climáticas pode ser classificada em fatores de risco específicos e genéricos, e em fatores endógenos e exógenos. Os fatores genéricos da capacidade de adaptação nos sistemas sociais compreendem fatores não climáticos, tais como, recursos econômicos, tecnologia, informações e habilidades, infraestrutura, instituições. Já os

fatores endógenos, referem-se às características e comportamento do grupo social considerado. Enquanto que os fatores exógenos consideram o contexto econômico e geopolítico mais amplo (BROOKS, 2003).

Fussel e Klein (2005) asseveram que a capacidade adaptativa, que determina a viabilidade da implementação da adaptação, é influenciada por medidas que devem ser consideradas como facilitadoras da adaptação. Os autores mencionam ainda, a capacidade mitigação como parte do quadro conceitual que tem a mesma estrutura da adaptação. Assim, a capacidade de mitigação de uma região, setor ou unidade social pode ser melhorado com medidas de facilitação, tais como o estabelecimento de um sistema de crédito de carbono (FUSSEL; KLEIN, 2005).

Vale mencionar que os perigos das mudanças climáticas podem persistir por milênios e pode envolver risco muito elevado de impactos graves, bem como a presença de irreversibilidades significativas, quando combinados com uma capacidade adaptativa limitada (IPCC, p. 77, 2014). Nota-se que, com o passar dos anos, pesquisadores têm realizado importantes contribuições visando melhorar o entendimento e a conscientização sobre os problemas relacionados à mudança climática. Tais esforços têm focado em: quantificar as mudanças climáticas e as consequências biofísicas, sociais e econômicas dos riscos climáticos; desenvolver e aplicar métodos para avaliar a vulnerabilidade das comunidades e dos ecossistemas; fornecer princípios gerais e estratégias amplas de adaptação; identificar oportunidades e barreiras à adaptação, dentre outras (WISE et al, 2014).

Outra contribuição que importa salientar é quanto ao emprego do princípio da precaução. Barbieri (2013) menciona que apesar das incertezas científicas que ainda permeiam o terreno das mudanças climáticas, as organizações devem adotar medidas apropriadas às ameaças de danos plausíveis, ou seja, em cenários de incerteza, o princípio da precaução é um critério para a tomada de decisão. O autor reforça que o princípio da precaução está presente no marco legal de diversos países, inclusive o Brasil, portanto, já não faz mais sentido deixar de empregá-lo quando necessário (BARBIERI, 2013).

Nesse contexto, Lopes; Morais e Barbieri (2016) chamam a atenção sobre os princípios da precaução e da prevenção, que mesmo possuindo significados diferentes – principalmente na gestão ambiental – ainda causam muita confusão. Segundo esses autores, a prevenção se aplica às situações nas quais se consegue estabelecer a probabilidade de ocorrência de um dano, ainda que de forma subjetiva, e seu modo de ocorrência; a precaução, às situações em que há incertezas sobre a ocorrência de um problema e como o problema irá se apresentar. Em outras palavras, o princípio da prevenção visa reduzir riscos conhecidos e o da precaução, lidar com as incertezas.

Embora as empresas possam tolerar alguma variabilidade nas condições ambientais, como mudanças sazonais, as mudanças ambientais mais persistentes e/ou extremas podem levar a vulnerabilidades, especialmente se essas mudanças não forem previstas e/ou se a capacidade de adaptação for limitada, conforme enfatizam Linnenluecke; Stathakis; Griffiths (2011). Biagini et al (2014) destacam, que para aumentar a adaptabilidade e resiliência para as mudanças climáticas, a integração da adaptação ao desenvolvimento está sendo cada vez mais enfatizada. O IPCC destaca que o desenvolvimento sustentável pode reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas, incentivando a adaptação, aumentando a capacidade adaptativa e a resiliência (2007, p. 76).

Até o momento, grande parte da literatura de adaptação tem sido teórica, refletindo a ausência de dados empíricos sobre esses esforços de adaptativos (BIAGINI, 2014). Scott, Hall e Gossling (2015) corroboram a ausência de estudos empíricos principalmente na África, Ásia, América Central e América do Sul, e destacam que os poucos estudos existentes têm contemplado somente destinos costeiros. Segundo esses autores, Austrália e Nova Zelândia compreendem a maioria das pesquisas e evidencia uma gama de impactos, níveis de consciência e preocupações de diversos *stakeholders* do turismo e sobre os limites da adaptação. Gossling et al (2012), destacam, por exemplo, que a questão da água pode ser um potencial risco para o turismo e evidenciam a necessidade de adaptação. Em função disso, Wheeler et al (2013) recomendam que as organizações melhorem sua capacidade de se adaptar a mudança climática e à possível redução da disponibilidade de água.

2.3 Adaptação e água

Os relatórios do IPCC AR3 (2001), AR4 (2007), apresentam evidências de que as alterações climáticas e eventos extremos do clima podem afetar significativamente os sistemas hidrológicos do planeta, especialmente nos países menos desenvolvidos.

Em relação aos recursos hídricos, o Brasil tem uma posição privilegiada, pois abriga 12% da disponibilidade mundial de água, que é de 1,5 milhão de m^3/s (MARENGO, 2008). Ainda de acordo com Marengo (2008), a região amazônica, habitada por menos de 5% da população brasileira, detém 74% dos recursos hídricos superficiais. A menor vazão média por habitante é observada na região hidrográfica do atlântico nordeste oriental, que possui uma média inferior a 1.200 m^3 por habitante por ano (MARENGO, 2008). Mesmo com toda essa disponibilidade de água, nota-se que ela é mal distribuída pelo território brasileiro.

Além do desperdício, fatores como impermeabilização do solo, canalização de cursos fluviais, remoção da vegetação nativa, dentre outros, desencadeiam ou agravam os processos de erosão e de inundações (IPCC, 2007). Em outros casos, a ocorrência de eventos extremos do clima é responsável por longos e recorrentes períodos de seca em diversas regiões. Em ambos os casos, empresas e sociedade em geral, devem ficar atentos, tendo em vista que a água é um recurso fundamental e utilizado para os mais diversos fins, tais como: consumo doméstico, abastecimento industrial, recreação, lazer, geração de energia, diluição de despejos, irrigação, navegação, agricultura, paisagem natural e artificial, dentre outros.

Como a mudança climática pode afetar diversos ecossistemas, a vulnerabilidade com relação ao fornecimento de água, à segurança alimentar, desastres naturais, bem como a saúde humana é agravada (Gossling, 2011). Os impactos das mudanças climáticas nos sistemas de água doce e sua gestão são devidos, principalmente, aos aumentos observados e projetados na temperatura, evaporação, do nível do mar e variabilidade de precipitação (IPCC, 2007, p. 35).

Como já destacado, apesar do reconhecido aumento nas pesquisas sobre adaptação, ainda são poucos os trabalhos empíricos sobre determinados setores, como o turismo. Foram encontrados alguns estudos que abordam as estratégias de adaptação e uso de água nos setores de agricultura e pecuária. Na pesquisa de Linnenluecke, Stathakis e Griffiths (2011), uma resposta adaptativa do setor agropecuário foi a realocação da empresa, ou seja, a mudança de domicílio para local que não esteja sendo afetado pela mudança climática. A pesquisa foi realizada em uma região da Austrália afetada pela mudança climática e a estiagem prolongada, o que provocou importantes descontinuidades na empresa e impactou fortemente na viabilidade econômica do negócio.

Já na pesquisa de Wheeler et al (2013), realizada no setor da agricultura, também na Austrália, para minimizar descontinuidades, foram adotadas algumas estratégias de adaptação: compra de volumes de água adicional; mixes de plantação; uso de novas tecnologias; adoção de nova infraestrutura de irrigação e seguros contra possíveis perdas. O estudo de Barnes Truelove, Carrico e Thabrew (2015), realizado no Sri Lanka, também no setor da agricultura, resultou em um modelo de adaptação baseado na decisão após análise de risco, capacidade de lidar, e avaliação. Entre as estratégias de adaptação adotadas estão: mudanças nas práticas de produção; alterações no período de plantação e colheita; e mudanças no modo de irrigação.

Em comparação com o uso da água na agricultura e em outros setores econômicos, o uso da água no turismo é geralmente menos relevante. Ainda assim, a água não deixa de ser um recurso indispensável para as atividades turísticas. Disponibilidade limitada e baixa qualidade da água, aliada a divulgação de crise hídrica na mídia, pode prejudicar a imagem dos destinos turísticos (HALL, 2010).

A concentração do turismo no tempo e no espaço, como resultado da demanda turística sazonal, pode exercer fortes pressões sobre o fornecimento doméstico e industrial de água, bem como sobre a infraestrutura de águas residuais. Em função disso, Gossling et al (2012), evidenciam a importância de analisar as demandas de água do turismo em uma escala temporal e espacial adequada, em vez de apenas confiar em avaliações realizadas anualmente ou nacionalmente. Os autores destacam

ainda, que a demanda direta de água no turismo está entre 800 a 2000 litros por turista por dia, com uma tendência a aumentar nas próximas décadas.

Dependendo da localização geográfica e das condições ambientais e/ou climáticas, os itens que consomem mais água em um hotel, que faz parte da cadeia do turismo, de acordo com Gossling et al (2012), são: jardins, piscinas, instalações de spa e bem-estar, campos de golfe, torres de resfriamento, cozinhas. Enquanto o uso direto da água é mais relevante para a gestão da água no destino, o uso indireto da água é responsável por uma maior contribuição para a quantidade total de água utilizada (GOSSLING et al, 2012). Particularmente a produção de alimentos e combustíveis, por exemplo, mostraram ter pegadas de água comparativamente maiores.

Segundo a UNESCO (2009), a atividade que mais consome água é a agricultura, pois a irrigação responde por 70% do total de retirada de água. Esse percentual tende a aumentar nos próximos anos. Da mesma forma, a demanda global de água doce deve aumentar na próxima década, devido ao crescimento populacional e aumento da riqueza (IPCC AR5, 2014). As práticas de gestão de água atuais, muito provavelmente, serão insuficientes para reduzir os impactos negativos das mudanças climáticas sobre a confiabilidade de abastecimento de água, riscos de inundação, seca, problemas de saúde, energia e os ecossistemas aquáticos (IPCC AR5, 2014). Os efeitos adversos do clima sobre os sistemas de água doce se agravam com outros impactos como o crescimento da população e das atividades econômicas, mudança no uso da terra e urbanização (IPCC, 2007). Uma forma de lidar com esses problemas seria a incorporação de procedimentos de adaptação e gerenciamento de risco.

Procedimentos de adaptação e práticas de gestão de risco para o setor da água vêm sendo desenvolvidas em alguns países (Canadá, Austrália, Holanda, Reino Unido, EUA, Alemanha), que reconhecem as incertezas quanto às mudanças hidrológicas (IPCC, 2007). Nas áreas urbanas, a mudança climática, segundo o IPCC AR5 (2014), deverá aumentar os riscos para as pessoas, bens, economias e ecossistemas, devido à seca, escassez de água, ondas de calor, tempestades e precipitação extrema, inundações costeiras, deslizamentos de terra, poluição do ar, a elevação do nível do mar e tempestades (confiança muito alta, segundo IPCC, 2014).

No Brasil, uma forte estiagem afetou grande parte do sudeste brasileiro, onde estão situadas as maiores cidades do país, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, entre 2014 e 2015. Diversas atividades econômicas enfrentaram dificuldades, a exemplo da pesca, agricultura e turismo.

O Circuito das Águas Paulista, que compõe um dos mais importantes roteiros turísticos do Estado de São Paulo e cujo principal atrativo são as estâncias hidrominerais, em pelo menos cinco municípios identificou-se fontes secas ou vazão reduzida, e a retirada de água passou a ser controlada. Nesse cenário, o número de turistas caiu 30% (TOMAZELA; ANCONA, 2014). Entre o início de 2014 e abril de 2015, foram divulgadas diversas reportagens e artigos relatando os problemas da seca no Circuito das Águas e como ela afetou o turismo, e consequentemente a economia local.

Assim, o setor do turismo, no sentido de se adaptar às mudanças com relação à disponibilidade de água, bem como para mitigar sua contribuição para a mudança climática e pressão sobre recursos limitados, precisa se engajar na gestão efetiva da água e de energia elétrica, focado em um compromisso com a redução da emissão de GEE, redução de consumo de água, reutilização, e mudanças comportamentais, de modo a encorajar turistas e funcionários a economizar água e energia, principalmente nos grandes e luxuosos resorts.

Conforme Gossling et al (2012), apesar de não se ter uma ideia precisa dos custos globais associados ao uso insustentável da água no turismo, parece indubitável que a maior parte das medidas que podem reduzir o consumo de água são econômicas e que os investimentos para assegurar o uso sustentável da água ajudarão a garantir um futuro para o turismo. Os autores sugerem ainda, que da mesma forma que se iniciou a investigação sobre os impactos de energia elétrica, sobre as emissões provenientes do transporte de turistas e da infraestrutura do turismo, também precisam ser conduzidas pesquisas sobre o consumo de água. Investimentos em tecnologias sustentáveis e gestão da conservação da água são, portanto, estratégias-chave a serem perseguidas (GOSSLING ET AL, 2012).

2.4 Meios de hospedagem e uso da água

As consequências ambientais globais do turismo podem ser divididas em aspectos físicos e psicológicos (GOSSLING, 2002). Seu impacto pode ser direto e indireto. Em última análise, todas as mudanças iniciadas pelo turismo ocorrem localmente ou individualmente, mas somam-se aos fenômenos globais (GOSSLING, 2002; SCOTT; BECKEN, 2010; 2011). Como o turismo é um sistema de crescimento dinâmico, caracterizado por um número crescente de turistas, entender suas contribuições passadas, atuais e futuras para o uso de recursos globais é um requisito central para as avaliações do turismo sustentável (GOSSLING; PEETERS, 2015).

Sabe-se que, de modo geral, os hotéis podem produzir quantidades significativas de águas residuais. Tanto as chamadas, de “água clara”, que provêm principalmente de lavanderia, chuveiros e calhas; como a “água negra”, proveniente da lavagem de louça, cozinha e banheiros (GOSSLING, 2012). Em diversos destinos turísticos, pouco ou nenhum destes resíduos é tratado, e os poluentes, tais como bactérias e produtos químicos são descarregados diretamente no ambiente. Este é o lado da moeda em que o turismo produz impactos no meio ambiente e contribui para a mudança climática. No outro lado da moeda, o setor do turismo é afetado pelas mudanças climáticas e precisa implementar estratégias de adaptação que sustente a atividade diante de possíveis descontinuidades. Ressalta-se que o foco desta pesquisa está na estratégia de adaptação e não de mitigação, tendo em vista que essa última trata da redução de GEE em nível global. Enquanto que a adaptação se refere aos ajustamentos nos sistemas – humanos ou naturais – em resposta aos efeitos da mudança climática em nível local ou regional.

As avaliações da sustentabilidade do turismo concentraram-se em uma ampla gama de aspectos, recentemente resumidos por Buckley (2012) como biodiversidade; poluição; mudança climática; alívio da pobreza; segurança e população. Este autor admite que, em relação a essas dimensões da sustentabilidade, o turismo não está nem "próximo" de ser sustentável (BUCKLEY, 2012, p. 528). Já Becken (2013) pontua que a mudança climática pode ser encarada como uma oportunidade para o turismo se tornar mais sistemático, estratégico e sustentável. Nesse contexto, Gossling e

Peeters (2015) chamam a atenção da comunidade acadêmico-científica sobre a preocupação com o uso excessivo de recursos no turismo, incluindo energia, água, comida, uso da terra, bem como as emissões de GEE.

Conforme explicam Gossling e Peeters (2015), o consumo de energia relacionadas com o turismo foram até agora estimadas para três grandes subsetores: o transporte de e para o destino; meios de hospedagem; e atividades nos destinos. Esses três subsetores juntos responderam por 4.95% das emissões global de CO_2 no ano de 2005 (UNTO – UNEP – WMO, 2008).

Grande parte do consumo de energia e das emissões de CO2 estão associadas ao transporte, uma vez que a aviação responde por 40% da emissão total de CO_2 do turismo, seguida de automóveis (32%) e alojamento (21%). Os navios de cruzeiro representam cerca de 19 Mt (megatonelada) de CO2 ou 1,5% das emissões global de CO2 no turismo (GOSSLING; PEETERS, 2015).

No que se refere à água, o turismo depende direta e indiretamente desse recurso, tanto em nível local, como em nível global (GOSSLING ET AL, 2012). A água é consumida pelos turistas ao tomar banho ou usar o banheiro, ao usar spas, saunas, áreas de bem-estar ou piscinas, e ao participar de atividades como o esqui *indoor* (*snowmaking*), por exemplo (GOSSLING, 2002). A água também é necessária para manter jardins e campos de golfe e é incorporada na construção da infraestrutura do turismo (acomodação e áreas de lazer, por exemplo), na produção de alimentos e produção de combustíveis. Embora as pessoas também consumam água em casa, há evidências de que o turismo aumenta o consumo geral de água, embora a comparação permaneça difícil de mensurar com exatidão (GOSSLING et al, 2012; GOSSLING, 2014).

Pesquisas recentes sobre o uso da água no turismo distinguem duas categorias, “uso direto” e “uso indireto”. Gossling (2014) explica que o uso direto da água varia entre 84 e 2.425 litros por turista por dia em acomodação (incluindo uso de água em quartos, irrigação de jardins e piscinas); as atividades somariam de 10 a 875 litros por noite por hóspede (Tabela 1). O valor mais elevado para as atividades refere-se ao golfe, que parece ser a atividade mais intensa em água no turismo (GOSSLING ET AL,

2012), em função da necessidade de irrigação. Uma média estimada para o uso direto da água no turismo é de 350 litros por dia para acomodação e 20 litros por dia para atividades.

A maior incerteza quanto ao uso indireto da água é especificamente com relação à alimentação, combustíveis fósseis, uso de energia nos hotéis, biocombustíveis e construção de infraestrutura para o turismo. Embora o uso da água na construção de acomodações possa parecer menos relevante - quando comparada com o uso da água por hóspede por noite - não há dados sobre o consumo de água na construção de aeroportos, portos e rodovias, construção de equipamentos de lazer, eventos, museus, restaurantes, que teriam que ser adicionados (GOSSLING, 2014) aos gastos de água no turismo.

Tabela 1 – Uso direto e indireto de água no turismo (2010).

Uso Direto	**Min – max por hóspede por noite (Litros)**	**Média estimada por litro por hóspede por noite**
Acomodação	84 – 2.425	350
Atividades	10 - 875	20
Uso Indireto	**Litro por hóspede por noite**	
Infraestrutura	0.2	0.2
Combustível fóssil usado no transporte	5 – 2.500	130
Energia usada no hotel	1 – 220	75
Biocombustível	2.500	-
Alimentação	4.500 – 8.000	6.000
Outros consumos	n.a.	n.a.
Total por hóspede por noite (direto e indireto)	4.600 – 12.000	6.575
Total por turista por viagem	19.500 – 50.750	27.800
Total do consumo anual de água do turismo		138 km^3

Fonte: Adaptado de Gossling, 2014.

A produção de combustível e a geração de energia envolvendo combustíveis fósseis é intensiva em água. Os dados para a produção de combustível indicam de 3 a 18 litros de água por litro de combustível (GOSSLING, 2014). Já o consumo de energia, quando relacionado ao consumo de água, fica em torno de 1 a 220 litros de água por hóspede por noite, com uma média estimada de 75 litros por hóspede por noite. Quanto aos biocombustíveis, estima-se que para a produção de 1 litro de biocombustível são necessários 2.500 litros de água. Esse número requer atenção,

dado que o biocombustível é o principal pilar para a sustentabilidade (GOSSLING, 2014). Com relação à alimentação, estima-se uma quantidade de água que varia entre 4.500 – 8.000 litros por turista por dia, ou uma média de 6.000 litros por turista por dia. A média de consumo por viagem é de 27.800 litros de água; e um total anual de 138 km^3 para manter o atual sistema global de turismo (GOSSLING, 2014).

Gossling e Peeters (2015) concluem que o turismo sustentável só poderá ser definido, em escala global, no momento em que a utilização absoluta dos recursos começar a declinar - apesar de um número crescente de viajantes - indicando não apenas a desmaterialização do sistema, mas o reconhecimento dos limites físicos do sistema planetário.

Em suma, o setor do turismo é cada vez mais reconhecido como um importante consumidor de água em nível local, regional e mundial. Contudo, os custos de implementação e baixos retornos no investimento são identificados como barreiras em relação às medidas de eficiência na utilização de água (BECKEN, 2013). Desse modo, o uso eficiente dos recursos hídricos deve ser considerado como um desafio chave para a sustentabilidade do turismo.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os posicionamentos metodológicos, segundo Morgan e Smircich (1980), seguem uma tipologia em função das considerações ontológicas (qual é a natureza da realidade?), e considerações epistemológicas (qual a relação entre investigador e investigado?). Esses autores propuseram uma tipologia em um *continuum,* sendo que uma das extremidades desse *continuum* está representada o subjetivismo e, na outra, o objetivismo na condução das pesquisas em ciências sociais. Essa tipologia será utilizada para evidenciar o posicionamento metodológico dessa pesquisa. A Figura 9 mostra em destaque (contorno azul), o posicionamento metodológico adotado nessa pesquisa.

O objetivismo pressupõe que a realidade é independente, concreta. O homem reage ao ambiente em que está inserido. Isso implica dizer que o conhecimento é fundamentado em uma base epistemológica que investiga a natureza das relações existentes, de modo que se construa uma ciência positivista (MORGAN; SMIRCICH, 1980). No extremo oposto do *continuum*, apresenta-se o subjetivismo, que considera que a realidade é construída por meio das interações sociais. O ser humano constrói a realidade por meio de suas interações pessoais.

Na epistemologia subjetivista – adotada nesta pesquisa – pesquisador e pesquisados trabalham juntos na criação da compreensão do fenômeno (DENZIN; LINCOLN, 2006), sendo este o próprio instrumento de coleta (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002). Assim, os dados foram coletados e interpretados levando-se em consideração a realidade em que foram verificados, por meio de técnicas interpretativas. Não podendo ser reduzidos a hipóteses, o problema de pesquisa partiu de questões amplas, que foram sendo delimitadas no decorrer do estudo, conforme recomendam Strauss e Corbin (2008). O que as pesquisas positivistas chamam de validade interna e externa, confiabilidade e objetividade, são substituídos nos estudos subjetivistas por credibilidade, transferibilidade, confiança e confirmabilidade (DENZIN; LINCOLN, 2006).

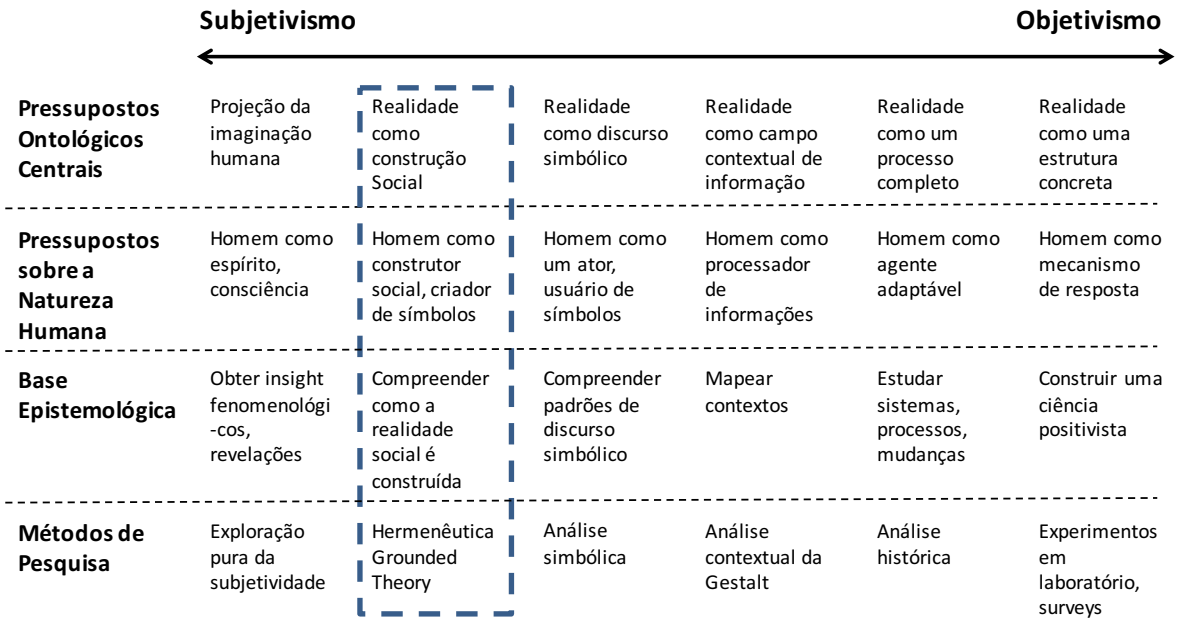


Figura 8 – Pressupostos metodológicos da pesquisa
Fonte: Adaptado de MORGAN; SMIRCICH (1980)

A abordagem interpretativista, que também é adotada neste estudo, está pautada na preocupação da compreensão do mundo na forma como ele é, ou seja, compreender a natureza fundamental do mundo social ao nível da experiência subjetiva (BURRELL; MORGAN, 1979). Essa pesquisa buscou analisar como os meios de hospedagem de uma certa região turística estão se adaptando à mudança climática.

Assim, tem-se o entendimento de que o fenômeno pesquisado é um processo socialmente construído, ou seja, a pesquisa foi construída com base na interpretação dos indivíduos que participaram da construção da realidade pesquisada. O paradigma interpretativista é oportuno e adequado para incidir sobre o problema de pesquisa desta tese, pois possibilita a visualização e aprofundamento na análise da interação dos indivíduos do caso em questão (Creswell, 2010).

Um método de pesquisa interpretativista é a *Grounded Theory*, que conforme Morgan e Smircich (1980) possui grande dimensão subjetiva. É um método que visa compreender a realidade a partir dos significados dados pelos participantes às suas experiências (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002). Assim, o processo de pesquisa foi indutivo, com o pesquisador gerando significado a partir de dados coletados no campo. A seguir as características da *Grounded Theory.*

3.1 O método da *Grounded Theory*

A *Grounded Theory* (GT) é um método desenvolvido na década de 1960 por Glaser e Strauss (1967). Em 1967, após a conclusão de um trabalho sobre pacientes terminais, Glaser e Strauss publicaram o livro *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*, no qual explicam que “a *grounded theory* é um método geral para o desenvolvimento de teoria fundamentada em dados sistematicamente coletados e analisados. Conforme suas palavras, "[...] é um método geral de análise comparativa” (GLASER; STRAUSS, 1967, p.1 - tradução nossa).

Embora cada um desses autores viesse de uma tradição filosófica e de pesquisa diferentes, foram suas perspectivas igualmente importantes (STRAUSS; CORBAIN, 2008) para a descoberta de como gerar teoria a partir dos dados, sistematicamente coletados e analisados (GLASER; STRAUSS, 1967). A *Grounded Theory*, traduzida por “teoria fundamentada nos dados”, é um método científico que se preocupa com a detecção e explicação de fenômenos sociais (HAIG, 2005), e apresenta-se como uma alternativa interessante para as pesquisas qualitativas sobre fenômenos organizacionais (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010).

A ideia de gerar nova teoria a partir dos dados, em oposição a testar uma teoria existente, ressoou entre outros cientistas sociais, e a *Grounded Theory* como um método de pesquisa, tornando-a cada vez mais popular (BIRKS; MILLS, 2015).

Glaser e Strauss formaram a primeira geração de teóricos fundamentados em dados. Contudo eles divergiram sobre alguns pontos e o método se dividiu em duas perspectivas (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010): uma desenvolvida por Glaser, e a outra por Strauss, que passou a contar com a colaboração de Juliet Corbin.

Glaser (2002) fez diversas críticas à vertente de Strauss e Corbin. Segundo ele, a versão criada por Strauss e Corbin não poderia ser considerara teoria fundamentada por ferir o princípio da “emersão” da teoria ao forçar, na análise dos dados, pressupostos do pesquisador (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010), perdendo assim sua verdadeira abstração e, portanto, a generalizabilidade (Glaser, 2002).

Strauss e Corbin afirmam que, embora a essência do método da teoria fundamentada em dados original tenha sido mantida, houve algumas alterações, não intencionais, mas que surgiram à medida em que Strauss continuava a conduzir, ensinar, discutir e aprimorar a metodologia de pesquisa com seus pesquisadores (STRAUSS; CORBAIN, 2008). Conforme destacam Bandeira-de-Mello e Cunha, (2010), a perspectiva Straussiana traz duas peculiaridades em relação à versão Glaseriana:

i) É mais prescritiva, pois sugere um conjunto de procedimentos, técnicas e formatação mais estruturada para a teoria gerada.
ii) É mais específica na delimitação (recorte) da pesquisa.

Para Glaser (1992), o pesquisador deve delimitar o contexto geral e entrar no campo sem uma questão de pesquisa definida, permitindo que o fenômeno em estudo seja exatamente o reflexo da realidade dos atores envolvidos (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010). Já Strauss e Corbin (2008), o pesquisador inicia o trabalho de campo com uma área e questão de pesquisa definidas. Ainda conforme Bandeira-de-Mello e Cunha (2010, p. 249), “Glaser defende um processo menos estruturado, *laisser faire,* enquanto que Strauss e Corbin propõem um conjunto de técnicas que estruturam o processo de análise”.

Divergências à parte, Glaser e Strauss criaram um ambiente de ensino desafiador e solidário, que foi crucial para muitos daqueles que se tornaram conhecidos como teóricos de segunda geração, como afirmam Birks e Mills (2015). A segunda geração escreve sobre suas interpretações dos métodos da *Gorunded Theory* de Glaser e Strauss e utilizam o trabalho original como uma base para suas próprias interações (CHARMAZ, 2006; BIRKS; MILLS, 2015). A Quadro 2 mostra o desenvolvimento histórico e as principais obras da GT, ordenadas cronologicamente por Birks e Mills (2015). Esses autores enumeraram essas obras e as consideram como textos seminais da teoria fundamentada, por sua originalidade de pensamento e influência subsequente.

Ano	Autor(es)	Título da Obra
1967	Glaser and Strauss	A descoberta da teoria fundamentada
1978	Glaser	Sensibilidade teórica
1987	Strauss	Análise qualitativa para cientistas sociais
1990	Strauss; Corbin	Princípios da pesquisa qualitativa: Procedimentos e técnicas da teoria fundamentada
1992	Glaser	Fundamentos da análise da teoria fundamentada
1994	Strauss; Corbin	'Metodologia da Teoria Fundamentada: Uma Visão Geral' in: Manual de Pesquisa Qualitativa (1ª Edição)
1995	Charmaz	'*Grounded Theory*' in: Repensando métodos em Psicologia
1998	Strauss; Corbin	Princípios da pesquisa qualitativa: Procedimentos e técnicas da teoria fundamentada (2ª edição)
2000	Charmaz	"Teria fundamentada: métodos objetivistas e construtivistas" in: *Handbook of qualitative research* (2ª edição)
2005	Clarke	Análise situacional: A teoria fundamentada após a virada pós-moderna
2006	Charmaz	Construindo uma teoria fundamentada: um guia prático através da análise qualitativa

Quadro 2 – Desenvolvimento histórico e principais obras da *Grounded Theory*.
Fonte: Adaptado de BIRKS; MILLS, 2015.

A *Grounded Theory* busca obter explicações com a intervenção mínima do pesquisador sobre as ações e interações entre indivíduos ou grupo em estudo, em situações específicas e delimitadas (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010). O pesquisador deve encontrar um ajuste ou *fit* na interpretação dos dados, sem forçar pressuposições ou conceitos teóricos existentes (GLASER; STRAUSS, 1967). Por "*fit*" os autores querem dizer que as categorias devem ser prontamente (não forçosamente) aplicáveis e indicadas pelos dados em estudo (GLASER; STRAUSS, 1967, p. 3). Metodologicamente, o pesquisador é obrigado a entrar no mundo daqueles em estudo para observar o ambiente dos atores e as interações e interpretações que ocorrem em uma determinada realidade (GOLDING, 1999). É um método indutivo baseado na análise sistemática de dados e configurou-se como uma alternativa à tradição hipotético-dedutiva (GLASER; STRAUSS, 1967).

A GT é particularmente adequada quando "o tema de interesse tem sido relativamente ignorado na literatura ou tenha recebido atenção superficial" (GOULDING, 2002, p. 55). Assim, o método se ajusta à finalidade deste projeto de pesquisa, tendo em vista a sua ênfase em novas descobertas (GOULDING, 1999), e sua preocupação em detectar e explicar fenômenos sociais (HAIG, 1995).

Conforme Goulding (1999), a *grounded theory*, além de ser utilizada para gerar teoria em áreas onde pouco se conhece, também é útil para fornecer um novo viés no conhecimento existente sobre um fenômeno social particular. Ela permite aos pesquisadores gerar teorias que: (1) permitam uma explicação do comportamento, (2) sejam úteis para o avanço de uma teoria, (3) sejam aplicáveis na prática, (4) guiam e proporcionam um estilo de investigação sobre áreas específicas de comportamento, e (5) forneçam categorias suficientemente claras e proposições que possam ser verificadas em investigações presentes e futuras (GOULDING, 2002, p. 43).

Outra particularidade do método é que não é necessário iniciar o projeto com uma teoria preconcebida - salvo se o objetivo for estender uma teoria existente. O pesquisador inicia com uma área de estudos definida e permite que a teoria surja a partir dos dados (STRAUS; CORBIN, 2008). Assim, “o pesquisador não deveria “forçar” pressuposições ou conceitos teóricos existentes na interpretação dos dados, mas deixar que o fenômeno se revele e que a teoria se desenvolva coerentemente com a visão dos sujeitos” (BANDEIRA-DE-MELLO e CUNHA, 2010, p. 242), surgindo, como resultado, a chamada teoria substantiva, que difere da teoria formal.

De acordo com Strauss e Corbin (1994), a diferença entre teoria formal e a teoria substantiva, é que a primeira é mais geral e pode ser aplicada a um conjunto maior de disciplinas e fenômenos. Já a segunda, é específica ao contexto em estudo, não visa generalizar além da área substantiva (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002). Goulding (1999) complementa afirmando que teorizar é o processo de construção de explicações alternativas até que se obtenha um "melhor ajuste" para explicar os dados. “A teoria substantiva aplica-se a uma área substantiva – geralmente delimitado a um grupo social, por exemplo, fisioterapeutas agindo como gestores de clínicas de fisioterapia”. (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 66). No caso dessa pesquisa, a área substantiva é constituída pelos meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista. Teorias substantivas são “especialmente importantes quando a ocorrência de um fenômeno social, em uma área específica, é insuficientemente explicada pelas teorias gerais”. (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002, p. 70).

3.2 Design da Pesquisa

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e adotou o estudo de caso como estratégia de pesquisa, conforme Creswel (2010). Seu objetivo consistiu em identificar e analisar as estratégias de adaptação à mudança climática dos meios de hospedagem do circuito das águas Paulista. Desse modo, o estudo buscou responder a seguinte questão: Como ocorre a formulação de estratégias de adaptação às mudanças climáticas? Para obter a compreensão aprofundada do fenômeno, utilizou-se a metodologia da *Grounded Theory* (GT).

Optou-se pela abordagem qualitativa porque ela "se dirige à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais" (FLICK, 2009, p. 37). Com ênfase na corrente Straussiana (STRAUSS; CORBIN, 2008), a presente pesquisa seguiu a linha interpretativista, alinhada a uma visão subjetivista do processo de análise, cuja finalidade foi a proposição de uma teoria substantiva da estratégia de adaptação à mudança climática adotada pelos meios de hospedagem, a partir do caso do Circuito das Águas paulista.

Trata-se de um estudo de caso único. Assim, apesar de o Circuito das Águas ser composto por nove municípios, serão tratados como um estudo de caso único. A opção por um estudo de caso único em detrimento de um estudo multicaso, que, em tese, geraria teorias com maior poder explicativo, foi devido, principalmente, à disponibilidade de recursos e tempo para executar o projeto. Ressalta-se que outros estudos relevantes utilizando o método da *Grounded Theory* também utilizaram um estudo de caso único, por exemplo, Bandeira-de-Mello (2002) pesquisou a adaptação estratégica a ambientes turbulentos e com forte influência governamental em construtoras de edificações; e Santos (2012), analisou a liderança e momentos de crise no caso das empresas de distribuição de energia elétrica da cidade de Florianópolis.

Essa pesquisa foi fundamentada em dados provenientes de múltiplas fontes, conforme recomenda Bandeira-de-Mello (2002), visando obter rica e profunda

compreensão do fenômeno analisado. Nesse contexto, a pesquisa se desenhou com base em um conjunto de técnicas e procedimentos propostos por Straus e Corbin (2008); Bandeira-de-Mello e Cunha (2010) e Bandeira-de-Mello (2002).

3.3 Delimitação da pesquisa

Conforme Strauss e Corbin (2008), deve-se, inicialmente, escolher um problema de pesquisa, declarar a questão de pesquisa e o objeto de estudo. Deve-se ainda manter um equilíbrio entre a objetividade e a sensibilidade teórica.

3.3.1 Seleção do caso

O presente estudo de caso teve como objeto de estudo a adaptação à mudança climática e os meios de hospedagem da região turística do Circuito das Águas Paulista como unidades de análise. O circuito é composto por nove municípios: Águas de Lindoia, Lindoia, Socorro, Serra Negra, Amparo, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Jaguariúna e Holambra. Até o final de 2016 fazia parte da região turística do Bem Viver. Contudo, dada a reformulação do mapa da regionalização do turismo brasileiro, a partir de janeiro de 2017, o circuito alcançou a categoria de região turística.

O Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal foi lançado em 2004, após a criação do Ministério do Turismo em 2003. O programa consiste em desenvolver o turismo de forma regionalizada, ou seja, focalizando uma determinada região e não a unidade municipal isoladamente. Assim, o formato de “região turística” foi adotado como referência espacial, na qual está inserido o produto turístico (BRASIL, 2007).

A região possui cinco estâncias hidrominerais, são elas: Águas de Lindóia, Amparo, Lindóia, Serra Negra e Socorro. Além de seis estâncias turísticas: Águas de Lindóia, Amparo, Holambra, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro. Essa região turística

se apresenta como um destino turístico consolidado. Em Águas de Lindóia, por exemplo, o turismo termal, de saúde e de melhor idade, já é bastante reconhecido no país Assim, o Circuito das Águas Paulista, por seu aproveitamento turístico, pode ser considerado como um dos modelos de regionalização consolidados do país (SÃO PAULO, 2013).

Já o município de Socorro, juntamente com o município de Brotas (que não fazem parte do Circuito das Águas), são destinos nacionalmente reconhecidos e consolidados no segmento do turismo de aventura, tornando-se ainda referência em turismo adaptado a portadores de necessidades especiais. O município de Holambra é conhecido pelo cultivo e comércio de flores ornamentais, e por manter elementos que remetem à cultura holandesa. Anualmente realiza a Expoflora, um evento nacionalmente centrado na exposição e venda de flores, que atrai volumoso fluxo de turistas e visitantes para toda a região turística.

A região turística do Circuito das Águas Paulista foi escolhida devido ao seu reconhecimento nacional (MTur, 2014) como um dos principais destinos turísticos nacionais, pela organização e pela forma de gestão e expressão do turismo. Mas também pelo problema da crise hídrica no período de 2014 a 2015, que afetou diversos municípios e em consequência o turismo. O Circuito das águas viveu pelo menos 6 meses o racionamento da água. Esta pesquisa buscou analisar como os meios de hospedagem se adaptaram à crise hídrica, que teve seu ponto alto entre o período de 2014 a 2015.

3.3.2 Delimitação do tema

Conforme Strauss e Corbin (2008), o pesquisador não inicia seu projeto com uma teoria pré-concebida, ao contrário, inicia a partir de uma área de estudo e a teoria surge a partir dos dados. Este estudo tem como tema, adaptação à mudança climática. A literatura consultada sobre estratégia de adaptação a mudança climática diz que as organizações devem se preparar para enfrentar eventos extremos do clima, pois os mesmos têm se tornado cada vez mais frequentes e severos. Uma maneira

de lidar com esses eventos é a formulação de estratégias de adaptação (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2008; LINNENLUECKE; STATHAKIS; GRIFFITHS, 2011).

Sabe-se que as organizações estão, a todo o momento, propensas a rupturas repentinas, em função de greves, mudanças no sistema econômico do país, mudanças nas demandas e concorrência, crises industriais, acidentes dentre outros; o que resulta em lançar mão de mecanismos de adaptação aos riscos e crises (LINNENLUECKE; GRIFFITHS, 2010).

Nesse contexto, coube a essa pesquisa construir a teoria substantiva que explique como os meios de hospedagem do circuito das águas paulista desenvolvem suas estratégias de adaptação para lidar com os impactos da mudança climática e eventos extremos do clima (como a recente crise hídrica), que possam provocar rupturas nas atividades da organização e afetar os setores econômicos, nesse caso, o turismo.

Essa pesquisa tomou como ponto de partida, o período de estiagem em 2014 e buscou analisar como os gestores entendem as mudanças climáticas e seus possíveis impactos no turismo e por fim, buscou identificar as estratégias de adaptação.

3.3 O equilíbrio entre objetividade e sensibilidade

O pesquisador, durante a elaboração de uma GT, encara um processo de idas e vindas entre a coleta e a análise. É a análise que conduz a coleta de dados, o que exige interação constante entre o pesquisador e o ato de pesquisa (STRAUSS; CORBIN, 2008). Assim, o processo de pesquisa requer criatividade do pesquisador (Glaser, 2002). Em função disso, o pesquisador deve ter extrema atenção para não desconstruir a realidade do fenômeno estudado, ou seja, deve equilibrar a criatividade para desenvolver interpretações sem distorcer a realidade dos sujeitos (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010).

Para Strauss e Corbin (2008, p. 53), a objetividade é necessária para chegar a uma interpretação imparcial e acurada da realidade. E a criatividade deve se manifestar desde a capacidade do pesquisador de indagar os entrevistados, até nomear categorias, fazer comparações e extrair um esquema inovador, integrado e realista dos dados (STRAUSS; CORBIN, 2008).

O que Glaser (1978) chamou de sensibilidade teórica, nada mais é do que a habilidade de dar sentido aos dados, sempre avaliando o que é importante para os sujeitos da pesquisa e não conforme as pressuposições do pesquisador. Strauss e Corbin (2008) asseveram que a sensibilidade é “exigida para perceber as nuances sutis e os significados dos dados e para reconhecer as conexões entre os conceitos”. Segundo esses autores, tanto a objetividade, como a sensibilidade são necessárias para fazer descobertas, de forma que a pesquisa se mantenha fiel à realidade dos investigados.

3.4 Fonte e coleta de dados

A GT pode ser baseada em fontes únicas ou múltiplas de dados (Goulding, 1999). No caso dessa pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes de dados:

- Dados primários: aqueles obtidos no campo, pelo pesquisador, por meio de entrevistas não estruturadas, inicialmente, e posteriormente semiestruturadas. Por notas de campo decorrentes de observação direta.
- Dados secundários: obtidos em jornais, sites, relatórios, leis, revistas especializadas, periódicos, trabalhos publicados e base de dados de órgãos nacionais ligados ao turismo. Tais dados foram úteis para embasar o conhecimento do pesquisador na área substantiva escolhida.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio dos entrevistados, após assinatura do termo de consentimento (Apêndice II) e depois foram transcritas. Dois respondentes não permitiram que a entrevista fosse gravada, nesse caso foi feita nota de campo. Os entrevistados foram intencionalmente escolhidos, para isso, adotou-se os seguintes procedimentos: a) identificar o informante que fosse capaz de fornecer as informações requeridas (gerente geral ou gerente operacional, na maioria dos

casos); b) agendamento da entrevista (definição de data e horário para a realização da entrevista); e c) realização da entrevista.

Ao todo, foram realizadas 25 entrevistas, sendo que alguns informantes foram entrevistados mais de uma vez, conforme descrito no Quadro 3. Além dos gestores de meios de hospedagem, também foram entrevistados dois gestores públicos de turismo.

A realização das entrevistas ocorreu em três momentos. Inicialmente, entre 18 e 25 de agosto de 2015, na ocasião foram realizadas seis entrevistas (possibilitou a microanálise e codificação aberta). Posteriormente, entre os dias 21 a 25 de setembro de 2016, foram feitas oito entrevistas (codificação axial); e por fim, foram realizadas onze entrevistas entre 9 e 15 de novembro de 2016 (codificação seletiva e saturação teórica). Ao todo, foram realizadas 25 entrevistas, totalizando 1.071 minutos de gravação. As atividades conclusivas da análise e interpretação dos dados concentraram-se entre outubro de 2016 a abril de 2017, para a qual utilizou-se o *software* Atlas Ti.

Nr.	Informante	Atuação na empresa	Entrevistas	Duração (Min)
1	Entrevistado A	Gerente Operacional	A1	44
			A2	37
2	Entrevistado B	Gerente geral	B1	51
3	Entrevistado C	Proprietário de hotel	C1	39
			C2	44
4	Entrevistado D	Proprietário de hotel	D1	40
5	Entrevistado E	Gerente geral	E1	47
6	Entrevistado F	Gerente geral	F1	48
7	Entrevistado G	Gerente operacional	G1	40
8	Entrevistado H	Gerente geral	H1	47
9	Entrevistado I	Gerente geral	I1	47
10	Entrevistado J	Gerente geral	J1	39
			J2	39
11	Entrevistado K	Gerente geral	K1	39
12	Entrevistado L	Proprietário de hotel	L1	42
13	Entrevistado M	Gestor de Turismo	M1	47
14	Entrevistado N	Gerente geral	N1	49
15	Entrevistado O	Gerente geral	O1	45
16	Entrevistado P	Gerente geral	P1	61
17	Entrevistado Q	Gerente geral	Q1	37
18	Entrevistado R	Gerente geral	R1	31
19	Entrevistado S	Gestor de turismo	S1	31
			S2	40
20	Entrevistado T	Gerente geral	T1	47
			T2	40

Quadro 3 – Entrevistados e duração das entrevistas.
Autor: Elaborado pela pesquisadora.

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados é uma atividade central no método da GT, visto que a teoria emerge dos dados (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002). Ao contrário de outros métodos, na teoria fundamentada não se espera até que todos os dados sejam coletados para começar a análise. A busca pelo significado (interpretação) dos dados começa nos primeiros estágios da coleta (GLASER e STRAUSS, 1967); e existe uma circularidade entre as fases de coleta e análise dos dados (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010, p. 250; BANDEIRA-DE-MELLO, 2002). Algumas técnicas são indicadas por Strauss e Corbin (2008) para serem utilizadas nas análises, como por exemplo: utilizar mais de uma fonte de dados para possibilitar a triangulação; questionar sobre os possíveis significados dos dados; e fazer comparações constantes. Esta última deve acompanhar todo o processo de análise (SANTOS, 2012).

Strauss e Corbin (2008) apresentam dois tipos de comparação: teóricas e incidente-incidente. As comparações teóricas são realizadas no início das análises ou sempre que surgir algo novo dos dados. São úteis para que o pesquisador identifique suas categorias iniciais, suas propriedades e dimensões. Já a comparação incidente por incidente é realizada em uma etapa posterior, quando já existem categorias definidas. Assim, cada incidente é comparado a outro incidente em busca de similaridades e diferenças. Essas diferenças e similaridades são avaliadas e agrupadas quando tem as mesmas propriedades de uma categoria já definida. Associar incidentes diferentes a uma mesma categoria conceitual aumenta a fundamentação empírica.

Durante essas comparações, o pesquisador se guiou pela amostragem teórica, que consiste na coleta de dados conduzida por meio dos conceitos derivados das análises iniciais. Seu objetivo é maximizar a oportunidade de comparar fatos, incidentes ou acontecimentos para determinar como uma categoria varia. Lembrando que os conceitos são as bases da análise; eles são os blocos de construção da teoria (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Após cada fase de coleta de dados foi realizada a microanálise, que segundo Strauss e Corbin (2010), é a análise linha a linha para gerar as categorias iniciais, bem como para sugerir relações entre categorias. Esse passo foi fundamental para levantar as principais categorias, bem como, para reorganizar e complementar o roteiro de entrevistas. A microanálise inclui codificação aberta e axial e será detalhada no tópico a seguir.

3.5.1 O processo de codificação

Codificação, segundo Goulding (1999), é o processo de análise minucioso dos dados. Segundo a autora, neste ponto o pesquisador pode identificar centenas de códigos que poderiam ter significado e relevância potencial. A codificação são os *building blocks* da teoria (GOULDING, 1999).

O processo de codificação divide-se em codificação aberta, axial e seletiva (STRAUSS e CORBIN, 2008). A codificação aberta é o processo de quebrar os dados em unidades distintas de significado (GOULDING, 1999). Segundo Bandeira-de-Mello e Cunha (2010, p. 252) o objetivo é “gerar e validar propriedades e categorias por meio das comparações constantes”. O pesquisador realizou a leitura minuciosa das transcrições das entrevistas e das notas de campo e destacou o que pareceu relevante, conforme sua sensibilidade teórica. A exploração detalhada, linha a linha dos dados é a técnica da microanálise, conforme Bandeira-de-Mello e Cunha (2010). Nessa etapa foram descobertas as propriedades e dimensões das categorias, que foram agrupadas em códigos (ou conceitos), por meio das técnicas de comparação constantes, mencionadas anteriormente. O Quadro 4 mostra a definição de alguns termos utilizados na codificação aberta.

De acordo com Bandeira-de-Mello (2002), os códigos podem ser organizados em categorias (que representam um fenômeno), ou subcategorias associadas (como e quando o fenômeno ocorre e suas ações). Pode-se ainda classificar os códigos gerados em:

- Códigos de primeira ordem, que são aqueles diretamente ligados às citações;
- Códigos abstratos ou teóricos, associados a outros códigos sem estarem necessariamente ligados a alguma citação.

O próximo passo foi a codificação axial, que consistiu no exame das relações existentes entre as categorias conceituais que foram identificadas na etapa anterior. Na codificação axial, as categorias foram relacionadas às suas subcategorias, de modo que fossem geradas explicações mais precisas e completas sobre os fenômenos, ou seja, como as categorias se cruzam e se associam.

Durante a codificação axial, foram desenvolvidas especificamente as seguintes etapas, conforme Strauss (1987, p. 97):

a) Organizar as propriedades de uma categoria e suas dimensões;
b) Identificar nessas categorias suas possíveis variedades, condições, consequências ou interações;
c) Relacionar as categorias com as subcategorias, todas elas entre si: isto é, fazer uma análise sistematicamente densa;

d) Identificar nos dados, como as principais categorias podem estar relacionadas entre si.

Termos	Definição
Codificação aberta	Processo analítico em que se identificam os conceitos e suas propriedades e dimensões são encontradas nos dados.
Fenômenos	Ideias centrais nos dados representados como conceitos
Conceitos	São os blocos de construção da teoria
Categorias	Conceitos que representam os fenômenos
Propriedades	Características de uma categoria, a delineação do que define e dá significado a essa categoria.
Dimensões	Âmbito ao longo do qual as propriedades gerais de uma categoria variam, dando especificação à categoria e variação à teoria.
Subcategorias	Conceitos que pertencem à categoria, dando esclarecimentos e especificações adicionais (quando, onde, por que, com quem, como).

Quadro 4 – Definições de termos do processo de codificação.
Fonte: Adaptado de Strauss e Corbin (2010).

A codificação axial é a apreciação dos conceitos em termos das suas inter-relações dinâmicas. Estes devem formar a base para a construção da teoria (GOULDING, 1999). Tanto as categorias, quanto as relações entre elas são passíveis de validação pelos sujeitos da pesquisa (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010). Ressalta-se que a codificação não é um processo rígido, ao contrário, o pesquisador tem a flexibilidade de voltar ao início da codificação aberta e incluir categorias ou modifica-las. É um processo dinâmico e fluído (STRAUSS; CORBIN, 2008).

Na codificação seletiva ocorre a integração e o refinamento da teoria (STRAUSS; CORBIN, 2008). Ela deve expressar a essência do fenômeno investigado. Nesta fase, foram realizados os ajustes necessários de modo a corrigir possíveis incoerências. A partir da integração entre as categorias e da análise de suas interações, foi identificada a categoria central da teoria. Todas as demais categorias se relacionam com a categoria central, que representa o tema central da pesquisa (STRAUSS; CORBIN, 2008).

As fases de coleta e análise (codificação) ocorreram de forma circular até que as três etapas da codificação fossem validadas empiricamente, pelo processo de amostragem teórica. A análise de dados deu-se até o ponto da saturação teórica, que é o momento em que não surgem novas propriedades, dimensões ou relações. A Figura 9 ilustra o processo de análise dos dados:

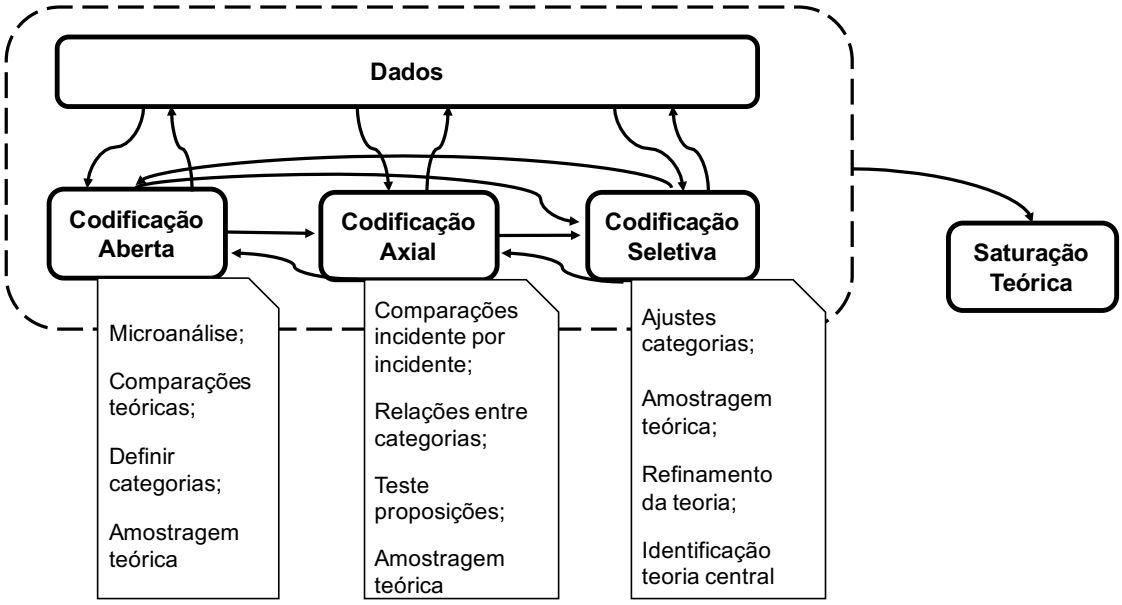


Figura 9 – Etapas de coletas e análises de dados.
Fonte: Baseado em BANDEIRA-DE-MELLO (2010) e SANTOS (2012).

3.5.2 A utilização do *software* ATLAS.ti

O software Atlas.ti é fruto de um projeto desenvolvido na Universidade Técnica de Berlim (1980-1992). O projeto tinha o objetivo de criar uma ferramenta para ajudar o pesquisador a atribuir significado ao texto, e não automatizar o processamento, conforme explica Bandeira-de-Mello (2010).

Bandeira-de-Mello (2010, p. 440) explicita "quatro princípios que norteiam os procedimentos de análise pelo pesquisador", utilizando o ATLAS.ti, conforme mostra o Quadro 5:

	Princípio	**Definição**
1	Visualização	Gerencia a complexidade do processo de análise, mantendo o contato do usuário com os dados.
2	Integração	O pesquisador tem a base de dados e todos os elementos de sua análise integrados em um único projeto, denominado unidade hermenêutica.
3	Casualidade *(serendipity)*	Estimula descobertas e *insights* de forma casual, ou seja, sem que se busque deliberadamente pelo que foi encontrado.
4	Exploração	Promove descobertas e *insights* a partir da interação entre os diferentes elementos que compõem o programa.

Quadro 5 – Princípios norteadores dos procedimentos de análise do ATLAS.ti.
Fonte: Adaptado de Bandeira-de-Mello (2010).

A utilização do *software* foi extremamente importante para dar mais agilidade ao tratamento do grande volume de dados gerado, facilitando, assim, a criação, a associação de códigos, bem como a busca e a recuperação de informações. Para melhor entendimento dos relatórios gerados pelo ATLAS.ti, o Quadro 6 mostra seus principais elementos, os *objects* constitutivos: unidade hermenêutica, documentos primários, citações, códigos, notas de análise, esquemas e comentário.

A unidade hermenêutica desta pesquisa foi criada em 25 de outubro de 2016 e finalizada em 10 de fevereiro de 2017. Foi utilizada a versão 1.0.5.1(403) do ATLAS.ti. O *software* possibilita que o leitor realize auditorias, permitindo verificar a validade e confiabilidade dos resultados (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002). A auditoria pode ser realizada por meio da leitura dos relatórios gerados pelo ATLAS.ti. Em anexo segue o relatório da codificação para que o leitor possa avaliar um doas passos da construção da teoria substantiva. O tópico a seguir apresenta alguns critérios que podem ser utilizados na avaliação.

Elementos	Descrição
Unidade hermenêutica *(Hermeneutic unit)*	É o banco de dados do projeto. Nesta pesquisa foi denominado análise da adaptação as mudanças climáticas.
Documentos primários *(Primaty documents)*	São os dados primários referentes às transcrições das 25 entrevistas. Denominados de A a T.
Citações *(Quotes)*	São os trechos relevantes da entrevista; geralmente ligados a um código. Para sua referência, contém o número do documento primário onde está localizado, seguido de seu número de ordem dentro do documento.
Códigos *(Codes)*	Conceitos gerados pela interpretação do pesquisador. Podem estar relacionados a uma citação ou a outros códigos. São úteis para a formação dos conceitos que darão origem a teoria.
Notas de análise *(Memos)*	São utilizadas para descrever o histórico da pesquisa; registram interpretações do pesquisador ao longo das análises. Dividem-se em: MA – Microanálise; CA – Codificação aberta; CAx – Codificação axial; CS – Codificação seletiva.
Esquemas *(Netview)*	São elementos gráficos que representam as relações entre os códigos. Os tipos de relações entre códigos são representados por símbolos.
Comentário *(Coment)*	Todos os elementos podem receber comentários. Estes devem ser utilizados para o registro do pesquisador, fornecendo informações sobre os códigos.

Quadro 6 – Elementos do ATLAS.ti
Fonte: Adaptado de BANDEIRA-DE-MELLO (2002).

3.6 Critérios para avaliação da teoria substantiva

Strauss e Corbin (2008) alertam para possíveis questionamentos acerca do método da *Grounded Theory*. Assim, esses autores asseveram que a teoria substantiva gerada a partir dos dados, de acordo com a realidade dos entrevistados, não deve ser interpretada à luz do paradigma positivista e seus cânones de avaliação de qualidade, como validade interna e externa, e a confiabilidade, visto que esta pesquisa adotou uma postura interpretativa.

Assim, para realizar a avaliação da teoria substantiva gerada nesta pesquisa, foram adotados os critérios sugeridos por Sherman e Webb (1988), utilizados por Kerlin (1997), por Bandeira-de-Mello (1997) e por Santos (2012), são eles: grau de coerência (*fit*); funcionalidade; relevância; flexibilidade; densidade e integração. O Quadro 7 apresenta cada um dos critérios.

Critérios	Descrição	Contribuição
Grau de coerência *(fit)*	As categorias da teoria devem ser inferidas dos dados e não de pressuposições do pesquisador.	Garante uma das características principais da GT: a compreensão da realidade dos indivíduos.
Funcionalidade	A teoria deve explicar as variações encontradas nos dados e fornecer compreensão acerca da ocorrência das interações sociais.	Uma teoria substantiva funcional deve ser entendida como uma teoria útil para os envolvidos.
Relevância	A teoria deve emergir e ser fruto da sensibilidade teórica do pesquisador, que deve ser capaz de identificar a categoria central mais relevante para explicar o fenômeno.	A relevância é verificada pelo reconhecimento imediato do significado da categoria central pelos envolvidos.
Flexibilidade	A teoria deve ser passível de modificação, permitindo que novos casos a enriqueçam com a introdução de novas propriedades e categorias.	Uma teoria substantiva deve estar aberta para o aprimoramento de seu poder explicativo.
Densidade	A teoria deve possuir poucas categorias chave e um grande número propriedades relacionadas.	A densidade confere confiabilidade aos construtos da teoria.
Integração	Todos os construtos devem estar relacionados em torno de uma categoria central, e expressos em termos de proposições derivadas de um esquema teórico.	A integração evita a existência de falhas na lógica explicativa da teoria.

Quadro 7 – Critérios para avaliação da teoria substantiva.
Fonte: BANDEIRA-DE-MELLO (2002); BANDEIRA-DE-MELLO E CUNHA (2010).

Para garantir que esses critérios fossem atendidos, utilizou-se as técnicas propostas por Triviños (1987), Merriam (1998), Straus e Corbin (2008), e utilizadas por Bandeira-de-Melo (2002), Bandeira-de-Mello (2010) e Santos (2012), como mostra o Quadro 8. As auditorias na *Grounded Theory*, segundo Bandeira-de-Mello (2002) são importantes, por ser um processo indutivo que segue a sensibilidade teórica do pesquisador. Por isso, é importante avaliar a lógica analítica usada pelo pesquisador.

Strauss e Corbin (2008, p. 254), sugerem que as pesquisas que pretendem desenvolver uma teoria substantiva, devem considerar também dois critérios importantes: a adequação do processo de pesquisa e a base empírica da pesquisa. Se o pesquisador fornece informações sobre a análise, os leitores podem seguir a lógica dos procedimentos de codificação do pesquisador, ainda que sejam complexos. Assim, esses autores propõem dois roteiros que são úteis para avaliar o processo de pesquisa e a base empírica da pesquisa.

Roteiro para avaliar o processo de pesquisa:

1. Como foi escolhido o objeto de estudo e por quê?
2. Quais as principais categorias que emergiram a partir dos dados?
3. Quais os eventos, incidentes ou ações que sugeriram algumas dessas categorias?
4. Com base em que amostragem teórica procedeu?
5. Quais as principais proposições que relacionam a categoria?
6. Como e por quê a categoria central foi selecionada? Sua descoberta foi gradual ou súbita? Fácil ou difícil? Como as decisões analíticas finais foram tomadas?

A base empírica da pesquisa foi auditada conforme o roteiro com perguntas propostas por Strauss e Corbin (2008), que também foi utilizado nas pesquisas de Bandeira-de-Mello (2002) e Santos (2012). As perguntas são as seguintes:

1. Foram gerados conceitos ou códigos a partir dos dados coletados?
2. Os conceitos foram sistematicamente relacionados?
3. Existem associações conceituais e as categorias são bem desenvolvidas, ou seja, possuem densidade conceitual?
4. A variação é considerada parte da teoria?

5. Os resultados teóricos são significativos para a área substantiva?
6. A teoria consegue perdurar e tem potencial para participar de debates acadêmicos e profissionais?

O Quadro 8 apresenta as técnicas utilizadas para aprimorar a qualidade da teoria substantiva.

Técnica	Descrição
Triangulação	Foram utilizadas múltiplas fontes de dados. Triangulação feita entre 20 entrevistados diferentes, além de outras fontes de evidência, como relatórios, publicações, sites e outras informações divulgadas na mídia, de modo a averiguar possíveis divergências e/ou possibilitar novos dados sobre o fenômeno estudado.
Ataque à teoria	Consistiu na checagem pelo pesquisador dos códigos gerados a partir das citações, verificando a relação entre eles.
Checagem com os entrevistados	Após cada uma das três rodadas de coleta, análise e retorno ao campo, os dados foram checados por alguns dos informantes. Por fim, os principais resultados foram checados por dois informantes.
Permanência no campo	A pesquisadora manteve-se em contato com alguns informantes pelo período de 18 meses, o que possibilitou conhecer características e criar um vínculo de cooperação.
Amostragem em diferentes contextos	Foram coletados e analisados dados durante dois momentos: durante e após a crise hídrica, o que proporcionou maior variação dos padrões de interação social presentes na teoria.
Auditorias	As etapas da análise foram registradas em notas e esquemas do *software* ATLAS.ti, permitindo auditorias e checagens do processo de análise e interpretação de resultados.

Quadro 8 – Técnicas para aprimorar a qualidade da teoria substantiva.
Autor: Adaptado de Bandeira-de-Mello (2002).

O capítulo a seguir apresenta a análise das estratégias de adaptação a mudança climática, conforme a percepção dos informantes.

4 A ÁREA SUBSTANTIVA: CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA

O presente capítulo, apresenta o caso dos meios de hospedagem do Circuito das Águas e os processos de adaptação a mudança climática na percepção dos gestores. Primeiramente será apresentado um breve histórico sobre o Circuito das Águas Paulista, seguido de uma descrição sintética dos municípios que o compõem. Descreve-se também sobre a institucionalização e sobre a infraestrutura turística do Circuito. Na sequência, descreve-se a percepção dos gestores sobre mudanças climáticas e eventos extremos e os riscos associados a ela, bem como as estratégias de adaptação identificadas.

A análise da formulação de estratégias de adaptação, conforme a percepção dos entrevistados, permitiu que fossem identificados diversos elementos e inter-relações que permitiram a fundamentação da teoria substantiva, que será apresentada nas próximas seções. Os elementos que compuseram a descrição da área substantiva, serão mostrados no decorrer do texto a partir de citações de trechos das entrevistas. Além disso, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Os entrevistados são identificados por letras de A a T, conforme explicado no Quadro 3;
- Correções gramaticais foram realizadas, quando necessário, desde que não alterassem o sentido das citações;
- Algumas inserções, eventualmente, foram feitas pela pesquisadora com o intuito de explicar ou complementar o contexto da citação. Estas inserções foram colocadas entre colchetes “[ ]” e em itálico;
- Inserções dos próprios entrevistados foram colocadas entre parênteses “( )”, de forma a diferenciar-se das inserções da pesquisadora.

A exemplo de Bandeira-de-Mello (2002), optei por utilizar a primeira pessoa do singular para escrever este capítulo. Primeiramente, por me sentir mais a vontade para descrever a interpretação dos dados. Em segundo lugar, porque o método *Grounded Theory* requer que o pesquisador se comprometa com os resultados, que

assuma a identidade e a reponsabilidade ao informar ao leitor as razões de suas escolhas durante as análises. Como explica Bandeira-de-Mello (2002, p. 89),

> (...) um texto no qual o pesquisador não assume suas posições e não torna claro os motivos de suas escolhas, escondendo-se na voz passiva da linguagem, agrega aos resultados uma grande dimensão de arbitrariedade, comprometendo a confiabilidade e a validade interna da teoria e a responsabilidade do pesquisador com os dados.

Na maioria dos trabalhos em que o método da *Grounded Theory* foi utilizado, pode-se observar a redação em primeira pessoa, conforme sugerido por Glaser (1993).

4.1 O Circuito das Águas Paulista

As nove cidades que integram o Circuito das Águas Paulista são famosas por seus roteiros e pelas belas paisagens, que unem lazer, descanso e compras. As cidades são interligadas por estradas em boas condições de trafegabilidade e devidamente sinalizadas. A Figura 10 mostra a distância do trajeto entre elas.

Figura 10 – Localização do Circuito das Águas Paulista
Fonte: Divulgação do Circuito http://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/o-circuito/localizacao/

Na mesma viagem, o viajante pode conhecer os nove municípios, pois as distâncias entre as cidades podem ser percorridas entre 15 e 30 minutos de uma para outra. A seguir será apresentado um breve histórico dos municípios[2].

A Figura 11 apresenta a logomarca do Circuito, que está presente em todas as placas de sinalização. A marca também é utilizada nas indicativas dos empreendimentos (meios de hospedagem, restaurantes), nos materiais promocionais (folder, panfletos, cartões de visita e tarifários).

Figura 11 – Logomarca do Circuito das Águas Paulista
Fonte: Circuito das Águas Paulista.

4.1.1 Águas de Lindóia

A história de Águas de Lindóia, remonta ao século XIX, quando tropeiros e bandeirantes viajavam pela região. Ao se banharem nas águas das nascentes ali existentes, perceberam que seus ferimentos e de seus cavalos melhoravam mais rapidamente.

Em 1909, o médico italiano Francisco Tozzi, a convite do pároco de Socorro, mudou-se para o Brasil para prestar assistência médica aos fazendeiros e seus trabalhadores que cultivavam o café na região. Após análise da água e confirmação de suas propriedades terapêuticas e curativas, Tozzi adquiriu terras nas proximidades das fontes de água e construiu as primeiras termas, em 1910. Com efeito, diversas

[2] As informações que compõem o histórico dos municípios adaptado foram adaptados a partir do sítio do Circuito das Águas Paulista <http://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/>

histórias de cura por meio das águas repercutiram pelo Brasil afora e atraía cada vez mais pessoas interessadas em tratamento (ÁGUAS DE LINDÓIA, 2012).

Daí por diante inúmeras famílias mudaram para a localidade e foram construindo o que era necessário para a autossuficiência de uma estância de cura e repouso. Como as recomendações médicas prescreviam permanência de mais de dez dias de tratamento, em 1929, foi construído o Hotel Glória (atualmente, Grande Hotel Glória), com ampla área para refeições, grandes salões de baile, dentre outros luxos para receber e alojar pacientes e familiares.

Entre 1926 e 1928, a renomada cientista Madame Curie, Prêmio Nobel de Química e Física, veio ao Brasil e visitou as termas de Lindoia. Ao analisar aquelas águas, constatou as propriedades terapêuticas e radioativa. Suas pesquisas com as águas de Águas de Lindóia ficaram conhecidas em toda a Europa.

Doutor Tozzi faleceu em 1937, mas seu genro doutor Vicente Rizzo conseguiu junto ao Governo de São Paulo, a lei de criação da Estância Hidromineral de Lindóia, bem como sua emancipação político-administrativa de Serra Negra. Já em 1954 deram início a construção do balneário, que foi concluído em 1959. Águas de Lindóia até hoje é reconhecida como a capital termal do Brasil, e possui uma das maiores redes hoteleiras do país. O Quadro 9 apresenta as principais propriedades da água do município.

Propriedades das águas de Águas de Lindóia	
Propriedades digestivas	Não possui metais pesados agregados, por ser oligo-metálica, o que facilita a absorção pelo trato intestinal.
Propriedades diuréticas	É hipossódica, ou seja, possui pouco sódio e por isso, um alto poder de filtração pelo rim, sendo excretada em torno de 15 a 20 minutos. Por possuir uma PFG (pressão de filtração glomerular) elevada, é diurética.
Propriedades estimulantes	A radioatividade da água apresenta ação estimulante sobre a musculatura lisa visceral do organismo, o que auxilia no tratamento da constipação intestinal, prevenção de cálculos renais, dentre outras.

Quadro 9 – Propriedades das águas de Águas de Lindóia
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016

Atualmente a cidade de Águas de Lindóia possui uma população estimada em 18.412 habitantes (IBGE, 2016), faz divisa com a cidade de Monte Sião, Minas Gerais, conforme se observa da Figura 12.

Figura 12 – Mapa da cidade de Águas de Lindóia.
Autor: IBGE, 2016.

Um dos cartões postais da cidade, é a praça Ademar de Barros (Figura 13), projetada pelo paisagista Burle Marx. No local existe ponto dos trenzinhos turísticos, carrinhos de propulsão humana para crianças, ponto de charretes para adultos e crianças, além de pedalinhos no lago. O Quadro 10 apresenta outros atrativos turísticos de Águas de Lindóia.

Figura 13 – Praça Ademar de Águas de Lindóia.
Autor: Pesquisa de campo 2016.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Igreja Nossa Senhora das Graças	Patrimônio histórico da cidade, sua torre foi erguida em 1927. Conhecida também como padroeira da Cidade, tem seu dia comemorativo em 2 de julho, assim como também a fundação da Cidade.
Bosque Municipal “Zequinha de Abreu”	Localizado na Praça Dr. Francisco Tozzi, alameda totalmente arborizada, onde corre um riacho em toda sua extensão, suas escadas são utilizadas para realização de feira de artesanato, malhas, artigos de couro, todos os domingos e feriados.
Morro do Cruzeiro	Fica a 2km do centro da cidade, oferece uma excelente visão panorâmica de toda a cidade e pode-se avistar também, cidades vizinhas. Local ideal para tirar fotos e filmar junto ao monumento do Cristo.
Represa Cavalinho Branco	Represa local ideal para passeios a cavalo, bicicletas e charretes. Favorece os praticantes de “cooper” e passeios a pé
Morro Pelado	É um morro muito conhecido na região tem altitude de 1.400m, localizado a 4km do centro da cidade, na divisa entre os estados de Minas Gerais (Cidade de Monte Sião) e São Paulo. Oferece uma visão panorâmica de toda a região, onde tem instalada uma plataforma de vôo livre de asa delta, inaugurada em 1984.
Gruta Nossa Senhora de Fátima	Localizada ao fundo da Prefeitura Municipal, oferece ao turista mais uma fonte da água pura mineral e local onde fiéis católicos fazem suas preces.
Balneário Municipal	Lazer, Termalismo, Crenoterapia, Saúde e Beleza reunidos em só lugar. O Balneário Edison Brasil Tozzi Rizzo oferece mais de 30 serviços entre banhos de imersão, massagens, piscinas de água mineral, ducha escocesa, banho de argila, tudo isso em um espaço agradabilíssimo, cercado de verde e belos jardins projetados pelo paisagista Burle Marx.

Quadro 10 – Principais atrativos turísticos de Águas de Lindóia.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016.

4.1.2 Amparo

A Cidade de Amparo, é conhecida como a "Capital Histórica” do Circuito das Águas. Sua fundação institucional data de 8 de abril de 1829, data da elevação à Capela Curada de Nossa Senhora do Amparo. A cidade se originou com a presença de

famílias vindas de Bragança Paulista e Atibaia, que se instalaram no local para se dedicarem à agricultura.

No ano de 1839, o povoado se tornou freguesia e em 1865 foi elevado à categoria de cidade. Seu desenvolvimento foi impulsionado com o plantio e a comercialização do café em grande escala, o que o tornou um dos mais importantes produtores do interior paulista, junto com as cidades de Santos, Campinas e Sorocaba. Sendo que em 1875, a cidade se destacou como a maior produtora de café do país, na ocasião em que foi inaugurada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (LIMA, 1998).

A cidade de Amparo foi destaque até a grave crise do café, em 1929, que comprometeu sua economia até o final dos anos 1940, quando outras indústrias começaram a se instalar na região. Já em 1945 a cidade recebeu o título de estância hidromineral, sendo a primeira na região a receber essa certificação.

A água é uma das riquezas de Amparo, a outra é o acervo histórico e cultural da cidade. São 26 prédios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico – CONDEPHAAT e mais 600 anexos que mantém preservada a arquitetura de uma cidade marcada pelo apogeu do ciclo do café, mantendo inclusive as casas das fazendas daquela época. O turismo cultural e rural se destaca por meio da visitação a essas antigas fazendas do município. Muitas delas ainda cultivam o café e produtos embutidos. No Museu Histórico de Amparo (Figura 14), é possível visitar a exposição permanente que conta a história do município, bem como abriga diversos objetos que marcaram a o auge do ciclo do café.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2016), a população de Amparo é estimada em 70.742 habitantes. O município se encontra entre as cidades de Serra Negra e Pedreira, conforme se observa na Figura 15. A cidade, atualmente, é bastante industrializada, com a presença de filiais de grandes empresas do ramo de confecção, vestuário, produtos de limpeza e de alimentos, além de multinacionais da indústria automotiva e indústria de transformação. Compõem os principais atrativos da cidade os descritos no Quadro 11.

Figura 14 – Museu Histórico de Amparo.
Autor: Circuito das Águas, 2016.

Figura 15 – Mapa de Amparo.
Fonte: IBGE, 2016.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Estação Ferroviária da Companhia Mogiana	Esta Estação, foi inaugurada em 1875, e era parte do Ramal que ligava Jaguariúna à Socorro, contudo foi extinto em janeiro de 1967. Atualmente abriga a Pinacoteca, o Centro de Informações Turísticas e Culturais e a Casa do Artesanato.
Praça Pádua Salles – Largo da Estação	Centro de lazer onde se encontram vários marcos da cidade como o Monumento aos Expedicionários, o Índio e o Obelisco do Centenário da Independência do Brasil.
Biblioteca Municipal "Carlos Ferreira"	Fundada em 27 de abril de 1900 com o nome registrado de Grêmio Literário "Carlos Ferreira", numa homenagem ao poeta, jornalista e professor gaúcho que, naquele tempo, dirigia um estabelecimento de ensino em Amparo.
Parque Municipal Chico Mendes – Cristo Redentor	A estátua do Cristo mede 12 metros de altura e é iluminado por grandes holofotes. Foi inaugurado em 1966 pelo governador do Estado Dr. Laudo Natel, juntamente com a Feira do Produtor, 1º Feira Industrial de Amparo. Hoje o local chama-se "Parque Chico Mendes" que foi reinaugurado em 06/04/1986.
Observatório Municipal	Observatório Municipal de Amparo foi inaugurado no dia 26 de abril de 1996, junto com o Parque Ecológico Municipal e o Centro de Educação Ambiental. Construído em um local de fácil acesso aos visitantes, o Observatório Municipal de Amparo tem como objetivo divulgar e difundir a Astronomia, para crianças, jovens e adultos. Sessões de observação do céu, aulas e cursos, são as principais atividades realizadas pelo Observatório. É um dos oito observatórios municipais existentes no estado de São Paulo.

Quadro 11 – Principais atrativos turísticos de Amparo.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016

4.1.3 Holambra

A cidade de Holambra foi a última a integrar o Circuito das Águas, em 2013. A cidade teve seu início a partir da imigração de holandeses que saíam da Europa atingida pela Segunda Guerra Mundial. Na época, foi enviada uma comissão ao Brasil, denominada Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda (*Katholieke Nederlandse Boer en Tuinders Bonde* – KNBTB), para viabilizar o processo de imigração, a partir de um acordo firmado junto ao Governo brasileiro. Em 1948 formou-

se a Cooperativa Agropecuária Holambra, nome originado a partir das iniciais dos dois países, Holanda e Brasil.

O trabalho conjunto, em mutirão, ajudou a formar os primeiros sítios e as primeiras plantações. Após encontrarem diversas dificuldades, muitos imigrantes acabaram retornando para a Holanda, outros foram tentar a sorte mais ao Sul do país. Os que persistiram em Holambra, mesmo com a dificuldade de comunicação entre brasileiros e holandeses, acabaram dando certo.

Posteriormente, especialistas de diversas áreas vieram da Holanda para dar assistência aos imigrantes nas diversas culturas, orientando-os na prática da policultura, que possibilitava-lhes ter mais de uma atividade agrícola.

Em 1960, fundou-se um clube com campos gramados e quadras esportivas em comemoração ao décimo segundo aniversário de Holambra. Já as atividades religiosas, eram realizadas em um pequeno espaço, na sede da fazenda Ribeirão. Somente em 1966 foi inaugurada uma grande e definitiva igreja.

Até os anos de 1980, Holambra pertencia a Jaguariúna. Somente em 1991, deu-se a votação do plebiscito decidindo pela emancipação político-administrativa, transformando Holambra em município (Figura 16). Em 1993, tomou posse o primeiro prefeito eleito de Holambra. O município recebeu o título de Estância Turística em 1998.

Atualmente, com estimativa de 13.698 habitantes (IBGE, 2016), Holambra permanece no cenário nacional e internacional como a cidade das flores. A história da imigração e colonização holandesa pode ser visitada na exposição do Museu Histórico e Cultural de Holambra. Ao todo são mais de duas mil fotos, réplicas de casas de pau-a-pique devidamente mobiliadas e decoradas com objetos da época, utilizados pelos imigrantes. Outro atrativo é Moinho Povos Unidos (Figura 17), uma cópia fiel dos tradicionais moinhos holandeses, com 38,5 metros de altura, construído pelo arquiteto holandês Jan Heidra (CIRCUITO DAS ÁGUAS, 2016).

Figura 16 – Mapa de Holambra.
Fonte: IBGE, 2016.

Figura 17 – Moinho dos Povos Unidos, Holambra.
Fonte: Pesquisa, 2016.

O grande Portal Turístico outro ponto que chama a atenção, construído em 2004, com tijolo aparente, telhado inclinado e janelas grandes, segue as características das construções típicas da Holanda. Por fim, mas não menos interessante é o passeio

pelos campos de produção de flores, que deu à Holambra o título de cidade das flores. Outros atrativos turísticos de Holambra, estão descritos no Quadro 12.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Museu Histórico e Cultural	Conta a história do surgimento de Holambra, por meio de centenas de fotos tiradas durante todo o processo de imigração e formação da colônia. Pode encontrar réplicas das antigas moradias, implementos e maquinários agrícolas, dentre outros.
Moinho Povos Unidos	Funciona como na Holanda, pela força dos ventos e moendo grãos. Foi construído pelo arquiteto holandês Jan Heidra, que já construiu e reformou aproximadamente 400 moinhos. Informações turísticas podem ser adquiridas no atendimento no Serviço de Apoio ao Turista, localizado no moinho.
Grande Portal Turístico	O Grande Portal que dá acesso ao centro de Holambra foi inaugurado em 2004, e segue as características das construções típicas holandesas. Lá também funciona o Serviço de Apoio ao Turista.
Rancho da Cachaça	Aprenda como a cachaça artesanal é produzida e aproveite para degustar as mais variadas cachaças do Rancho. Através de agendamento, você também poderá saborear a verdadeira comida feita no fogão a lenha.
Garden Center – Cidade das Flores – Passeio Turístico	O Garden Center Cidade das Flores oferece aos visitantes (turistas, floristas e varejistas), a maior variedade de flores e plantas do Brasil, todas cuidadas atentamente por dezenas de profissionais especializados no seu manejo, transporte e armazenamento.

Quadro 12 – Principais atrativos turísticos de Holambra.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016.

4.1.4 Jaguariúna

A cidade de Jaguariúna, cujo significado em Tupi-guarani é “rio da onça preta”, foi fundada por Amâncio Bueno, coronel e proprietário de terras nas proximidades do rio Jaguari. Com a chegada da estrada de ferro, a localidade foi organizada em colônias para abrigar imigrantes da Europa.

No ano de 1875 foi instalada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro na Vila Bueno. Já em agosto de 1896, criou-se o distrito que originou o distrito de Paz de Jaguary, na época, ainda vinculado ao município de Mogi Mirim. Somente em 1944 é

que passou a se chamar Jaguariúna, e mais tarde, em 1953 adquiriu autonomia político administrativa. Ver localização na Figura 18.

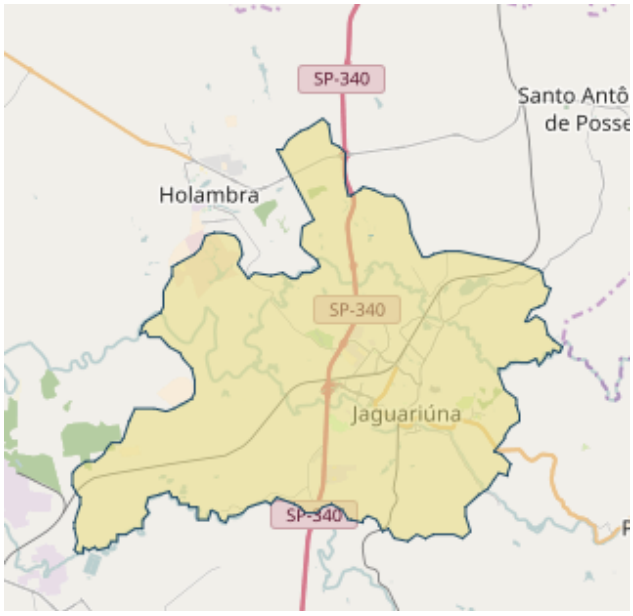


Figura 18 – Mapa da cidade de Jaguariúna.
Fonte: IBGE, 2016.

Estima-se que, atualmente, a cidade possui 53.069 habitantes (IBGE, 2016) e detém um amplo parque industrial que reúne diversos setores econômicos, como informática, comunicação, bebidas, medicamentos, metalurgia, avicultura, dentre outras. O setor de serviços também foi ampliado nos últimos anos, concomitantemente com o setor do turismo e lazer. O que se nota com clareza ao observar o aumento da estrutura hoteleira. O passeio de Maria Fumaça (Figura 19) continua em operação com objetivo histórico, cultural e recreativo.

Figura 19 – Maria Fumaça, Jaguariúna.
Fonte: Circuito das Águas Paulista, 2016.

Outros importantes atrativos turísticos encontram-se descritos no Quadro 13.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Centro Cultural Prof. Ulysses da Rocha Cavalcanti – antiga estação da cia. Mogiana de estradas de ferro	Monumento ferroviário restaurado, atualmente, abriga a Feira de Arte e Artesanato que é realizada aos finais de semana e feriados, o Botequim da Estação, o CIT (Centro de Informações Turísticas), bilheterias e plataforma de embarque e desembarque do passeio turístico de Maria Fumaça.
Casa da Memória Padre Antônio Joaquim Gomes	A Casa da Memória de Jaguariúna é uma instituição vinculada à Secretaria de Turismo e Cultura do Município, que tem como objetivo pesquisar, organizar, preservar e difundir a memória da cidade de Jaguariúna.
Teatro Municipal Dona Zenaide	A inauguração do prédio, que abrigou durante anos o cinema da cidade, ocorreu em 2008 e foi um marco para a história da arte em Jaguariúna.
Maria Fumaça	O passeio de Maria Fumaça (Figura VV) tem objetivo histórico, cultural e recreativo, atendendo a escolas, clubes, associações de terceira idade e o público em geral. Durante o passeio, monitores especializados contam a história do trem e do café, fazem comentários sobre a sociedade da época, os Barões do Café e a rotina dos trabalhadores nos cafezais.
Museu Ferroviário Deus do Lar Fereira Gomes	Espaço permanente para visitação, com peças históricas fornecidas pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) e doações de ex-ferroviários, historiadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Quadro 13 – Principais atrativos turísticos de Jaguariúna.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016.

4.1.5 Lindóia

Lindóia é conhecida como a capital nacional da água mineral, sendo essa a principal atividade da cidade. Sua formação está ligada ao município de Águas de Lindóia, sendo que sua origem se deu como povoado de Brotas, criada em 1898, com o nome de Paróquia de Nossa Senhora de Brotas, abrigava pousadas utilizadas por bandeirantes e tropeiros que viajavam a caminho do interior. Tornou-se distrito em julho de 1899 e recebeu o nome de Paz de Lindóia.

Em novembro de 1938 foi elevada à categoria de município. Contudo, em dezembro de 1953 foi reconduzida a categoria de distrito e incorporada ao município de Águas de Lindóia. Somente alcançou a categoria de município no ano de 1964, quando foi

desmembrada de Águas de Lindóia (Figura 20) e recebeu autonomia político-administrativa.

Figura 20 – Mapa da cidade de Lindóia.
Fonte: IBGE, 2016.

No ano de 1979 tronou-se estância turística e hidromineral. Abriga a maior reserva de água minera radioativa do mundo. Fornece cerca de 40% do volume total de água consumida no Brasil. Atualmente possui oito envasadoras e soma pelo menos dez fontes públicas de água mineral. O monumento em forma de garrafa (Figura 21), construído em homenagem à água mineral que leva o nome do município, chama atenção de quem visita a cidade, que é conhecida – segundo os moradores – como a capital nacional da água mineral. Lindóia possui uma população estimada em 7.591 habitantes (IBGE, 2016). Alguns dos principais atrativos estão elencados no Quadro 14.

Figura 20 – Monumento da Garrafa, Lindóia.
Fonte: TripAdvisor, 2016.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Centro de Memória	Centro de Memória mostra a história da cidade e apresenta seus ilustres moradores. Também há uma sala específica que conta à história da água mineral.
Complexo turístico do vale do barreiro	Complexo inaugurado em 1969, possui grande área com infraestrutura para todo tipo de eventos. É ideal para atividades esportivas e centro de convenções
Grande Lago Lindóia	Complexo Turístico do Vale do Barreiro com 260 mil m^2 de espelhos d'água é alimentado pelas nascentes que afloram das montanhas. É muito procurado para o ecoturismo por sua paisagem exuberante, cachoeira em sua cabeceira, árvores frutíferas e ornamentais e ninhais de garças pantaneiras.
Cristo Redentor e morro do mosquito	O Cristo Redentor foi construído em 1960, reformado em 2002 e permite a vista da cidade e também da Serra da Mantiqueira. Já no morro do Mosquito (o mais alto, com 1.400m de altitude) é possível avistar toda a região.
Garrafa "Garrafona de Água Mineral"	Iniciativa do Lions Clube, desde 1978 é o símbolo representativo da maior riqueza do Município: Água Mineral.
Obeliscos	Projetados com a função de caracterizar Lindóia como a Cidade das Águas, construídos nas entradas principais da Cidade para quem chega dos municípios vizinhos de Águas de Lindóia, Serra Negra, Socorro e Itapira.
Ponte de Arco	Construída em 1938 sobre o Rio do Peixe, por uma construtora italiana, no mandato do Governador Dr. Ademar Pereira de Barros, sendo projetada para transitar veículos para até 2 toneladas. Hoje, comporta um trafego de 40 toneladas sem sofrer abalos em sua estrutura com a finalidade de atender as Thermas de Lindóia, através da rodovia SP 360.
Praça Humberto Amaral	Também chamada de Praça da Matriz é o logradouro mais antigo da cidade. Encontra-se também a Igreja Matriz Nossa Senhora das Brotas, nome dado a Padroeira devido ao grande número de brotas d'água existentes no município.
Rio do Peixe	O Rio que corta a cidade deu origem ao nome da estância, Lindóia, que significa "rio que enche e não sai das margens" ou "Rio que não sai das margens", em tupi-guarani. Possui inúmeras cachoeiras e ilhas, destacando a Ilha dos Amores, Ilha do Padre e as Cachoeiras do Salto, dos Costas e dos Feixes.

Quadro 14 – Principais atrativos turísticos de Lindóia.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016

4.1.6 Monte Alegre do Sul

Monte Alegre do Sul se apresenta como uma típica cidade do interior, com população estimada em 7.804 habitantes (IBGE, 2016). Sua formação se iniciou em 1873, quando famílias de Amparo e Bragança Paulista se fixaram às margens do Rio Camanducaia, atraídas pelas terras férteis e pela qualidade da água.

As primeiras casas foram construídas em torno da capela erguida por Teodoro de Assis. Por se tratar de uma região com características geográficas de montanhas, entre as serras de Caraguatá e do Lambedor, acrescentou-se o nome Monte Alegre à capela construída em louvor ao Senhor do Bonfim.

Assim, em 1887, Monte Alegre tornou-se freguesia do município de Amparo (Figura 22). A cidade prosperou após a implantação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Já que em 1890 foi inaugurada uma estação em Monte Alegre, que integrava Amparo e Socorro, assim, cada vez mais atraiu novos habitantes até alcançar sua autonomia político administrativas em 1948, quando foi elevada à categoria de município.

Figura 22 – Mapa da cidade de Monte Alegre do Sul.
Autor: IBGE, 2016.

A cidade buscou preservar suas construções antigas, com estilo colonial da época do café, inclusive a estação de trem (Figura 23). Diversas trilhas e cachoeiras recortam suas serras. Seus alambiques, o balneário, atividades de aventura e opções diferenciadas de compra, constituem-se os principais atrativos da cidade. Outros pontos de interesse turístico na cidade de Monte Alegre do Sul, estão descritos no Quadro 15.

Figura 23 – Estação de Trem em Monte Alegre do Sul.
Fonte: Negri, L.C.M. <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/luis-negri/006.html>.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Santuário do Senhor Bom Jesus	Inaugurado em 06 de agosto de 1919 pelo Bispo D. Nery de Campinas. É o único Santuário da região. Tem como destaque sua beleza arquitetônica em contraste com o morro do Cristo ao fundo.
Balneário Municipal	A água utilizada vem da fonte Bom Jesus e é muito procurada para tratamento de cistites, edemas varicosos e flebéticos, além de insuficiência hepática, com bons resultados. O balneário também possui sauna úmida e seca, banho de imersão, ducha escocesa e serviço de massagem.
Cachoeiras	São diversas cachoeiras, rios, riachos. Destacam-se as cachoeiras do Falcão e das Mostardas. Esta última fica embrenhada em um vale que mais parece uma pintura, com quedas naturais de mais ou menos cinco metros, proporcionando um banho com respingos deliciosos.
Mirantes	O Mirante do Cruzeiro é formado por 14 estações que simbolizam a Via Crucis percorrida por Cristo até o Calvário, tendo início logo atrás do Santuário do Senhor Bom Jesus. O Mirante do Cristo Redentor, com acesso de automóvel, propicia melhor vista da região. A noite, a imagem do Cristo iluminada parece estar flutuando.
Alambiques	São mais de 50 alambiques que produzem pinga, vinhos e licores artesanais. Aqueles que gostam da arte e apreciam uma boa "cachaça" não se arrependem de conhecê-los.

Quadro 15 – Principais atrativos turísticos de Monte Alegre do Sul.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016

4.1.7 Pedreira

Parte das terras da “Fazenda Grande”, pertencente ao coronel João Pedro de Godoy, integrava o município de Amparo até os anos de 1885. Naquele ano o coronel comprou de seu primo José Pedro Arruda, um sítio cafeeiro, que era servido pelo ramal ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

O coronel João Pedro tinha quatro irmãos: Antônio Pedro, José Pedro, Luiz Pedro, Bento Pedro. Ao lotear suas terras, foi surgindo um povoado e dada a quantidade de Pedros, passou a ser conhecida como terra dos Pedros. Depois passou a ser conhecida pelo derivativo bairro dos Pedreiras e posteriormente por Pedreira.

Com o loteamento, o local foi aos poucos se desenvolvendo e passou a Distrito Policial em 1890; a Distrito de Paz em 1892; e finalmente a condição de município em 1896. No município, que se localiza na Microrregião das Estâncias Hidrominerais Paulista (Figura 24), a 584 metros de altitude, foi implantada, em 1914 uma fábrica de louças pelos irmãos Ângelo e Antônio Rizzi. A partir de então, surgiram outras fábricas e os trabalhos com cerâmica se tornaram a principal atividade econômica do município.

Figura 24 – Mapa da cidade de Pedreira.
Fonte: IBGE, 2016.

A fabricação e o comércio de louças formaram diversos artistas que se dedicam à modelagem e à pintura de peças artísticas, decorativas e de uso doméstico. Atualmente, isoladores elétricos abastecem tanto o mercado nacional quanto o internacional. Uma dessas fábricas é a Cerâmica Santa Terezinha, um dos maiores fabricantes de isoladores elétricos de porcelana e vidro e atualmente exporta seus produtos para mais de 40 países.

A cidade de Pedreira, cuja população estimada é de 46.094 habitantes (IBGE, 2016), tem seu extenso comércio de louças, porcelanas e vidros como seu principal atrativo (Figura 25). Também são fabricadas e comercializadas peças em madeira, alumínio, gesso, resinas, dentre outros. O Quadro 16 mostra os principais atrativos do município.

Figura 25 – Louças produzidas em Pedreira.
Fonte: Circuito das Águas Paulista, 2016.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Museu Histórico e da Porcelana de Pedreira	Instalado em antigo sobrado do final do século XIX, possui acervo composto de fotografias, peças de ferrovia, da imigração italiana, do comércio, educação, religião, além de peças de porcelanas, representativas do gosto e tecnologia de cada época, possuindo uma pequena fábrica que demonstra o processo de fabricação da porcelana.
Estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro	Inaugurada em 15 de novembro de 1875, está instalada em antigo terreno doado pelo Capitão José Pedro de Godoy Moreira, irmão do fundador da cidade. Os trilhos da ferrovia foram desativados em 1967 e o local já chegou a abrigar o Museu e atualmente é sede do Posto de Informação Turística, da Feira de Arte e Artesanato e o Banheiro Público.
Complexo Turístico do Morro do Cristo	O acesso ao morro existe desde 1932 quando os soldados constitucionalistas implantaram nele as suas trincheiras. Depois, na década de 1980, foi urbanizado e implantaram-se as estações da Via-Sacra. O local também possui a Praça Nossa Senhora Aparecida, o monumento à Revolução Constitucionalista e o portal de entrada semelhante às construções de Jerusalém.

Quadro 16 – Principais atrativos turísticos de Pedreira.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016

4.1.8 Serra Negra

A história de Serra Negra tem início no século XVIII, quando alguns colonizadores disputavam a posse de terras da região. Por se tratar de terras montanhosas e de difícil acesso, com vegetação densa e escura, ficou conhecida como Serra Negra. Em princípios do século XIX, foi fundado o povoado de Nossa Senhora do Rosário de Serra Negra, por Lourenço Franco de Oliveira, que, em princípios do século XIX, acompanhado de sua família e escravos, deixou as terras de Bragança, dirigindo-se para Mogi Mirim, onde iniciou o desbravamento dessa região, localizada nas ramificações da Serra da Mantiqueira. Juntamente com seus vizinhos, decidiu erguer uma capela em um ponto conveniente às fazendas da região, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Essa construção, iniciada em 1821, só terminou em 1828. Em 1841, foi criada a freguesia do município de Mogi Mirim, com o nome de Serra Negra. Passou à categoria de cidade em 24 de março de 1859 (Figura 26).

Figura 26 – Mapa da cidade de Serra Negra.
Fonte: IBGE, 2016.

A cultura do café trouxe muitos imigrantes e, consequentemente, o desenvolvimento da cidade. Em 1928, Luiz Rielli descobriu águas altamente radioativas de fontes localizadas em sua propriedade. Foram reconhecidas as qualidades de suas fontes de água fria, oligominerais, radioativas, para vários tipos de tratamento. Assim, Luiz Rielli construiu, em 1930, o primeiro pavilhão hidroterápico da cidade. Suas águas

passaram a serem exploradas comercialmente em 1932. Em 1938 a cidade foi elevada à categoria de Estância Hidromineral e Climática.

Transformada em estância hidromineral e climática, o turismo converteu-se em sua principal atividade econômica. Por seu clima de montanha, ameno e oxigenado, suas fontes de águas minerais com poderes terapêuticos e por suas belezas naturais, o município ficou conhecido como cidade da saúde. O teleférico é outra opção de lazer muito apreciada na cidade (Figura 27).

Figura 24 – Teleférico em Serra Negra.
Fonte: Circuito das Águas Paulista, 2016.

Serra Negra tem uma população de 28.534 (IBGE, 2016). O comércio da cidade é outro atrativo para os turistas interessados em malhas, couros e artesanatos. O município possui um balneário e outras fontes espalhadas pela cidade, além de diversos parques e atrativos rurais e de aventura. Nas propriedades rurais verifica-se, ainda, a produção de café e de outros produtos processados, como queijos, iogurtes, doces, vinhos, cachaça, licores e fubá. Outros importantes atrativos estão apresentados no Quadro 17.

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Teleférico	Proporciona um passeio aéreo e panorâmico, com 1.500m (comprimento) e 50 cadeirinhas.
Cristo Redentor	Inaugurado em 06 de julho de 1952, no alto do Pico do Fonseca. Fica a 1.080m de altura, o monumento possui 18m, sendo 6m de pedestal e 12m de estátua. O acesso se dá pelo teleférico ou por veículo. No local há um mirante e uma lanchonete.
Trenzinhos Tia Linda e Maria Fumaça	Veículo tradicional para fazer *city tour* pela cidade e visita aos principais atrativos.
Centro de Convenções do Circuito das Águas	Com 15 mil m² de área construída, possui três auditórios que comportam 1.140, 180 e 80 pessoas respectivamente. O espaço é utilizado durante todo o ano para a realização de congressos, feiras e os mais diversos tipos de eventos de cultura e lazer.
Lago dos Macaquinhos	Espaço com ampla área para piqueniques, pesqueiro, aluguel de cavalos, pedalinhos, piscinas, pistas de patinação, área verde e fontes.

Quadro 17: Principais atrativos turísticos de Serra Negra.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016

4.1.9 Socorro

O município de Socorro iniciou sua formação no final da década de 1730, época da colonização por Simão de Toledo Pizza e movimentos bandeirantes, que acabou por afugentar os índios que viviam nos arredores das bacias dos rios do Peixe e Camanducaia. No final da década de 1790 foi concedida a Simão de Toledo Pizza uma sesmaria, denominada “Campanha de Toledo”, que deu origem a Vila de São José de Toledo e ao município de Socorro (Figura 28).

Socorro foi elevado à categoria de freguesia em 1838 e posteriormente, em 1871, à vila. Somente em 1945 Socorro foi elevado à condição de Estância Sanitária, cuja economia girava em torno da agricultura, principalmente da plantação de café e do fumo, e da agropecuária. Em 1978 tornou-se estância turística, tendo a rede de malharias despontado durante os anos anteriores, somando mais de 400 microempresas do setor.

Figura 28 – Mapa da cidade de Socorro.
Fonte: IBGE, 2016.

A cidade, que possui uma população estimada em 39.896 habitantes (IBGE, 2016), tem aproveitado seu potencial para o turismo de aventura desde 1997, quando se instalou a primeira operadora de *rafting* no Rio do Peixe (Figura 29).

Figura 29 – Rafting no Rio do Peixe em Socorro.
Fonte: Circuito das Águas Paulista, 2016.

Houve aumento da rede hoteleira, centros de lazer e hotéis fazenda. Além da prática de esportes de aventura, que soma um total de 18 modalidades (dentre as quais:

rafting, acqua ride, canyoning, rapel, escalada, trekking, asa delta, trike, mountain bike, motocross, tirolesa, etc.), é possível ainda fazer compras ou desfrutar de outros segmentos não menos interessantes, como o ecoturismo e o turismo rural. Alguns dos principais atrativos de Socorro estão apresentados do Quadro 18, a seguir:

Principais Atrativos Turísticos	Breve histórico
Museu Municipal	Possui acervo fotográfico que conta a História do município em diversos períodos.
Mirante do Cristo Redentor	Localizado em um dos pontos mais altos da cidade. Do topo tem-se a vista da cidade, ideal para fotos.
Balneário da Pompéia	Balneário com infraestrutura para sauna, ducha escocesa, banhos de imersão.
Gruta do Anjo	Antiga mina de quartzo onde se formou um lago interno. É possível fazer passeios de pedalinho pelo lago. O local também é apropriado para a prática do rapel.
Pico da Cascavel e Pedra da Bela Vista	É ponto de partida para a prática de vôos de asa delta e parapente. O local também é frequentado para apreciar o pôr do sol.
Parque dos Sonhos	Empreendimento voltado para o turismo de aventura, conta com cachoeira, tirolesa e infraestrutura para hospedagem e alimentação.

Quadro 18 – Principais atrativos turísticos de Socorro.
Fonte: Adaptado de Circuito das Águas Paulista, 2016.

4.2 A infraestrutura turística do Circuito

Infraestrutura turística é o conjunto de edificações e estruturas físicas e de serviços que são indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e que existem em função da atividade turística (BRASIL, 2007), dentre os quais, hotéis, pousadas, agências e operadoras de turismo, guias de turismo, serviços de informações e outros.

De acordo com o último relatório divulgado pelo Consórcio Intermunicipal em 2016, o Circuito das Águas Paulista possui 248 meios de hospedagem (MH), entre hotéis, hotéis fazendas e pousadas, distribuídos. Os municípios de Serra Negra, Socorro e Águas de Lindóia possuem o maior número de MH; Pedreira, Jaguariúna e Holambra, o menor número. Quanto ao número de leitos, as nove cidades totalizam quase 24 mil

unidades (Quadro 19). Já a média de ocupação no Circuito das Águas Paulista situa-se em torno de 80%, o que corresponde a quase 7 milhões de turistas hospedados por ano, conforme Quadro 19.

Município	Quantidade de MH	Número de leitos
Águas de Lindóia	35	6.722
Amparo	23	1.593
Holambra	12	1.032
Jaguariúna	11	781
Lindóia	16	965
Monte Alegre do Sul	14	665
Pedreira	6	297
Serra Negra	76	7.586
Socorro	55	4.089
Total	**248**	**23.730**

Quadro 19 – Número de meios de hospedagem e de leitos no Circuito por município.
Fonte: Relatório Anual do Consórcio Intermunicipal, 2016.

Segundo os entrevistados, na baixa temporada, “a taxa de ocupação está e torno dos 40 a 50%, já na alta estação, chega a oscilar entre 80 e 90%, sendo que aos finais de semana a maioria alcança os 95% de ocupação”. (Entrevistado R1, 21:5). De acordo com o Entrevistado D1 “na baixa temporada nossa taxa de ocupação fica em torno de 40 a 50%. Na alta chega a 90%, 95%”. (6:21).

4.3 O Consórcio Intermunicipal

A atual política pública brasileira para o turismo é norteada pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que enfatiza a descentralização da gestão da atividade turística. Entende-se, que os atrativos de um município podem ser potencializados ou complementados se forem trabalhados em conjunto com outros municípios. Esse entendimento serve tanto para a formatação de produtos turísticos, quanto para solucionar problemas comuns.

Torna-se, portanto, imperativa a criação de uma estrutura de gestão capaz de administrar os produtos turísticos compostos por mais de um município, dando mais visibilidade a esses recortes territoriais. Essas novas estruturas de gestão receberam o nome de Instâncias de Governança (BRASIL, 2007; ZAPATA, 2009). Trata-se de

organizações que congregam a participação do poder público e de atores privados dos municípios que compõem as regiões turísticas, e tem como principal objetivo coordenar o programa de regionalização em âmbito regional, conforme Brasil (2004).

A partir de criação dessas instâncias, a gestão do turismo, antes concentrada nos âmbitos federal ou estadual, passou a ser compartilhada com outros segmentos da sociedade envolvidos com o turismo. As instâncias de governança podem assumir diversas formas institucionais, dentre as quais: Fórum, Conselhos e Consórcios (BRASIL, 2007).

Em 2004, as prefeituras dos nove municípios do CAP criaram o Consórcio Intermunicipal do Circuito das Águas Paulista. Cujo objetivo é divulgar os atrativos, despertar o interesse dos turistas e visitantes, colaborar para o desenvolvimento econômico e social dos municípios integrantes.

O Circuito das Águas Paulista, estava inserido na Região turística do Bem Viver. Uma das intervenções do Consórcio Intermunicipal foi solicitar a desvinculação do CAP da região turística do Bem Viver e requerer a criação da Região Turística do Circuito das Águas Paulista. Essa iniciativa teve por objetivo, proporcionar mais autonomia e visibilidade ao Circuito, conforme comentam os entrevistados:

> Então a partir de agora nós somos a Região Turística do Circuito das águas. No mapa do Estado, junto ao Ministério, nós somos uma região reconhecida. O ofício já está assinado, em 2017, nesse novo mapa, a nossa região já vai estar desmembrada do Bem Viver [da Região Turística]. (Entrevistado S1).

> (...) dentro do programa de regionalização do turismo do Ministério do Turismo, ela fazia parte da Região Turística do Bem Viver, agora já não faz mais. Porque agora o Circuito das Águas Paulista, agora está independente, é uma região turística. (Entrevistado Q1).

> A Secretaria de Turismo do Estado [*de São Paulo*] deu seu aval e assim, como Região Turística, temos mais autonomia para captar recursos financeiros e divulgarmos ainda mais a região. (Entrevistado S2).

Foi possível perceber, pela fala dos entrevistados, que existe um sentimento de vitória e de orgulho em alcançar a categoria de “Região Turística”. Nota-se que a política pública (Programa de Regionalização do Turismo) tem sido levada a sério, pelo menos no caso do Circuito das Águas. Vê-se que existe uma gestão descentralizada do turismo, representada por uma instância de governança atuante que é o Consórcio Intermunicipal.

4.4 Percepção dos gestores de MHs do Circuito sobre a mudança climática

Nesta seção, apresento o caso do Circuito das Águas Paulista a partir da análise das entrevistas com gestores de meios de hospedagem e gestores públicos do turismo, sobre a formulação de estratégias de adaptação (ou adequações estratégicas, como preferem os respondentes) à mudança climática.

Esta análise me permitiu discorrer sobre a percepção dos gestores frente à mudança climática; identificar aspectos importantes do processo de adequação estratégica; verificar a existência de articulação entre os gestores para lidar com eventos extremos do clima; e apresentar os elementos constitutivos da teoria substantiva fundamentada nos dados. A análise está acompanhada de citações de trechos das entrevistas, que podem se repetir, por servirem de fundamentação empírica para mais de um código.

Inicialmente, ao proceder com a microanálise para a codificação aberta de 25 entrevistas, foram geradas 560 citações (*Quotes*) e 162 códigos (*Codes*). Ao final de três rodadas de análise, reiniciada após cada fase da coleta de dados (Codificação aberta e axial), foi possível organizar os dados em cinco categorias: 1) Crise Hídrica; 2) Desafios da Gestão; 3) Adequações Estratégicas; 4) Instâncias de Governança (ou organizações de apoio ao turismo); e 5) Circuito das Águas Paulista. Estas categorias estão ligadas à determinada quantidade de códigos (subcategorias), conforme Quadro 20. Utilizei a ferramenta *Merge* do Atlas.ti para fundir códigos que, essencialmente tinham o mesmo significado, a fim de reduzir a quantidade sem perder as citações (*quotes*) ligadas a eles, tonando a análise mais prática e fundamentada

(*groundedness*). Ao final deste procedimento permaneceram 44 códigos distribuídos entre as cinco categorias definidas.

Categorias	**Quantidade de subcategorias (*Groundedness*)**
Crise Hídrica	14
Desafios da Gestão	13
Adequações Estratégicas	10
Instâncias de Governança	04
Circuito das Águas Paulista	03

Quadro 20 – Categorias e subcategorias gerados na codificação aberta.
Fonte: Pesquisa, 2016.

No tocante a percepção dos gestores sobre a mudança climática, notei que os entrevistados se preocupam com os possíveis impactos no turismo, principalmente ao analisar o episódio de seca ocorrido entre 2014 e 2015, que muitos deles atribuem ao ser humano, como mostram as citações a seguir:

> É motivo de preocupação, sim [*a mudança climática*]. Porque não falta água só para a gente, não; a vegetação e a fauna sofrem muito também. Aí começam as queimadas e a atmosfera muda, o clima fica completamente diferente, fica muito negativo. Agora todos têm que se mexer e todos têm que encontrar formas alternativas de armazenar e economizar água. (Entrevistado B1, 3:14).

> A mudança climática é um risco para o mundo. Não é só no Brasil (Entrevistado T1, 24:6)

> Há algum tempo tivemos um temporal aqui que destelhou, caiu arvores, e aqui não foi diferente, sentimos esses mesmo efeitos, mas graças a Deus o dano foi mínimo, mas estamos sujeitos. Mas é intempérie, não tem muito como prever. De repente muda o tempo e agora? Não tem muito o que fazer, tem que esperar e ver qual foi o prejuízo depois. Porque é da natureza, é da própria natureza. Diferente do problema água que está faltando, que a gente tem que economizar. Porque se pararmos para pensar o problema é o mau uso e o desperdício mesmo. É essa coisa toda de mudança climática, sim. Agravada por nós homens. (Entrevistado A1, 1:12; 1:14).

Na Tabela 2 são apresentados os códigos que compõe a categoria Crise Hídrica. A partir dela foi possível conhecer a percepção dos gestores quanto à mudança climática. A Figura 30 mostra a representação gráfica para a categoria Crise Hídrica,

nela aparecem dois códigos na cor verde e um na cor marrom, diferenciando-se dos demais que são vermelhos. Isso ocorre porque os códigos em verde estão também ligados a categoria, cuja predominância é verde. Já o código na cor marrom, diferencia-se dos demais por ser fornecido diretamente pelo próprio entrevistado, ou seja, é um *code in vivo*.

Figura 30 – Representação Gráfica da categoria Crise Hídrica.
Fonte: Pesquisa, 2016.

Entre o segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015 o Circuito viveu o auge da crise da água. Em função da escassez pluviométrica, que reduziu os níveis de água nas bacias que abastecem alguns dos municípios, foi decretada situação de emergência e determinadas restrições para o uso da água. Enquanto que outras cidades decretaram racionamento da água para que não ocorresse um colapso no abastecimento.

O turismo foi afetado pela crise da água, como asseveram os respondentes. Nos municípios cujas atividades dependiam de fluxo de água, como rafting, boiacross, entre outras, tiveram que ser suspensas. Em alguns casos, houve a necessidade de remanejar hóspedes para outras propriedades e em casos extremos para outra cidade.

Tabela 2 – Categoria Crise hídrica

Código (subcategorias)	*Groundedness*
"Dor de barriga não dá uma vez só"	3
A mudança climática é um risco para o mundo	9
Atividades ligadas a água tiveram que ser suspensas e hóspedes remanejados	6
Criação de comitê para avaliar a crise hídrica	8
Crise hídrica afetou o turismo	15
Crise hídrica é agravada pelo homem - má gestão e desperdício	14
Grandes hotéis com fonte própria de água e estoque razoável	6
Hóspede telefonava para saber se tinha água	5
Limpeza, desassoreamento e ampliação dos reservatórios	6
Muitos hotéis, principalmente os menores sofreram com a crise da água	15
O ano de 2014 foi péssimo para o turismo	5
Orientar funcionários contra o desperdício	11
Poço artesiano	13
Problema de abastecimento - vazão reduzida, racionamento	14

Fonte: Pesquisa, 2017.

> O rio do Peixe secou bastante e não dava para fazer atividades como rafting, por exemplo. Aqui no hotel, nós sentimos um pouco, porque reduziu bastante a vazão e por ser um hotel central, não temos poço artesiano. Mas temos caixa d'água e conseguimos contornar a crise de água. Mas teve gente que teve que remanejar hóspede, cancelar, reserva, devolver dinheiro, foi um baita prejuízo. (Entrevistado K1, 14:2).

> O pessoal acha que porque tem água pode usar e abusar. Lavar calçada, lavar carro, lavar a rua, faz isso, faz aquilo [...] E aqui no hotel a gente procura reutilizar. (Entrevistado A1, 1:19).

Segundo alguns entrevistados a crise hídrica foi mais grave para a população e para os hotéis e pousadas menores. Os gerentes de hotéis de grande porte, afirmaram que estavam preparados por possuírem lavra d'água ou por terem água armazenada para suprir as operações.

> Nosso hotel, em específico, não teve problemas porque [...] nós temos uma lavra d'água, uma mina d'água que abastece o hotel. Ela diminuiu a vazão, mas não tivemos problemas. Mas por exemplo, colaboradores tiveram problemas, em muitos bairros faltou água, na minha casa faltou água, então de uma maneira geral, tinha água por 3 a 4 horas por dia. (Entrevistado E1, 7:17).

> Houve relatos de que tiveram que dispensar todos os hóspedes e fechar a pousada de uma cidade vizinha nossa, que não tinha água. Até o poço secou na pousada e aí teve que devolver todo

> dinheiro, foi um drama. Isso causou um certo marketing negativo para o circuito como um todo. (Entrevistado B1, 3:11; 3:18).

Segundo os gestores públicos entrevistados, no período da crise foi criado um grupo para discutir soluções para os problemas relacionados à crise hídrica. Uma das providências do grupo foi a ajuda a pequenos empreendimentos no fornecimento suplementar de água com carro pipa. O código “Criação de comitê para avaliar a crise” foi mencionado oito vezes. Contudo, segundo alguns entrevistados, nenhuma mudança mais drástica foi feita.

> Que eu saiba, nada. Se foi feito, não foi divulgado. Um plano de emergência, vamos nos preparar, vamos fazer mais reservatórios, ampliar o que temos, limpar, etc. não vejo isso. É preocupante. (Entrevistado E1, 7:26)

O código “A crise hídrica afetou o turismo” teve 15 citações. Dos 18 gestores entrevistados, 15 mencionaram a redução no fluxo de turistas e que alguns hóspedes com reserva ligavam antes da viagem para perguntar se tinha água no hotel, como mencionou o entrevistado (B1, 3:8) “A primeira coisa que eles perguntavam é: como que está a água aí? Até colocamos no nosso site que o hotel dispõe de poço artesiano e que não tem problema de água”. Outro entrevistado (N1,17:5) diz que [...] “recebemos várias ligações de hóspedes perguntando se tinha água”.

> Alguns hotéis sofreram bastante, tiveram que mudar alguns procedimentos. Não sei se você chegou a conhecer o lago do cavalinho branco, aquele lago secou. Secou de você enxergar - sabe globo repórter que mostrou aquela aridez no sertão, aquele terreno rachado? – exatamente assim que ele ficou. Foi bastante difícil. Foi uma fase difícil. Então serviu de alerta; espero que as pessoas comecem a se preocupar um pouco mais. (Entrevistado E1, 7:8).

Dentre os respondentes, 5 descreveram o ano de 2014 como péssimo para o turismo. Primeiro por causa da tensão gerada pela crise hídrica e também pelas pressões por ser um ano de Copa do Mundo no país.

> O ano da copa, 2014, foi péssimo, foi um dos piores anos. Não teve ninguém aqui. Foi um período de muita cobrança, muita burocracia de vigilância sanitária, exigência que onerou muito o setor hoteleiro, sem falar da água, né. (Entrevistado L1, 15:18).

> Então a crise foi geral, todo mundo ficou sem água, não foi só aqui [*no Circuito*], foi também em Sorocaba, Piracicaba, Atibaia, então foi realmente geral. O que eles faziam é que fechavam a água num determinado horário, era racionado mesmo. Mas no momento está estável, mas não pode piscar né. (Entrevistado A1, 1:20).

O código *in vivo* (direto da fala do entrevistado) “dor de barriga não dá uma vez só” foi um alerta quanto à possibilidade de ocorrência de novos eventos extremos do clima, como se observa nos comentários a seguir:

> A gente toma várias medidas durante o momento da crise, que a água vai faltar e a gente não quer que acabe. Passou a dor de barriga, a gente para de tomar o remédio, porque isso não está incutido na gente. Esquecemos que dor de barriga não dá uma vez só. (Entrevistado E1, 7:14).

> Porque o pessoal acha que porque tem água pode usar e abusar. Lavar calçada, lavar carro, faz isso, faz aquilo. Então, a água é tudo, né. Você vive sem luz, mas sem água você não vive. (Entrevistado A1, 1:19; 10).

Boa parte dos meios de hospedagem do Circuito (14 deles), principalmente os hotéis fazenda possuem poço artesiano, que proporcionou um certo alívio no momento da crise. Contudo, mesmo estes expressaram preocupação com a crise da água. Outra subcategoria que apareceu 11 vezes foi com relação ao repasse de orientação aos empregados para evitar o desperdício de água.

> Então, ninguém aqui está preparado não. Por mais que a gente tenha o poço, vai ser bem sentida se tiver outra crise da água (Entrevistado A1, 1:11).

> Por esse motivo, com medo que acontecesse de ficar sem água, que agravasse o problema foi que acabei mandando cavar outro poço. Para que tivesse tudo normalizado, não tivesse o problema de passar apertado. Imagina você na copa do mundo, o jogador vai tomar banho e não tem água? (Entrevistado C1, 4:9) [*O empreendimento hospedou a seleção da Costa do Marfim na Copa 2014*].

> Graças a Deus a gente tem um poço artesiano, todo legalizado, todo assistido por químico e tudo mais. Mas o que a gente fez foi sensibilizar os funcionários sobre a questão do desperdício da água, não utilizar em lavagem de carro ou calçada, porque a gente ficou preocupado com a casa deles também, e a gente

> quis que eles fossem agente multiplicador. (Entrevistado B1, 3:3).

Os entrevistados que outro efeito percebido da mudança climática foi o aumento do calor na região. Dois deles mencionaram que precisaram colocar ar condicionado por causa do calor, coisa que não era necessário até alguns anos atrás. 14 respondentes asseveram que a crise hídrica é agravada pelos seres humanos, por causa do assoreamento dos rios, desmatamentos e queimadas. Podemos adicionar a queima de combustíveis fósseis (incluindo transportes terrestres e aéreos), a própria utilização de caldeiras e outras emissões ocasionadas por uma ampla gama de atrações turísticas.

4.5 Adequações Estratégicas identificadas nos MHs do Circuito

Desde a crise da água de 2014 muitos meios de hospedagem decidiram ampliar as ações para minimizar o desperdício deste recurso. Foram identificadas diversas adequações empregadas no sentido de superar os impactos da crise hídrica.

Todas as vezes que tentei inserir o termo “adaptação” ele não foi bem compreendido ou bem aceito pelos entrevistados. “Não é bem adaptação, é mais uma adequação o que temos feito”, mencionou um deles. Em função disso, adotei a palavra “adequações” em substituição ao termo adaptação, até porque o termo emergiu da fala dos atores da pesquisa. Embora saiba que se trata de estratégia de adaptação, como se fala na literatura especializada, e que ambas as palavras são sinônimas como pode se ver em qualquer bom dicionário da língua portuguesa. A categoria adequações estratégicas será apresentada na Tabela 3. A Figura 31 mostra a representação gráfica da categoria adequações estratégicas.

Tabela 3 – Categoria Adequações estratégicas

Códigos (subcategorias)	*Groundedness*
Abastecimento suplementar de água	9
Aquecimento a lenha e / ou caldeira	7
Aumento da capacidade de armazenamento de água	3
Campanha de sensibilização - Hóspede	5
Orientar funcionários contra o desperdício	11
Poço artesiano	13
Reutilização da água	5
Ser sustentável facilita acesso a crédito e financiamento	2
Substituição de equipamentos por modelos econômicos	12
Tecnologia e economia	15

Fonte: Pesquisa, 2017.

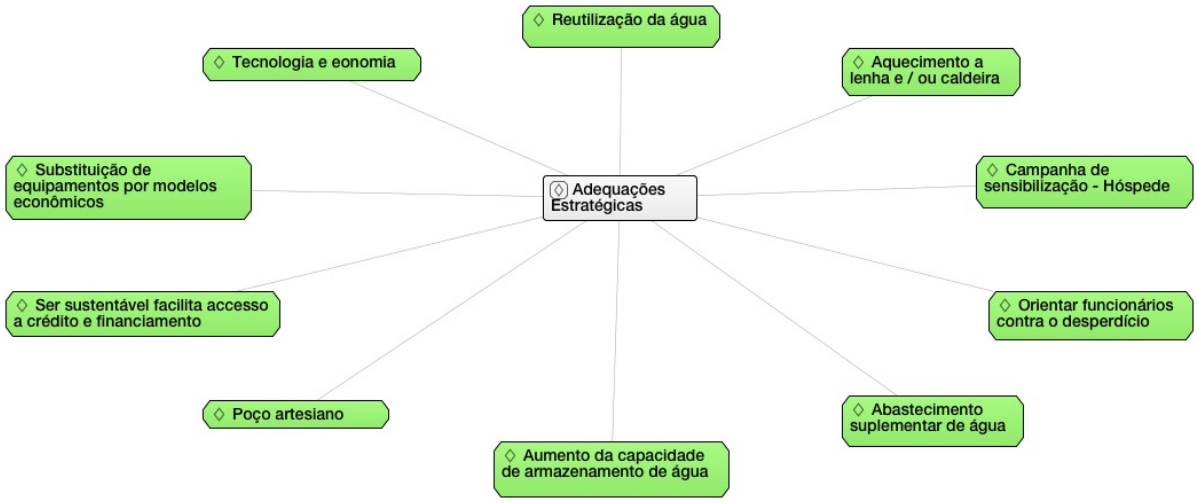


Figura 31 – Representação Gráfica da categoria Adequações Estratégicas.
Fonte: Pesquisa, 2016.

A primeira subcategoria é o abastecimento suplementar de água. Maior parte dos meios de hospedagem (16 dos 18 respondentes) do CAP possui pelo menos duas formas de abastecimento. Alguns deles, em função da crise, decidiram ampliar o abastecimento para garantir a continuidade das operações. Dentre as formas de abastecimento suplementar foram mencionadas as seguintes: contrato com empresa de caminhão pipa; poço artesiano; construção e / ou ampliação de cisterna e captação de água da chuva. O aumento da capacidade de armazenagem de água também foi destaque entre as adequações realizadas.

> Logo que a gente percebeu que teríamos esse tipo de problema, nós procuramos práticas em lugares que já tinham esse

> problema pontual por causa de demanda, principalmente no litoral. O que acontece nos hotéis litorais? Os grandes, principalmente, eles já têm contratos com empresas de caminhões de água para que num período como no *réveillon* que sempre acaba, não acabasse no Guarujá. Porque em 3 anos seguidos tinha acabado no período de réveillon. Então fizemos isso. (Entrevistado Q1, 20:7).

> Nós fomos obrigados a fazer o poço artesiano, em função da crise da água. Assim como fomos obrigados a ter um gerador próprio do hotel em função das quedas de energia, fomos obrigados a por ar condicionado nos apartamentos em função do calor. E estamos acompanhando, hotel é que nem bicicleta, não pode deixar de pedalar. (Entrevistado L1, 15:15).

> Por esse motivo, com medo que acontecesse de ficar sem água, que agravasse o problema foi que acabei mandando cavar outro poço [*artesiano*]. Para que tivesse tudo normalizado. Não tivesse o problema de passar apertado. (Entrevistado C1, 4:9).

Muito mencionado foram as campanhas internas de orientação aos funcionários para evitar o desperdício e reduzir o consumo de água. Alguns, inclusive, estenderam essa orientação ao hóspede (5). A abordagem ao hóspede era feita na recepção durante o registro da entrada do hóspede (no período em que a crise se intensificou) ou por meio de adesivos fixados nos apartamentos, a Figura 32 é um exemplo.

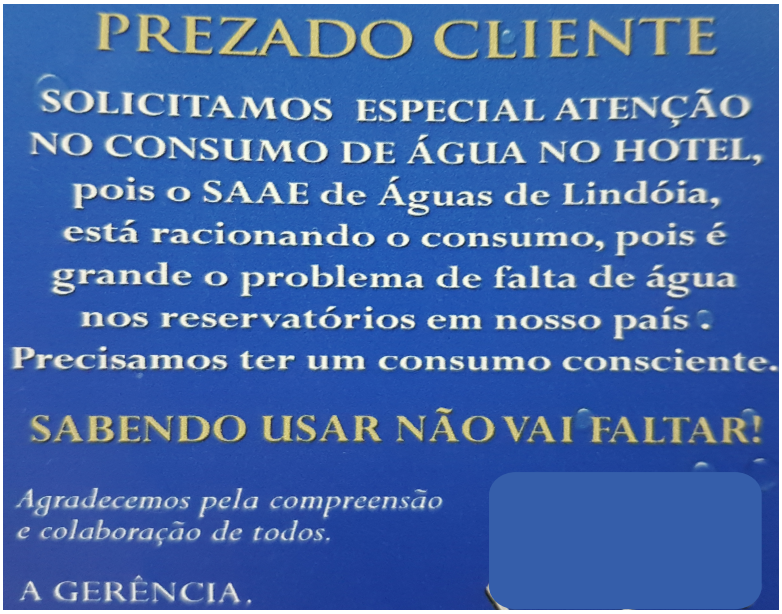


Figura 32 – Adesivo sobre uso consciente da água nos apartamentos do hotel.
Fonte: Pesquisa, 2016.

Dentre os hotéis visitados, em pelo menos cinco deles encontrei algum informativo orientando os hóspedes sobre o uso consciente da água, alertando sobre o racionamento e sobre evitar a troca desnecessária de toalhas.

Outro ponto de destaque foram as adequações referentes à energia elétrica. Os meios de hospedagem do CAP têm se empenhado em racionalização do consumo de energia por meio do uso de energia fototérmica e fotovoltaica. A energia fototérmica ou painel solar é utilizada no aquecimento da água para uso em chuveiros, torneiras e piscinas, 15 dos meios de hospedagem pesquisados fazem uso.

Os painéis fotovoltaicos são os que produzem energia elétrica. Pelo alto custo de investimento, este último foi implantado em apenas um dos hotéis pesquisados. O aquecimento a lenha é outra opção bastante utilizada pelos meios de hospedagem. Um dos entrevistados ressaltou o uso de briquetes de serragem como uma alternativa à lenha. A razão de usar o briquete, segundo entrevistado, é que além de ser uma lenha de boa qualidade, queima com alto poder calorífico, e é considerado o “carvão ecológico”.

> Várias medidas vêm sendo adotadas para modernizar e reduzir o consumo de água e de energia também. A despesa com energia caiu bastante, porque é o seguinte: antes nós fazíamos o uso do chuveiro elétrico, hoje nós esquentamos a água do hotel com caldeiras, com gerador de calor. E usamos madeira reciclada, que chama briquete. Briquetes de serragem. É um pouco mais caro que madeira? Sim, mas não faz sujeira, queima 100% e não polui. (Entrevistado D1, 6:9).

> Nós investimos, fizemos com um projeto que é um pouco caro ainda no Brasil, que é a energia fotovoltaica. Energia que ela acumula e ela fornece não só água quente como a própria luz. Vamos dizer, a luz dos cômodos do hotel todo. O problema é o custo, que ainda vai demorar uns sete anos para pagar o equipamento. (Entrevistado C1, 4:6).

Os respondentes (12) mencionaram também a substituição de equipamentos por modelos mais econômicos e eficientes, dentre os quais destacam-se:

- torneiras com temporizador;
- redutor de vazão de água para duchas;

- redutor do fluxo de água para caixas de descarga dos vasos sanitários;
- descargas com duplo acionamento;
- substituição das descargas de válvula de parede por caixas acopladas;
- lavagem a seco (que segundo eles reduz em até 90% o consumo de água;
- correção de vazamentos;
- manutenção preventiva ao invés da corretiva.

Outras medidas informadas referem-se a redução do tamanho dos jardins, redução nas regas, que passaram a ser semanais ao invés de diárias; reutilização de água da máquina de lavar louças para lavar a cozinha. Outra medida mais enérgica foi a redução do tamanho da propriedade.

> Colocamos economizadores de água, torneiras com temporizador, caixas de descarga com duplo acionamento, enfim [...]. Enfim, a gente faz a medida do possível, até com uma certa pressa para que a gente possa deixar aí para as outras gerações uma situação menos dramática. (Entrevistado E1, 7:10; 7:27).

> Aqui eu procuro sempre colocar o que tem de melhor. Sou vidrado em tecnologia e também sou vidrado em natureza, como eu falei para você. Aqui nós temos energia solar, no prédio todo, lá embaixo [*campos de futebol e áreas de lazer*] também é energia solar. Todo o empreendimento tem energia solar. E lógico, tem a reserva elétrica a gás também. Se precisar entra o gás. (Entrevistado C1, 5:5).

Maior parte dos entrevistados (15 de 18) falou da importância da tecnologia como forma de economia para os empreendimentos. Mesmo que o investimento inicial seja alto, no longo prazo vale a pena. Foi mencionado ainda, que ser sustentável pode ajudar no acesso ao crédito e financiamentos (2 entrevistados). Outros mencionaram que é bom para a reputação da empresa.

> A gente vem tentando entrar naquela fase de um hotel sustentável, então tem várias propostas para gente conseguir reverter essa situação. Uma delas é a reutilização da água. (Entrevistado A1, 1:21).

> E uma das ações principais é a sustentabilidade, e isso envolve a questão da água, desde o manancial, até o abastecimento de toda a população. (Entrevistado C1, 5:30).

Dentre os meios de hospedagem que participaram da pesquisa 16 deles promoveram alguma adequação estratégica. Dois deles mencionaram que pouco ou nada mudaram em função da crise hídrica ou por motivos de economia. Um deles, inclusive, mencionou que o prédio do hotel é alugado e em função disso não promoveu nenhuma alteração na estrutura física ou de equipamentos.

> O prédio não é nosso, pagamos o aluguel, por isso não fizemos nenhum tipo de mudança. Nem física, nem nos equipamentos. Aqui essa parte de torneiras, chuveiro, não foi modificado nada. Mantemos do jeito que estava antes. (Entrevistado F1, 8:13).

4.6 Articulação entre gestores para lidar com eventos extremos do clima

Inicialmente esta seção trataria da articulação entre gestores para lidar com eventos extremos do clima. Contudo, quando adentrei no campo, percebi que existiam outras questões igualmente importante para os atores. Questões estas que eles me permitiram conhecer e que apresento nesta seção. Para melhor organizar as informações, optei por subdividi-la em três categorias, nomeadamente: Desafios da gestão hoteleira; Organizações; e Circuito das Águas Paulista.

4.6.1 Desafios da Gestão

Durante as conversas com os entrevistados, foram colocados diversos pontos que vão além da formulação de estratégias de adaptação à mudança climática. Como a *Grounded Theory* emerge dos dados, não poderia deixar de mencionar tais questões. Dentre os 13 códigos presentes na Tabela 4, os três mais críticos e que preocupam a gestão é: falta de união da classe hoteleira (17); Ineficiência da gestão pública do turismo (14); e operacionalizar e dar lucro (14). A Figura 33 traz a representação gráfica da categoria Desafios da Gestão.

Grande parte dos entrevistados mencionou que a classe hoteleira é desunida e egoísta, e que a situação melhoraria para todos se os mesmos trabalhassem em

parceria. Embora todas as cidades tenham uma associação hoteleira, percebi que existe falta de diálogo entre eles. Mesmo tendo interesses comuns, eles não parecem conversar entre si.

Tabela 4 – Categoria Desafios da Gestão

Códigos (subcategorias)	*Groundedness*
Altos custos com pensão completa	7
Ampliar reservatórios	3
Dificuldade de mão de obra especializada	5
Falta de união da classe hoteleira	17
Formação acadêmica dá uma visão mais global das coisas	8
Incentivos para investimento em tecnologia - água e energia	5
Ineficiência da gestão pública do turismo	14
O "problema" da pensão completa	9
O turismo movimenta a cidade	11
Operacionalizar e dar lucro	14
Parceria entre hotéis das cidades do Circuito	8
Principais despesas são a folha de pagamento, energia elétrica e alimentação	5
União do setor privado com o público	9

Fonte: Pesquisa, 2017.

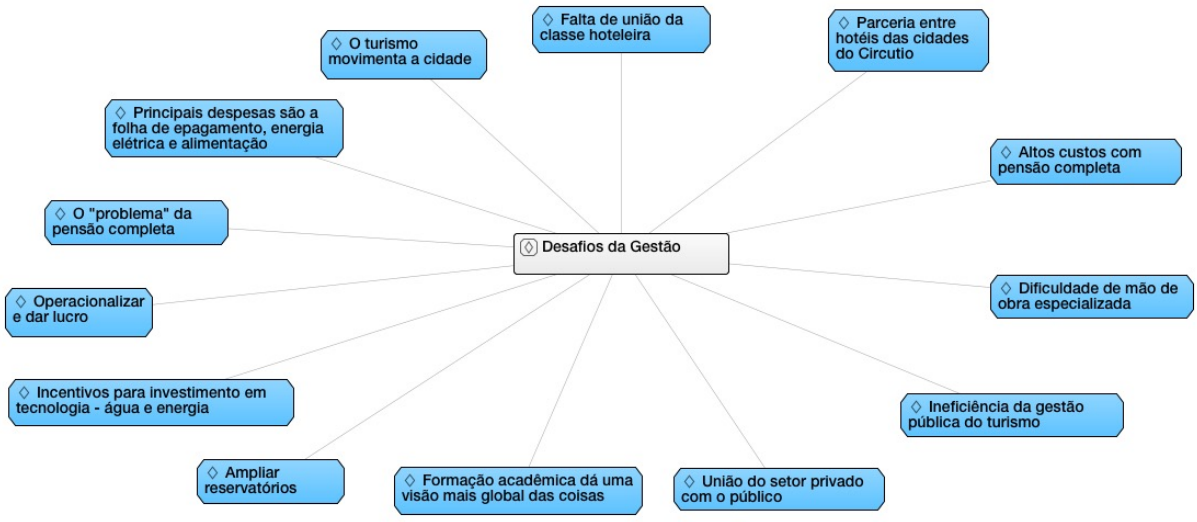


Figura 33 – Representação Gráfica dos Desafios da Gestão.
Fonte: Pesquisa, 2016.

> Nós pagamos uma taxa para a associação dos hoteleiros, só que raramente eles promovem alguma reunião com alguma sugestão que seja viável a todos os hotéis. Então a gente tem essa dificuldade, vou te dar um exemplo: hoje mesmo eu estava falando com a pessoa que é o responsável técnico pela água e ele disse que faz tempo que ele está tentando que os exames que atestam a qualidade da água sejam feitos através da

> associação dos hoteleiros para tentar baixar os custos para todos, porque tem exames que são mandados fazer fora daqui. E não se chega a uma conclusão, então, quer dizer, a gente fica sem saber se a água está boa ou não. Se aparece a vigilância sanitária aqui e de repente vai ver que a água não está de acordo. Então a gente toma todas as precauções, a gente usa cloro, a gente faz o teste de nível de ferro, para a poder limpar a gente tem o filtro. Mas poderíamos fazer isso através da associação, com preços menores, mas não acontece. (Entrevistado A1, 1:5).

> Eu já chamei todos os hotéis para uma reunião e só apareceram cinco pessoas, sendo que duas eram do mesmo hotel. Então assim, a gente tem uma dificuldade muito grande de relacionamento e comunicação entre os meios de hospedagem. (Entrevistado A2, 2:10).

> Eu acho que está na hora de reunir mesmo e tomar alguma posição. Aqui no município é tudo muito individualista, a posição de cada um. E isso aí não ajuda, tem que unir de fato os hoteleiros e dar uma opinião, porque todo mundo investe. Tem aí uns três hotéis grandes, maiores que o meu que já fecharam as portas. Então eu acredito que são várias coisas. (Entrevistado C1, 4:14).

> Os hoteleiros, no geral, são uma classe egoísta. Cada um pensa em si, mas não no todo, não no turismo como um todo. Para você ter uma idéia, na nossa volta aqui nós temos quatro hotéis fazenda. Cada um por sí. Ninguém senta e diz peraí, meu movimento hoje está fraco, o que a gente pode fazer? Se melhorar para mim melhora para você, vamos tentar fazer alguma coisa em conjunto. Não, cada um por sí e que vença o melhor. É complicado. (Entrevistado A1, 1:10).

Curiosamente, Lindóia, um dos municípios com menor número de meios de hospedagem, foi o único que não pontuou a questão da desunião como um problema. Ao contrário, ao conversar com os gestores de hotéis, eles mencionaram que não existe concorrência entre eles, mas sim colaboração. Que estão sempre se comunicando e facilmente resolvem problemas de *overbooking,* traçam metas e promoções juntos e resolvem qualquer outro problema relacionado a classe.

> Então a classe hoteleira aqui [*Lindóia*], ela é até diferente de outras cidades, porque o grande problema que o pessoal tem por exemplo, você pega Serra Negra tem a Associação Comercial, depois tem Associação de Hotéis, pelo o que eu ouço falar eles têm muita dificuldade com isso lá, aqui não, na verdade nós temos reuniões periódicas, nós repassamos hóspedes um para o outro. Eu faço parte da federação, com a FEDESP e a

> gente tem eles como parceiros. O que deixou Lindóia forte na hospedagem foi o fato de ter essa liberdade, essa união. Por exemplo, eu tenho uma demanda de 100 pessoas, mas eu só tenho 60 unidades, então eu distribuo a demanda para outros. O que vale aqui é a união. (Entrevistado H1, 10:5).

Outro código bastante comentado foi sobre a "ineficiência da gestão pública do turismo". Com exceção dos municípios de Lindóia e de Serra Negra, todos os demais municípios reclamaram da ineficiência do órgão municipal de turismo. Comentaram que o município não divulga a cidade como deveria, e que por isso eles perdem público para os concorrentes, no caso o litoral paulista ou outras regiões serranas. Que a água deixou de ser o principal atrativo, embora se reconheça o seu poder curativo; que os balneários precisam ser modernizados; e que o turismo de evento que se fortaleceu no Circuito precisa de uma gestão mais dinâmica e voltada, de fato, para o crescimento da atividade turística.

> Eu acho que falta um pouco de união entre os hoteleiros. Eu penso que o turismo é uma atividade bem lucrativa para a cidade. É lógico que o comércio também. É claro que falta uma integração melhor entre o setor hoteleiro e a cidade. (Entrevistado D1, 6:13; 6:22).

> O principal desafio, acredito que não só aqui nos municípios, mas acho que em outros aqui do circuito é uma gestão competente por parte dos dirigentes da cidade. Quanto aos hoteleiros, eu sinto falta de uma união maior, uma oxigenação maior na forma da gestão dos hoteleiros. (Entrevistado B1, 3:1).

> Além de você ter que vender o seu empreendimento, você tem que vender a sua cidade. Se fosse o contrário, seria uma cidade super bem divulgada, vamos supor. Seria mais fácil, mas assim, a gente tem que divulgar o destino e o seu hotel. Teria que ser o contrário, já ter a divulgação do destino e você só teria que se preocupar com a divulgação do seu hotel. A gente ainda tem que convidar as pessoas a virem para a cidade. Então essa é uma das barreiras que temos hoje. (Entrevistado N1, 17,2).

> Olha, o problema é que a atual gestão pública não promove o turismo na cidade. Fica tudo por conta dos hotéis mesmo. Não existe muito essa união do setor do turismo, e também eles não trabalham muito em conjunto com associação comercial ou hoteleira, então é meio desunido. (G1, 9:1).

Outro ponto bastante citado foi a dificuldade de operacionalizar e dar lucro (14), embora a maioria reconheça que o turismo movimenta a economia da cidade, existem

diversos problemas que deixam a classe hoteleira descontentes. Notei que o ponto mais grave é mesmo a falta de comunicação entre eles. De um lado, existem os hotéis que praticam o regime de pensão completa, e que reconhecem que esta opção é dispendiosa e que preferiam operar somente com o café da manhã, tendo em vista que alimentação é a segunda despesa mais alta, atrás somente da folha de pagamento. Em seguida vem as despesas com energia elétrica e água.

> Na verdade, 50% dos custos de um hotel hoje, é voltado a alimentação. Teria que sentar todas as partes envolvida e fazer um planejamento a longo prazo. Começando no primeiro ano tirando as refeições nas segundas-feiras, no segundo na terça e assim sucessivamente. E paralelo a isso, criar um polo gastronômico que atenda a todos esses públicos. (Entrevistado C2, 5:10).

> Eu penso que o turismo é uma atividade bem lucrativa para a cidade. É lógico que o comércio também. É claro que falta uma integração melhor entre o setor hoteleiro e a cidade. Porque é o seguinte, a maioria dos hotéis aqui trabalha com café, almoço e jantar [*pensão completa*]. Hoje 50% das despesas são oriundas de alimentação. Se você tivesse condições de fazer que nem hotel de praia, que vende só pernoite e café da manhã, você poderia agregar valor a sua diária vendendo a refeição a *La carte*, um pouco mais caro porque é um outro tipo de serviço. E abrir espaço para os restaurantes da cidade. Só que é o seguinte, não se tem diálogo entre a associação comercial e associação de hoteleiros. Então falta uma união da comunidade em geral. (Entrevistado D1, 6:13).

De outro lado, hotéis com regime de café da manhã reclamam que acabam perdendo hóspedes para os hotéis que oferecem o regime de pensão completa. Segundo eles, isso é ruim para o turismo da cidade e para o Circuito como um todo. Primeiro porque esvazia a cidade, o hóspede acaba tendo tudo o que precisa dentro do hotel e acaba nem frequentando o comércio local. E segundo porque intimida o surgimento de novos restaurantes e bares, além de manter o turista na cidade, não permitindo que ele se desloque para outras cidades do Circuito.

> O maior desafio é que a maioria dos hotéis daqui são pensão completa. Isso acaba dificultando tanto aqui no hotel, como no restaurante também. A maioria dos hotéis acaba tendo pensão completa e aí o turista acaba não saindo muito daquele hotel, porque encontra tudo lá. A cidade, de modo geral, também não acompanhou muito o turismo, tá meio desleixada, meio acabada. (Entrevista F1, 8:1).

> Por conta de os hoteleiros praticarem a pensão completa (café almoço e janta), as vezes eu [*o turista*] estou em uma loja, querendo comprar, e eu estou presa, eu não consigo fluir, então fica aquele corre, corre para voltar para o almoço. Então a parte de lanchonete, alimentos e bebidas, a gente vê que abre, fecha, abre, fecha... se os hotéis todos se unissem para naquele dia, todos só servirem café da manhã (mas antes disso já teriam que ver lanchonete, restaurantes, quiosques), fomentaria o comércio. O hóspede tem esse poder de fomentar o comércio da cidade. (Entrevistado B1, 3:19)

O problema da pensão completa inclui ainda outra preocupação, conforme comenta a Entrevistada A1, 1:15: *"A gente tem que fazer as três refeições porque todos os hotéis fazem, então aqui pra gente fica difícil a mão de obra, é garçom, cozinheiro, tudo isso que é o giro do hotel"*. A questão da disponibilidade de mão de obra especializada também foi mencionada como um desafio para gestão hoteleira.

Novamente o município de Lindóia se destaca e explica como evitou este problema.

> Maioria dos nossos hotéis não tem refeições. Então a gente não engloba a refeição na diária. Isso também é muito interessante. Isso já é acertado entre os hoteleiros até no CONTUR [*Conselho Municipal de Turismo*]. Isso já é acertado, porque a gente quer que cresçam os restaurantes na cidade. Isso tem dado resultado. (Entrevistado I, 11:10).

A reivindicação dos entrevistados quanto a necessidade de união da classe hoteleira, bem como a união do poder público com o setor privado faz todo sentido. Outro código bastante mencionado é quanto a formação acadêmica e a profissionalização da gestão.

> Outro desafio que eu vejo na cidade é profissionalizar a gestão. Alguns hotéis têm gestão profissionalizada. Outros hotéis tem ainda gestão familiar. Alguns com capacitação acadêmica, outros não. Esse é um desafio. Você conseguir dizer para uma pessoa que não tem conhecimento acadêmico, que aquele conhecimento acadêmico, faz diferença. Que o mundo mudou, que se ele ganhava dinheiro há 20 anos, se ele não abrir os olhos... [*pausa*]. Só que o mundo mudou, e se as pessoas não estudarem, não abrirem seus horizontes, cada vez mais os seus negócios vão ser ineficientes. Eu acho que esse é um desafio; é convencer de que ele precisa estudar ou que a segunda geração precisa estudar. (Entrevistado E1, 7:4; 7:7; 7:28).

> Olha, existem ainda hoteleiros da época dos dinossauros, que na verdade nem chamo de hoteleiros, chamo de donos de hotéis. Existem esses caras ainda que não se preocuparam em se profissionalizar, mas são uma minoria total. Todos os outros já estão muito sintonizados, então já está acontecendo essa mudança, essa coisa de dar valor a uma formação acadêmica (Entrevistado J1, 12:17).

Os respondentes também mencionaram a importância de incentivo para investimento em tecnologia para eficiência energética e de água.

> Então, o que nós precisamos também é de projetos de lei de incentivo a investimentos em tecnologia pra água; então são batalhas que nos temos aí junto aos entes públicos, para que a gente possa inclusive ter incentivos pra poder melhorar a eficiência energética. (Entrevistado J1, 12:13).

Mencionaram que os custos ainda são altos no país, e isso inviabiliza o investimento. Mais uma vez entra a questão da união da classe, para que se torne mais representativa e consiga resultados comuns, junto às esferas competentes.

4.6.2 Instâncias de Governança

Outra categoria que emergiu dos dados foram as instâncias de governança, por isso dei esse título a esta seção, devido a importância que elas parecem ter para os respondentes e como consequência para o Circuito (Tabela 5). A Figura 34 mostra a representação gráfica da categoria Instâncias de Governança.

Como mencionado no início deste capítulo, as instâncias de governança são organizações que contam com a participação do poder público e do setor privado dos municípios integrantes das regiões turísticas, que tem o papel de coordenar o turismo no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. E como mencionou o Entrevistado S1, 22:2 *"hoje, a Regionalização está aí com tudo. O Ministério do Turismo só manda verba para a região turística, não manda a verba para a cidade. Então nessas situações é onde o Consórcio entra".*

Sobre os Conselhos Municipais de Turismo - COMTUR os respondentes ressaltaram que têm sido bastante atuantes: "*Eu já vejo resultado com a readequação do CONTUR, o pessoal já está se organizando com relação as novas leis, a importância do inventário da cidade que já voltou a ser feito.* (Entrevistado A2, 2:12)".

Tabela 5 – Categoria Instâncias de Governança

Código (subcategoria)	*Groundedness*
Conselho Municipal de Turismo atuante	14
Conselho Regional de Turismo tem discutido mudança climática	7
Consórcio faz a interligação entre as nove cidades e resolve problemas comuns	14
Região turística do Circuito das Águas	5

Fonte: Pesquisa, 2017.

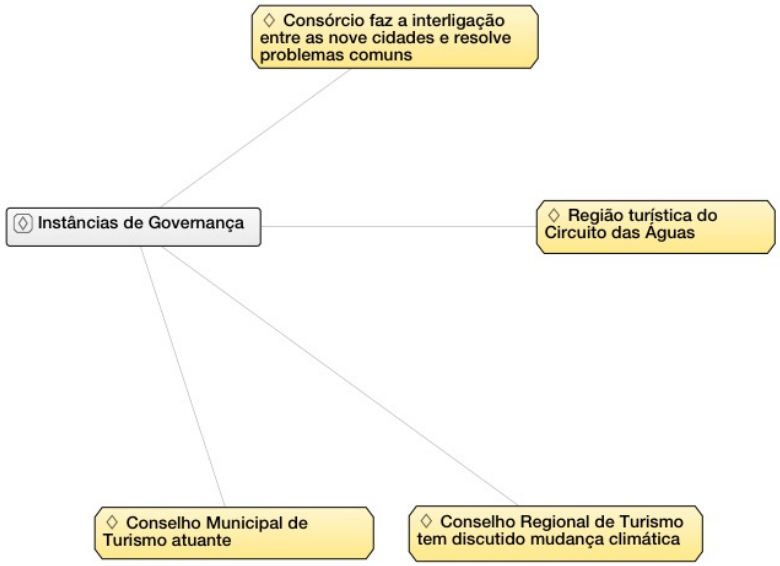


Figura 34 – Representação Gráfica das Instâncias de Governança.
Fonte: Pesquisa, 2016.

> O CONTUR, ele tem a constituição de um Presidente, o Vice-presidente, o Secretário, o Tesoureiro, e as demais diretorias. Ele é composto por 50% de membros da sociedade, e 50% de funcionários públicos. E ele tem essas duas frentes, para poder trabalhar pelo desenvolvimento do turismo na nossa cidade. O atual Presidente é o Presidente da Associação comercial, o Vice-presidente, é o Vice da Associação Hoteleira, e depois é dividido entre poder público e iniciativa privada as demais diretorias do CONTUR. (Entrevistado C2, 5:5).

Parece existir uma relação contenciosa entre os hoteleiros e o órgão oficial de turismo de alguns municípios, como se observa na fala do Entrevistado E1, 7:22.

> Nós temos a força grande de um órgão chamado COMTUR, aí a gente acaba entrando em uma questão política, o que eu vejo aqui é que não tem interesse da prefeitura de que o COMTUR seja realmente participativo e tenha uma função real. A prefeitura prefere ter “o poder” na mão dela do que dividir algumas decisões com o COMTUR. Mas nós somos o COMTUR.

Percebi que os municípios de Lindóia, Serra Negra e Amparo conseguiram harmonizar a relação entre o COMTUR e o órgão municipal de turismo. Nesses três municípios os gestores que entrevistei participam ativamente do processo decisório do turismo, juntamente com comerciantes, tendo em vista que as duas associações (comercial e dos hoteleiros) participam do COMTUR, e com outros órgãos públicos. O que tende a continuar trazendo benefícios para a atividade turística.

> Existem dois fatores importantes para o turismo: primeiro é o fator educação, para que as pessoas saibam receber o turismo O segundo é a administração pública; é a parceria com a gestão pública. Nós aqui temos um excelente prefeito que foi reeleito, uma pessoa muito honesta, tem investido no turismo, tem feito muita coisa para que o turismo aconteça. Tem uma relação excelente com o COMTUR, e temos mais quatro anos pela frente para trabalharmos juntos. (Entrevistado I1, 11:3).

Nos demais municípios o COMTUR também possui um papel importante, em cinco deles está sendo reestruturado, somente o de Pedreira estava desativado. Porém, conforme comentaram os respondentes por questões legais, para que o município se mantenha como estância turística, os mesmos deverão cumprir alguns requisitos, um deles é ter o COMTUR ativo.

> Nós sempre trabalhamos para que haja uma união entre todos. A gente está sempre tentando, conversando, tentando fazer, realizar ações que beneficiem eles na parte profissional; profissionalizando o atendimento, melhorando seus ambientes, adequando né, porque houve muitas alterações nas leis. Esse ano principalmente, na parte de acessibilidade, adequações, então estão havendo essas mudanças e são muito rápidas, então a gente tá sempre fazendo com que eles acompanhem essas mudanças. O Consórcio trabalha pelo Circuito. (Entrevistado J2, 13:12).

Os entrevistados mencionaram com entusiasmo a criação de um Conselho Regional de Turismo, que irá representar o interesse dos nove municípios. Segundo o Entrevistado P1, 19:2, *"o conselho de turismo tem ajudado bastante, tem tido várias reuniões, para incentivar, motivar, ajudar o setor do turismo como um todo"*.

> Além dos Conselhos Municipais nós temos um conselho regional. Esse conselho regional, o que é? Os presidentes dos conselhos municipais e os vices, junto com os gestores municipais, junto com o consórcio. E se reúnem aqui, porque a cada dois meses nós temos reuniões para decidir novos rumos do turismo do Circuito. (Entrevistado S1, 22:34).

> O Consórcio está bem orientado atualmente. Tem uma turma nova que está orientando bem. E é importante. O COMTUR também participa das reuniões, eu vou às reuniões. A gente participa, as pessoas são bem articuladas e se movimentam pra isso, para melhorar o turismo no Circuito. (Entrevistado, I1, 11:17).

> Sobre o Consórcio Intermunicipal, ele faz um bom trabalho, não pode é ficar adormecido. Porque o consórcio tem participação na união das cidades. São nove cidades ao todo e o consórcio faz a ligação entre elas. Então toda essa divulgação conjunta ajuda o Circuito. Apesar do circuito se vender sozinho, esse trabalho de marketing conjunto ajuda muito. (Entrevistado J2, 13:12).

Quanto ao Consórcio Intermunicipal de Turismo, os respondentes demonstraram a relevância desta instância de governança para as divulgação e união das cidades do Circuito. Principalmente porque, como dizem os entrevistados, *"agora somos região turística do Circuito das Águas"; "o Circuito das Águas Paulista, agora está independente, somos uma região turística"* (Entrevistado A2, 2:7). Para eles isto fortaleceu a identidade e evidenciou o protagonismo do Circuito.

4.6.3 A Região Turística do Circuito das Águas Paulista

Esta categoria não poderia ficar de fora, porque os entrevistados demonstraram sempre muita afeição e orgulho pela região do Circuito das Águas Paulista. E passar a ser uma Região Turística independente foi um passo importante no desenvolvimento

do turismo. Os principais códigos estão presentes na Tabela 6, e na Figura 33 está a representação gráfica desta categoria.

Tabela 6 – Categoria Circuito das Águas Paulista

Códigos (subcategoria)	*Groundedness*
Afeição pelo Circuito	4
As nove cidades se complementam	3
Identificação com o Circuito	7

Fonte: Pesquisa, 2017.

Como eles disseram, as nove cidades do Circuito se complementam. Percebi que os gestores entrevistados se identificam com o lugar e indicaram que seria muito pesaroso se tivessem que deixar a região.

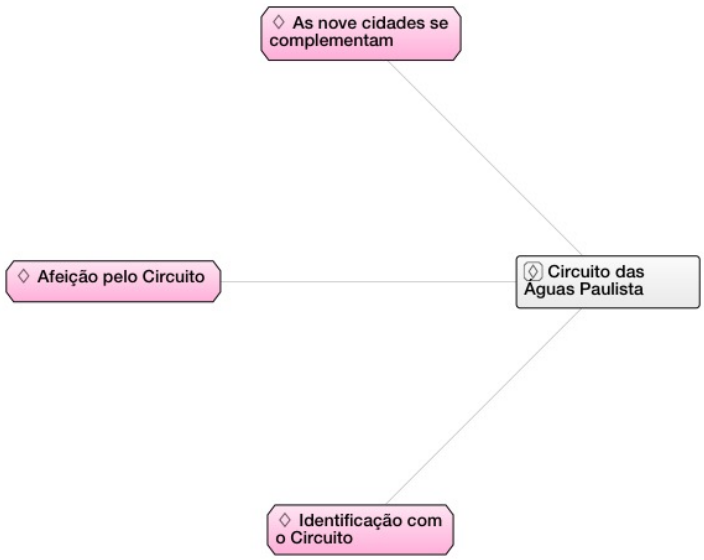


Figura 35 – Representação Gráfica do Circuito das Águas Paulista.
Fonte: Pesquisa, 2016.

> Nós temos um clima bom, uma água maravilhosa, que a é água de Lindoia é internacionalmente conhecida e nós buscamos isso; buscamos dar tranquilidade, segurança, para todos aqueles que nos visitam. (Entrevistado I1, 11:33).
> Cada uma oferece como atrativo principal, coisas diferentes. Então esse é o bacana da nossa região. Nós como gestores não podemos deixar de trabalhar todas as áreas. (Entrevistado, S1, 22:33).

> Então o circuito se complementa. Nenhuma das cidades elas se repetem, cada uma tem o seu forte. Nove cidades. Tenho Águas de Lindoia que é forte o termalismo; Amparo, cidade histórica; Holambra temos as flores e é uma cidade tipicamente

> holandesa. Tenho em Jaguariúna a Maria Fumaça, nesse percurso existe o museu da mugiana, onde tem um guindaste que é o único no mundo, foram feitos 2 e o único que ainda está em funcionamento está aqui. Lindoia hoje é produtora de aproximadamente 45% de toda a água mineral distribuída no país. Monte Alegre do Sul, cidadezinha de pouco mais de 6mil habitantes, onde tenho de 100 a 150 produtores de cachaça e vinho artesanal, fora o santuário. Pedreira, falou em compra, falou em Pedreira, porcelana, artesanato, tem o museu da porcelana, que esse ano completou 100 anos. Serra Negra, parte de compras, malha e couro de qualidade é aqui que vai encontrar. E Socorro, você encontra acessibilidade e turismo de aventura. Então assim, nenhuma das cidades se repetem. Cada uma oferece como atrativo principal, coisas diferentes. Então esse é o bacana da nossa região. (Entrevistado S2, 23:45).

4.7 Uma teoria substantiva da formulação de estratégias de adaptação à mudança climática nos meios de hospedagem do CAP

Esta seção apresenta os elementos da teoria que explicam a formulação de estratégias de adaptação à mudança climática nos meios de hospedagem (MH) do Circuito das Águas Paulista (CAP). Para definir os temas que fazem parte das propriedades da categoria central, utilizei como referência a quantidade de *groundedness* que é o grau de fundamentação empírica atribuído aos códigos, que, por sua vez emergiram dos dados.

Inicialmente, descrevo a **categoria central da teoria**, que é a representação do fenômeno estudado. Na sequência, são apresentadas as relações de todos os demais elementos que compõem o esquema teórico que explicam “como”, “quando” e “por que” os meios de hospedagem do CAP se adaptam às mudanças climáticas. Apresento, ao longo da seção, as proposições que compõem a teoria, e por fim, forneço uma avaliação da teoria substantiva, com relação à fundamentação empírica.

4.7.1 A categoria central: Percepção da crise hídrica

Como mencionado na seção anterior, de acordo com a análise das entrevistas, foi possível conhecer as percepções dos gestores tanto no período da crise hídrica em 2014, quanto no período considerado “normal” (pós crise da água) em 2016. As experiências dos gestores em desenvolver ações em resposta à crise hídrica, permitiram a explicação sobre como ocorre a formulação de estratégias de adaptação à mudança climática (MC).

Durante as etapas de análise a teoria foi sendo confirmada e refinada. Ao final da codificação seletiva foi possível responder à questão que acompanha a pesquisadora no método da *Grounded Theory:* Sobre qual fenômeno tratam os dados? Ou especificamente: Como os meios de hospedagem do CAP se adaptam às mudanças climáticas? A hipótese que se mostrou válida foi a **percepção da crise hídrica** que se refere a crença na mudança climática e nos riscos associados a ela.

Na *Grounded Theory* a categoria central é a representação do fenômeno a ser explicado pela teoria substantiva. Os elementos que compõem a teoria giram em torno da categoria central, portanto devem ser capazes de explicar como os MHs se adaptam à mudança climática.

Para desenvolver qualquer estratégia de adaptação, é necessário que tenha consciência de que existe uma ameaça a continuidade das operações do negócio. É preciso perceber o que está ocorrendo e como esta ocorrência pode afetar o negócio. A partir do momento em que se percebe a crise como um risco ao negócio, é possível intervir. A crise pegou muita gente de surpresa, pois acreditava-se que ia chover logo, porque sempre chovia.

> Na verdade, fiquei com medo do que vinha pela frente, o momento pedia prudência. Sinceramente, como disse, sou daqui, nasci aqui, mas nunca tinha visto uma situação dessas. Cheguei a pensar que não ia mais ter chuva mesmo. (Entrevistado C1, 4:8).

> Os hotéis sendo obrigados a perfurar o solo para fazer poço artesiano, para poder sobreviver também, em função da mudança climática. O que eu acabei de falar, por causa do aquecimento global que a gente vem sofrendo, também diminuiu as nascentes, diminuiu a vazão. Você vê que diminuiu [...] (Entrevistado L1, 15:14).

> [*a crise hídrica*] prejudicou sim. Porque alguns hotéis não tem poço artesiano. Então dependia mesmo da água que vem do SAAE, que é tratada, própria para consumo. Só que o nosso lago é pequeno, então precisa de outros lagos menores para abastecer as regiões mais distantes. Mas assim, o centrão mesmo é só com o lago e ele está baixando bem o nível. (Entrevistado A1, 1:4).

As citações acima mostram que a maioria dos respondentes perceberam e atribuíram a crise hídrica à mudança climática. Os dados analisados demonstraram que a crise da água afetou o turismo, principalmente no ano de 2014, auge da crise, conforme mencionado na seção anterior. Ocasionando problemas de abastecimento e racionamento nos municípios do CAP. Nota-se, portanto, que esta a percepção é importante para proceder a adaptação. Ao perceberem o problema, os gestores implementaram ações no sentido de minimizar os possíveis prejuízos ao negócio, o que leva à seguinte Hipótese:

> *H_1: A percepção da crise impulsiona a implementação de estratégias de adaptação e aumenta a capacidade de lidar com seus efeitos, ao mesmo tempo em que permite a continuidade da operacionalização do negócio.*

O Quadro 21 apresenta as dimensões da categoria central “percepção da crise”, que pode ser classificada em nível alto e baixo e impactam nas chances de se adaptar com êxito ou não. Dentre os 18 gestores entrevistados, somente dois se mostraram reticentes quanto a percepção da mudança climática. Os gestores públicos entrevistados também não atribuíram a crise hídrica à mudança climática.

> [*Se a MC é uma preocupação*] Não. Não é não. Poderia ter sido há alguns anos atrás. Mas hoje não. Porque a gente vê que estão sendo feitos vários trabalhos para que esse problema não chegue no crítico. Então, problema de falta de água, não vai ter; porque as prefeituras, os gestores já estão trabalhando para isso não acontecer. Começa-se a estudar formas, começa-se a ter certos cuidados e os gestores, todos eles, sem exceção, têm esse cuidado. (Entrevistado S1, 22:54).

> Quanto a essa questão de mudança climática, não é uma coisa que preocupa, não. O circuito dificilmente tem divulgação negativa. (Entrevistado J2, 13:134)

Propriedade	Dimensões	Conceito
Percepção da crise	Nível alto	Quanto mais alto e mais precoce o nível de percepção da crise, maiores são as chances de se adaptar e evitar descontinuidades.
	Nível baixo	Quanto mais baixo o nível de percepção da crise, menores são as chances de responder de maneira exitosa às descontinuidades.

Quadro 21 – Classificação das dimensões da percepção da crise.
Fonte: Pesquisa, 2017.

A Figura 36 mostra a relação entre percepção da crise e nível de resposta.

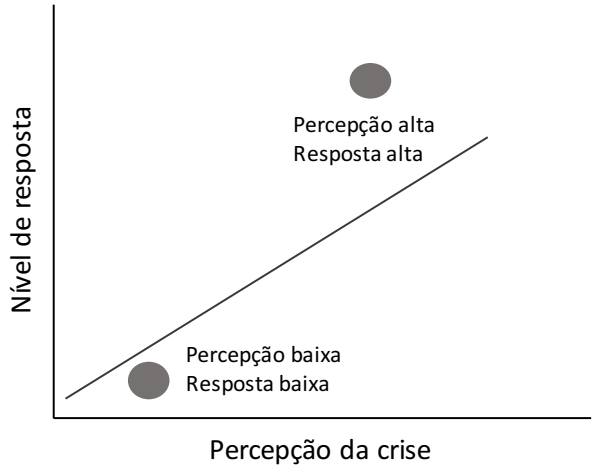


Figura 36 – Relação da percepção da crise e nível de resposta.
Fonte: Pesquisa, 2017.

A categoria central possui três propriedades: capacidade de lidar com a mudança climática; adequações estratégicas e fatores financeiros (este último em substituição a “operacionalizar e dar lucro”). As propriedades são partes da categoria central e auxiliam a sua definição. Tal definição será construída por meio de proposições que serão apresentadas no decorrer desta seção. Cabe ressaltar que as propriedades foram elaboradas a partir do que os dados revelaram. Essas propriedades e seus conceitos encontram-se resumidas no Quadro 22 e serão explicadas a seguir.

Categoria Central	Propriedades	Conceito
Percepção da crise	Capacidade de lidar	Habilidade que a empresa tem de resolver ou pelo menos minimizar, de maneira exitosa, um problema ou perturbação.
	Adequações estratégicas	Ações implementadas para responder a descontinuidades e impactos da MC.
	Fatores financeiros	Refere-se a capacidade da empresa de continuar sua operação apesar da crise e de financiar adequações.

Quadro 22 – Propriedades da categoria central.
Fonte: Pesquisa, 2017.

4.7.1.1 Propriedades da categoria central

Capacidade de lidar

O ambiente externo impõe situações desafiadora à sobrevivência do negócio. Nestas condições, a capacidade de lidar tende a ser determinante. A capacidade de lidar está relacionada com a habilidade da empresa de, no menor espaço de tempo possível, reunir esforços para resolver ou pelo menos minimizar, de maneira exitosa, um problema ou perturbação que se apresenta, sob condições adversas. Assim, temos a Proposição 1.

> *P_1: Quanto maior a capacidade de lidar, menor serão os riscos para o negócio.*

Adequações estratégicas

A crise hídrica foi uma realidade, e os gestores precisaram implementar medidas de adequação que fossem eficazes durante a crise de abastecimento, visando continuar operacionalizando com o mínimo de danos. Uma das ações implementadas foi combater o desperdício. Ao mesmo tempo ações complementares de abastecimento suplementar foram colocadas em prática. Durante o período, houve também a substituição de equipamentos antigos por modelos modernos e econômicos, visando

reduzir o desperdício de água. Obviamente que as adequações foram realizadas, principalmente, no sentido economizar água.

> A gente espera tanto a diminuição nos custos, como também contribuir para o meio ambiente com uma energia mais limpa, considerando que um dos maiores custos de um hotel é com energia elétrica. O investimento que fizemos foi em torno de 100 mil reais e esperamos em alguns anos recuperar esse investimento em economia de energia elétrica. Nós acreditamos que é 100%. (Entrevistado P1, 19:5).

> Os hotéis investiram em poços artesianos. Gerador de luz a energia solar, fizemos substituição de torneiras, chuveiros, etc. Investimos pesado em equipamentos mais modernos. Hoje os vasos sanitários usam 6 litros de água, os antigos eram 18 litros de água a cada descarga. Então é uma economia. (Entrevistado L1, 15:5, 6).

As citações acima mostram um esforço para enfrentar a crise hídrica, reduzir a vulnerabilidade e continuar operacionalizando com mais economia. Algumas colocações dos entrevistados me levaram a crer que a implementação de estratégias de adaptação suscitou também a mudança de comportamento de alguns gestores.

> Em função dessa crise a gente sempre tenta conscientizar. Muitas residências sofreram a crise de 2014, as pessoas sentiram na pele, na sua própria casa. Então isso aí passou a ser uma coisa cultural até. Todo mundo viu em sua própria casa, as escolas também passam muito para as crianças. Porque a água era racionada nas residências em alguns bairros. Então meus funcionários por exemplo, eles têm consciência, e a gente ta sempre acompanhando o trabalho deles. (L1, 15:10).

> Aqui continuamos trabalhando no nosso mínimo, na verdade [*depois do fim da crise*]. O mínimo possível que a gente pode gastar. Acho que todos os hoteleiros fazem uma base de quanto tem que gastar e economizar. Economizar em água, luz, tem que economizar ao máximo. (Entrevistado A1, 1:5).

A adaptação tem sido amplamente recomendada pela literatura especializada como estratégia para lidar com a mudança climática e com os eventos climáticos extremos. Contudo, nem toda adaptação é bem empregada. Algumas vezes, investimentos mal planejados podem frustrar boas ideias. Foi o que aconteceu com um dos gestores do CAP: *"nós tentamos um sistema de aquecimento solar, mas não funcionou. Foi uma compra errada, um investimento alto que e infelizmente não deu. Não temos nada*

disso, mais". (Entrevistado N1, 17:42). Esse tipo de situação poderia ter sido evitada se o gestor tivesse conhecimento técnico suficiente ou se cercasse de aconselhamento especializado para planejar essa mudança. Talvez a atuação da associação de hotéis fosse uma alternativa para resolver casos como este, fornecendo consultoria, informações, preços mais acessíveis para compras conjuntas, pleiteando acesso à tecnologia, dentre outros, tendo em vista que seu objetivo é representar a classe e buscar soluções para problemas comuns.

As reflexões acima convergiram para formar a Proposição 2.

> *P_2: Adequações estratégicas são desenvolvidas como resposta a descontinuidades nos negócios e ao mesmo tempo visando reduzir a vulnerabilidade, mas principalmente os custos.*

O Quadro 23 apresenta as dimensões de Adequações estratégicas. Emergiram três dimensões, a primeira refere-se às adequações simples, aquelas de baixo custo e fáceis de se implementar. A segunda é composta por adequações mais complexas, que exigem maior investimento financeiro, e a terceira, pelas adaptações que não deram certo.

Propriedade	Dimensões	Conceito
Adequações estratégicas	Adequações simples	São aquelas de baixo custo e fáceis de se implementar. Não requer grande investimento financeiro.
	Adequações complexas	São aquelas com o custo mais elevado e maior nível de dificuldade para implementar.
	Falhas de adequação	São adaptações mal planejadas, que não tiveram o resultado esperado.

Quadro 23 – Classificação das dimensões da categoria adequação estratégica.
Fonte: Pesquisa, 2017.

Fatores financeiros (Operacionalizar e dar lucro)

No auge da crise, quando sentiram a queda no movimento de turistas e visitantes, os gestores, passaram a operar com preços mais modestos, buscando manter-se competitivo apesar da crise. A literatura sobre estratégia de adaptação fala em aproveitar as oportunidades advindas da mudança climática. Não foi o caso aqui, mas

operar com preços mais baixos pode ser considerada uma estratégia de adaptação para garantir pelo menos o giro do hotel, principalmente em momentos de crise.

> [...] estamos em cima de promoções, com tarifas assim muito baixas, então isso dá a oportunidade a quem nunca teve a oportunidade de viajar, de viajar. Isso é bom, abre um novo mercado, mas para a administração hoteleira, nem tanto, você tem que operacionalizar o hotel e dar lucro. Se você vende muito barato, você operacionaliza o hotel e paga as contas. E não é isso que eu acredito que um empresário quer. (Entrevistado E1, 7:1).

> Na verdade, o desafio hoje é você conseguir operacionalizar com qualidade e com preços que o mercado aceita, baixíssimo. Não adianta eu reajustar a minha tarifa que eu não vou ter gente. (Entrevistado E1, 7:21).

Outro ponto relevante, ligado a esta propriedade, refere-se ao valor do investimento em tecnologia para eficiência energética e hídrica. Mais da metade dos gestores afirmaram que os altos custos e a falta de informação e *know-how* ainda inviabilizam a aquisição de equipamentos mais econômicos. Encaram como um desafio para a gestão hoteleira a falta de incentivos para o acesso a tecnologia. Assim, temos a proposição 3.

> *P_3: Custos de implantação da estratégia de adaptação pode inviabilizar ou restringir a capacidade de lidar.*

4.8 Situando a teoria substantiva[3] na literatura

O contraste da teoria substantiva com a literatura específica é uma importante etapa do método da *Grounded Theory* no sentido de validar, refinar e ampliar o escopo da teoria (STRAUSS E CORBIN, 2008). Nesta seção pretende-se situar a teoria substantiva frente à literatura específica, revisada no Capítulo 2, a fim de identificar pontos convergentes e divergentes.

[3] Aqui a teoria substantiva poderá ser referida somente como “teoria” ou como teoria substantiva; diferenciando-se de literatura.

A literatura tem como consenso que a mudança climática é um dos maiores desafios da atualidade, e o turismo é uma das atividades econômicas mais vulneráveis a ela. Elas podem desencadear várias alterações nos recursos naturais, que por sua vez podem acabar prejudicando o turismo e interferindo o turismo nas decisões de viagem aos destinos turísticos (SIMPSON, 2007; SIMPSON, GOSSLING E SCOTT, 2008, GOSSLING, 2011). A teoria substantiva corrobora essa abordagem ao constatar que o turismo no CAP foi afetado pela crise hídrica, com a redução no fluxo de turista. Percebeu-se claramente que as mudanças climáticas e os eventos climáticos extremos interferem nas decisões de viagem. Ao mesmo tempo, foi relatado que a divulgação na mídia sobre a crise hídrica também afetou o turismo, ocasionando insegurança e prejudicando sua imagem. O que corrobora o argumento de Hall (2010), quando afirma que a divulgação sobre a crise hídrica prejudica a imagem dos destinos turísticos.

A literatura aponta achados que dão conta de que a consciência sobre os impactos da mudança climática produz resultados positivos na adaptação corporativa (HOFFMANN et al 2009). A categoria central desta teoria, percepção do risco, corrobora o achado, pois impulsiona a implementação de estratégias de adaptação.

Esta pesquisa destaca que a união do setor público com o privado é importante para combater a mudança climática. Hoffmann et al, 2009; Scott e McBoyle, 2007, legitimam que políticas públicas direcionadas também podem aumentar o alcance da adaptação nas organizações, influenciando no aumento do nível de consciência acerca dos possíveis efeitos das mudanças climáticas. Sobre isso, Becken (2013), também evidencia a falta de politicas públicas com o foco nas mudança climática e turismo.

A literatura define a capacidade de adaptação como a habilidade que um sistema tem de se ajustar às mudanças climáticas (incluindo a variabilidade climática e eventos extremos) e moderar danos potenciais, de modo a tirar vantagens das oportunidades ou lidar com as consequências (ADGER, 2006; SMIT; WANDEL, 2006; GALLOPÍN, 2006). A teoria substantiva chama de capacidade de lidar com a crise, a habilidade que a empresa tem de resolver ou pelo menos minimizar, de maneira exitosa, um problema ou perturbação, corroborando a literatura.

Brooks (2003) menciona que alguns fatores são determinantes para a capacidade de adaptação, como recursos econômicos, tecnologia, informações e habilidades, infraestrutura, instituições. O que está de acordo com a teoria, que evidenciou que fatores como os altos custos, falta de informação e know-how inviabilizam a aquisição de equipamentos mais econômicos, e que os custos de implantação da estratégia de adaptação podem inviabilizar ou restringir a capacidade de lidar. Wheeler (2013) também corrobora que fatores financeiros influenciam na adaptação. Especificamente, o autor assevera que os custos de implementação foram identificados como barreiras em relação a eficiência no uso da água.

Outro ponto que a literatura menciona e que é corroborado pela teoria substantiva é a adoção de medidas de redução do consumo de água. Gossling et al (2012) menciona a instalação de equipamentos com eficiência em água, redução de regas em campos de golf, reuso da água para lavar calçadas, programas de orientação de funcionários e redução da pressão no fornecimento de água.

De acordo com as pesquisas de Linnenluecke; Griffiths (2012), as organizações têm empreendido estratégias de adaptação antecipatórias, o que amplia a sua capacidade de lidar com eventos extremos. Contudo, nem sempre essas medidas de adaptação são implementadas rápida o suficiente para aliviar o impacto nos negócios. A teoria substantiva não fornece indícios empíricos que corroborem esta abordagem. No CAP as adequações estratégicas podem ser consideradas de caráter reativo, ou seja, foram implementadas depois do início da crise. Até o momento não foram identificadas atitudes proativas para lidar com as mudanças climáticas.

Pode-se dizer que por um processo natural, a postura reativa é a primeira que ocorre diante de situações adversas. Esse resultado é similar ao que se observou ao longo da história com a implantação das práticas de gestão ambiental. Primeiramente os gestores precisam aceitar uma ideia que irá lhe tirar da sua zona de conforto, para depois percebem as oportunidades que podem aproveitadas em situações de crises. O comportamento proativo, portanto, faz parte de um estágio mais avançado de como lidar com as mudanças climáticas.

O que se esperava desta seção era mostrar os pontos convergentes e divergentes entre a literatura e a teoria substantiva. Como se pode observar no Quadro 24, das 10 considerações teóricas, apenas 1 não foi corroborada, o que demonstra ser um resultado significativo para a teoria substantiva da adaptação à mudança climática em meios de hospedagem.

Como pode-se ver, a Proposição 3 (P3) da teoria corrobora a literatura especializada quanto aos fatores financeiros para viabilizar a adaptação. Sobre isso, Fussel e Klein (2005) asseveram que uma efetiva adaptação depende da disponibilidade de informações sobre o que adaptar e como adaptar, e os recursos para implementar tais medidas de adaptação. A necessidade de informações também foi mencionada na teoria substantiva, assim como a questão do conhecimento sobre a viabilidade da ação a ser implementada a fim de evitar falhas de adaptação e gastos desnecessários.

O trabalho de Fussel e Klein (2005) e Winn et al (2011) dão conta também que o desenvolvimento de medidas de adaptação tende a diminuir a vulnerabilidade dos negócios diante de eventos extremos do clima. O que é compatível com a Proposição 1 (P1), que diz que quanto maior a capacidade de lidar com práticas de adaptação, menor serão os riscos para o negócio e menos vulnerável ele se torna.

A literatura assevera que é indispensável a formulação de estratégias de adaptação para enfrentar os eventos extremos do clima, e a Proposição 2 (P2) da teoria corrobora que adequações estratégicas são desenvolvidas como resposta a descontinuidade nos negócios, mas também visam reduzir a vulnerabilidade e principalmente os custos. A questão de redução de custos também está presente nos achados de Meath et al 2015. Segundo estes autores, a partir da implementação da estratégia de adaptação pretende-se economizar e tornar o negócio mais sustentável ambientalmente.

A teoria encontrou também indícios consistentes com a literatura de *path dependence*, como se observa nas falas de um dos entrevistados,

> A gente tá andando conforme a cidade. Que nem fomos obrigados a fazer o poço artesiano, em função da crise da agua. Nós fomos obrigados a ter um gerador próprio do hotel em função das quedas de energia, fomos obrigados a por ar condicionado nos apartamentos em função do calor. E estamos acompanhando, hotel é que nem bicicleta, não pode deixar de pedalar. (Entrevistado L1, 15:3).

Nota-se que um comportamento passado para sanar um problema pode ter influenciado um comportamento posterior. Condizente com Wheeler (2013), que sugere a existência do *path dependence* na escolha estratégica. A inserção de novos dados e novas categorias poderiam ampliar o escopo da teoria substantiva com relação ao *path dependence* e as demais abordagens mencionadas.

Mudança climática e Turismo			
O que diz a literatura	**Autor(es)**	**O que diz a teoria substantiva**	**Pontos convergentes ou divergentes**
As mudanças climáticas podem desencadear diversas alterações nos recursos naturais. Essas alterações podem prejudicar diversas atividades econômicas a exemplo do turismo, e interferir nas decisões de viajem.	*Simpson, 2007; Simpson, Gossling e Scott, 2008; Gossling, 2011*	*Corrobora a abordagem da literatura*	*Crise hídrica afetou o turismo e ocasionou a redução no fluxo de turistas. Portanto, ela interfere nas decisões de viagem.* *(posição convergente)*
A consciência sobre possíveis impactos da mudança climática teve resultado positivo no âmbito da adaptação corporativa.	*Hoffmann et al 2009*	*Corrobora com os achados desta abordagem*	*A percepção da crise impulsiona a implementação de estratégias de adaptação.* *(posição convergente)*
Políticas públicas direcionadas também podem aumentar o alcance da adaptação nas organizações, influenciando no aumento do nível de consciência acerca dos possíveis efeitos das mudanças climáticas.	*Hoffmann et al, 2009;* *Scott e McBoyle, 2007* *Becken, 2013*	*Corrobora a abordagem*	*A união do setor público com o privado é importante para combater a mudança climática.* *(posição convergente)*
(...) adaptações que incluem a instalação de equipamentos com eficiência em água, redução de regas em campos de golf, reuso da água para lavar calçadas, programas de orientação de funcionários e redução da pressão da água.	*Gossling et al 2012*	*Corrobora a abordagem*	*Adequações adotadas pelos gestores incluem a substituição de equipamentos por modelo econômico, orientação aos funcionários e hóspedes, redução da quantidade de regas e tamanho dos jardins.*
(...) as organizações geralmente são capazes de empreender medidas de adaptação antecipatórias de modo a ampliar sua capacidade de lidar com eventos extremos, contudo, nem sempre as medidas de adaptação são implementadas rápido o suficiente para aliviar o impacto.	*Linnenluecke; Griffiths, 2012.*	*Não corrobora os achados da abordagem*	*As medidas de adaptação foram consideradas reativas, implementadas depois do início da crise.* *(posição divergente)*

*Continua na página seguinte.

Mudança climática e Turismo			
O que diz a literatura	**Autor(es)**	**O que diz a teoria substantiva**	**Pontos convergentes ou divergentes**
Capacidade de adaptação é a habilidade que um sistema tem de se ajustar às mudanças climáticas (incluindo a variabilidade climática e eventos extremos) e moderar danos potenciais, de modo a tirar vantagens das oportunidades ou lidar com as consequências	*Adger, 2006;* *Smit; Wandel, 2006; Gallopín, 2006*	*Corrobora a abordagem*	*Capacidade lidar com a crise - habilidade que a empresa tem de resolver ou pelo menos minimizar, de maneira exitosa, um problema ou perturbação.* *(posição convergente)*
Disponibilidade limitada e baixa qualidade da água, aliada a divulgação de crise hídrica na mídia, pode prejudicar a imagem dos destinos turísticos.	*Hall, 2010*	*Corrobora a abordagem*	*A divulgação da crise impactou no fluxo de turistas e na imagem do Circuito.* *(posição convergente)*
Os fatores genéricos da capacidade de adaptação nos sistemas sociais compreendem fatores não climáticos, tais como, recursos econômicos, tecnologia, informações e habilidades, infraestrutura, instituições.	*Brooks, 2003*	*Corrobora a abordagem*	*Foram encontradas evidências que os custos de implantação da estratégia de adaptação podem inviabilizar ou restringir a capacidade de lidar. Fatores como os altos custos e a falta de informação e know-how ainda inviabilizam a aquisição de equipamentos mais econômicos.* *(posição convergente)*
Os fatores financeiros influenciam na adaptação. *Custos de implementação foram identificados como barreiras em relação a eficiência no uso da água.*	*Wheeler, 2013;* *Becken, 2013*	*Corrobora a abordagem*	*Fatores como os altos custos, falta de informação e know-how inviabilizam a aquisição de equipamentos mais econômicos.* *(posição convergente)*

*Continuação.
Quadro 24 – Situando a teoria substantiva na literatura específica.
Fonte: Pesquisa, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças climáticas (MC) são um dos principais desafios à sustentabilidade dos negócios. O turismo é uma das atividades mais sensíveis à variabilidade climática, pois diversos destinos turísticos dependem do clima. O clima pode impactar diretamente na duração e na qualidade do turismo em uma temporada, por exemplo. Desse modo, é imperativo que os empreendimentos percebam que as alterações do clima e os eventos extremos do clima, ligados a ela, estão ocorrendo com cada vez mais frequência e severidade, e podem afetar o negócio. A literatura diz que a melhor maneira de enfrentar os impactos da mudança climática é a adaptação. Adaptação é a implementação de ações que visam minimizar os efeitos adversos das mudanças climáticas, com o intuito de tornar a empresa menos vulnerável.

Os meios de hospedagem (hotel, hotel fazenda, pousada e outros) constituem-se um dos principais equipamentos do turismo, e certamente um dos primeiros a sentir os efeitos de uma redução no fluxo de turistas no destino. Isso, no mínimo, torna os estudos sobre adaptação oportunos e relevantes.

Uma das razões que me levaram a escolher o Circuito das Águas Paulista, além da crise águas, que afetou a região, foi a expressiva quantidade de meios de hospedagem disponíveis, na conta de quase 24 mil leitos. É um número elevado, considerando que se trata de cidades do interior do Estado de São Paulo e que sequer são capitais de regiões administrativas. Esta pesquisa buscou analisar como os meios de hospedagem tem se adaptado às mudanças climáticas e por meio de um estudo de caso único, construiu-se uma teoria substantiva da adaptação à mudança climática, utilizando-se o método da *Grounded Theory.*

A *Grounded Theory*, conhecida entre nós como teoria fundamentada em dados, permitiu que a adaptação à mudança climática fosse estudada a partir dos significados que os gestores dos meios de hospedagem atribuíram às suas experiências no período da crise (2014 a 2015). As técnicas e procedimentos para o desenvolvimento dessa teoria fundamentada em dados tornaram possível a explicação dos aspectos

mais relevantes do fenômeno estudado, além de aumentar a credibilidade dos resultados, tornando-os passíveis de verificação e avaliação pelos leitores.

5.1 As contribuições da teoria substantiva para a literatura

Esta pesquisa possibilitou o avanço dos estudos sobre adaptação à mudança climática no contexto organizacional, sobretudo no turismo. A realização de um estudo de caso qualitativo, com características descritivas e interpretativas, possibilitou uma interpretação mais sólida deste fenômeno.

A análise dos dados revelou que a adaptação à mudança climática pode ser entendida a partir da percepção da crise, ou seja, a partir do momento em que o gestor entende e percebe que a crise impacta em seu negócio. A percepção da crise é o fenômeno central para a explicação da formulação de estratégia de adaptação. É, portanto, a categoria central desenvolvida nesta pesquisa.

Os dados deixaram claro que a percepção da crise é o limite entre a crença na solução natural da crise (esperava-se que a chuva fosse resolver o problema da escassez de água), e a ação (a chuva não veio, logo, tenho que resolver de outra maneira). Inicialmente, pensou-se em algo como “desafios da gestão”, mas era genérico demais; depois pensou-se em “capacidade para lidar com as crises”, mas percebeu-se que só é possível lidar com algo que se tem consciência de que existe, de que está acontecendo e que a qualquer momento pode impactar. Com base no exposto, o termo “percepção da crise” parece ser o que melhor captou a essência do fenômeno.

Para os respondentes, a “percepção da crise” possibilitou o seguinte raciocínio: i) compreender as dimensões da crise e identificar os riscos que poderiam afetar a empresa; ii) lidar com os riscos e encarar a crise. Assim posto, o significado da percepção da crise pôde ser ampliado, ao incorporar os termos “capacidade de lidar”; “adequações estratégicas”; “continuar operacionalizando e dando lucro” (substituído por “fatores financeiros”). Esta evidência possibilitou a elaboração da hipótese fundamental da teoria, e a partir dela derivaram-se as proposições a seguir.

H_1: A percepção da crise impulsiona a implementação de estratégias de adaptação e aumenta a capacidade de lidar com seus efeitos, ao mesmo tempo em que permite a continuidade da operacionalização do negócio.

P_1: Quanto maior a capacidade de lidar, menor serão os riscos para o negócio.

P_2: Adequações estratégicas são desenvolvidas como resposta a descontinuidades nos negócios e ao mesmo tempo visando reduzir a vulnerabilidade, mas principalmente os custos.

P_3: Custos de implantação da estratégia de adaptação pode inviabilizar ou restringir a capacidade de lidar.

A teoria substantiva também possibilitou as seguintes reflexões:

- A percepção da crise possui duas dimensões: nível alto – o que implica dizer que, quanto mais alto e mais precoce o nível de percepção da crise, maiores são as chances de se adaptar e evitar descontinuidades; e baixo nível - quanto mais baixo o nível de percepção da crise, menores são as chances de responder de maneira exitosa às descontinuidades.
- As adequações estratégicas podem ser classificadas em três tipos (todos derivados dos dados obtidos na pesquisa): adequações simples - são aquelas de baixo custo e fáceis de implementar. Não requerem grande investimento financeiro; adequações complexas - são aquelas com custo mais elevado e maior nível de dificuldade para implementar; e falhas de adequação - são adaptações mal planejadas que não tiveram o resultado esperado.
- Os altos custos, a falta de informação e *know-how* ainda podem inviabilizar a aquisição de equipamentos mais econômicos;
- As estratégias de adaptação implementadas pelo MHs do Circuito nada deixaram desejar àquelas mencionadas nas pesquisas internacionais;
- Embora o ceticismo em relação à MC ainda gere “algumas dúvidas”, a crise hídrica foi bastante sentida e fez com que se repensasse algumas formas de atuação do setor.
- A teoria revelou também, a importância de se abordar a mudança climática nas políticas públicas de turismo, tendo em vista a vulnerabilidade do setor aos seus impactos.

5.2 As contribuições da teoria substantiva para o turismo para o setor de hospedagem

Como abordado no Capítulo 2 apesar dos avanços nas pesquisas sobre adaptação à MC, ainda são poucos os trabalhos empíricos e são diversas as questões de pesquisa ainda sem respostas. Espera-se que este trabalho possa colaborar para o entendimento da necessidade da percepção da mudança climática e dos eventos extremos do clima, e os impactos que podem afetar os negócios.

Acredita-se que as reflexões provocadas por esta pesquisa ecoem não somente pelo setor privado, como para o governo e planejadores de políticas públicas de turismo, principalmente em âmbito local. Pois como foi verificado nos resultados, dentre os desafios do turismo estão: a ineficiência da gestão pública do turismo; e a falta de conexão entre o setor privado e o público.

A falta de união entre a classe hoteleira foi fortemente pontuada. É preciso, segundo os entrevistados, que o setor de hospedagem inicie um diálogo, trace planos conjuntos, a fim de se fortalecer e conseguir melhorar sua capacidade de lidar com situações adversas e tirar vantagens delas.

A importância da formação acadêmica dos gestores também foi um item que demandou preocupação. Os dados mostraram que tal formação possibilita uma gestão mais profissionalizada e uma visão mais global do setor, que inclua não só questões econômicas típicas do setor ou do país, como crises financeiras que afetam as atividades turísticas, mas também questões ambientais (como o clima e a situação hídrica local e regional), e institucionais (como a necessidade de articulação entre agentes públicos e privados). Em outras palavras, os gestores de MH devem adicionar a adaptação à mudança do clima em suas estratégias de negócios, tendo em vista que a recorrência de eventos extremos do clima e de outros impactos da mudança tornaram-se importantes condicionantes da continuidade dos negócios.

5.3 Sugestões para pesquisas futuras

Acredita-se que este trabalho pretende apenas iniciar o debate, pelos menos no contexto brasileiro, sobre adaptação à mudança climática (e eventos extremos do clima) no contexto das organizações, e em específico as organizações do setor do turismo.

Esta teoria substantiva, por atender ao princípio da flexibilidade, permite receber novos dados e novas contribuições, pois isso aumentaria o conjunto de variações e o poder explicativo da teoria. Embora ela esteja voltada para a área substantiva dos MHs do Circuito das Águas Paulista, ela pode ser aplicada em outros contextos, pois as técnicas e procedimentos assim o permite. Sugere-se que sua hipótese fundamental e suas proposições sejam testadas estatisticamente em uma amostra representativa da população de gestores do turismo e de outros setores sensíveis à mudança climática, como os do agronegócio. Sugere-se ainda, o encontro com outras teorias/abordagens não mencionadas neste trabalho, de modo a ampliar seu escopo. Como por exemplo, a literatura sobre resiliência (capacidade que um sistema possui de se recuperar após uma perturbação) e vulnerabilidade (que é o grau de suscetibilidade que um sistema tem de ser afetado pelas mudanças climáticas), presentes nos trabalhos de Adger (2003, 2005, 2006) e Linnenluecke (2012), respectivamente. O capital social, que segundo Wheeler (2013), influencia na adoção de implementação de estratégias de adaptação, assim como o capital humano. Em suas pesquisas também esses autores encontram elementos de *path dependence* que podem estar envolvidos nas escolhas estratégicas.

Essas e outras abordagem que podem ampliar o escopo da literatura de sobre adaptação estratégica à mudança climática.

Sugere-se algumas questões de pesquisa que poderiam suscitar o interesse de outros acadêmicos e pesquisadores nas áreas de gestão do turismo:

a) Existe padrão de mudança de comportamento dos gestores, depois de vivenciar uma crise?
b) Como engajar os gestores públicos e privados na adaptação à mudança climática?

c) O grau de instrução dos tomadores de decisão influencia nas estratégias de adaptação à MC?
d) Como melhorar a capacidade de se adaptar à MC?
e) Que fatores influenciam um comportamento adaptativo?
f) Como outras experiências podem ser traduzidas em adaptação ou resiliência organizacional?
g) Que recursos organizacionais são indispensáveis para permitir que as organizações respondam às mudanças climáticas e aos eventos extremos do clima?

5.4 Limitações da pesquisa

Como qualquer método de pesquisa, a *Grounded Theory* requer cuidados quando da sua aplicação. Um deles concerne a elaboração da pergunta de pesquisa, que não deve ser específica demais, a ponto de já levar pressuposições ao campo e errar no que é relevante para os sujeitos envolvidos; nem tão abrangente, sob pena de tornar o projeto inviável. Como minha pergunta de pesquisa foi bastante específica, durante o campo, tive que levar em consideração outras questões que pareceram relevantes aos respondentes, como é o caso das categorias desafios da gestão e instâncias de governança.

Outra particularidade do método é que o projeto de pesquisa não se inicia com um resgate denso da literatura existente, o que não significa que o pesquisador não deva conhecer o estado da arte de sua área de pesquisa. O método é indicado quando existe uma lacuna na literatura existente que pode ser preenchida e construída com base na realidade dos atores envolvidos no fenômeno sob pesquisa. Desse modo, deve existir um equilíbrio entre o conhecimento do pesquisador e a necessidade de manter a mente aberta para compreender a percepção dos envolvidos. Encontrar esse equilíbrio é um dos grandes desafios do método.

O fator tempo também deve ser considerado, porque “os *insigts* não aparecem com hora marcada”, como muito bem disse Bandeira-de-Mello (2010, P. 261). Como o

processo de coleta e análise dos dados é circular, o pesquisador deve se manter atento para que não haja o fechamento prematuro da teoria em função do tempo previsto para entregar a pesquisa, o que resultaria em categorias sem fundamentação empírica.

Outra preocupação foi com relação a disponibilidade dos entrevistados e a relutância em participar da pesquisa (o que não é privilégio desta pesquisa), pois o gestor de hotel, embora tenha as respostas, fica receoso em responder, em se expor e ao seu empreendimento. Em função disso o anonimato dos respondentes foi garantido.

Com relação a escolha do campo, posso considerar não como uma limitação, mas como uma dificuldade. Isso me despertou várias dúvidas no decorrer da pesquisa. Optei, inicialmente, por três cidades do Circuito, contudo, não me sentiria a vontade para dizer que analisei os meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista, se não tivesse ido coletar dados em cada uma das nove cidades. Por outro lado, analisar nove cidades (que poderiam ser tratadas como 9 casos diferentes) como um caso único, também foi bastante dificultoso, dada a variedade de informações e particularidades de cada município. Neste processo de construção de teoria, mergulhei fundo nos dados para trazer à tona uma teoria substantiva da adaptação à mudança climática dos meios de hospedagem do Circuito das Águas Paulista.

Por fim, a preocupação com os impactos das mudanças climáticas não deve se restringir ao ambiente organizacional, mas a sociedade como um todo como estabelece o 13º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 13) “tomar medidas urgentes para combater a mudança climática”. Endereçado a toda humanidade, esse objetivo parte da ideia de que ainda há tempo para limitar o aumento da temperatura global em 2ºC, conforme estabelece o Acordo de Paris de 2015 no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A adaptação permite às organizações conviver ou neutralizar os impactos da mudança, mas não é o bastante. É um passo importante pelo fato de reconhecer a eminência de um problema de dimensão planetária. O passo seguinte é atacar o problema na sua raiz, os modos de produção e consumo insustentáveis.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. et al. Social capital, collective action and adaptation to climate change. *Economic Geography*. 79, 387-404, 2003.

ADGER, W. N. et al. Successful adaptation to climate change across scales. *Global Environmental Change*, 15, 77-86, 2005.

ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*. 16, 268-281, 2006.

ÁGUAS DE LINDÓIA. Historia. Águas de Lindóia: AHAL, 2012. Disponível em: <Http://www.aguasdelindoia.com.br/historia.asp. >

ARNELL, N.W., DELANEY, E. K. Adapting to climate change: water supply in England and Wales. *Climate Change.* 78, 227-255, 2006.

BANDEIRA-DE-MELLO, R. Uma teoria substantiva da adaptação estratégica a ambientes turbulentos e com forte influência governamental: O caso das pequenas construtoras de edificações. Tese de dourado (Administração de Empresas), Universidade Federal de santa Catarina. Santa Catarina, 2002.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C. Grounded Theory. In: GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. (orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Organizações: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: 2. ed. Saraiva, 2010.

BANDEIRA-DE-MELLO, R. Software em Pesquisa Qualitativa. In: GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. (orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Organizações: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: 2. ed. Saraiva, 2010.

BARNES TRUELOVE. H; CARRICO, A. R.; THABREW, L. A socio-psychological model for analyzing climate change adaptation: A case study of Sri Lankan paddy farmers. *Global Environmental Change.* 31, 85-97, 2015.

BARNET, J. Adapting to Climate Change in Pacific Island countries: The problem of uncertainty. *World Development*, 29, 6, 977-993, 2001.

BACH, W.; Gossling, S. Impacto ecológico do transporte aéreo. *Geográfica, 48*, 54–59, 1996.

BECKEN, S. Analysing international tourists flows to estimate energy use associated with air travel. *Journal of Sustainable Tourism.* 10, 2, 114-131, 2002.

BECKEN, S. Harmonizing climate change adaptation and mitigation: the case of tourist resorts in Fiji. *Global Environmental Change.* 15, 4, 381-93, 2005.

BECKEN, S. Tourists' Perception of International Air Travel's Impact on the Global Climate and Potential Climate Change Policies. *Journal of Sustainable Tourism.* 15, 4, 2007.

BECKEN, S. A review of tourism and climate change as an evolving knowledge domain. *Tourism Management Perspectives*. 6, 53-62, 2013.

BIAGINI, B. et al. A typology of adaptation actions: A global look at climate adaptation actions financed through the Global Environment Facility. *Global Environmental Changes.* 25, 97-108, 2014.

BORDA, G. Z. et al. Scenarios of climate change and impacts on Brazilian tourism: A case study on the Brazilian north coast tourism region. In: Reddy e Wilkes (eds). *Tourism, climate change and sustainability*. Routledge, 2013.

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Operacionais. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____, Ministério Do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 54 p.

_____, Ministério do Turismo. Circuito das Águas Paulista recebe apoio do Ministério do Turismo. 2013. <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20130402-3.html>.

BROOKS, N., ADGER, W. N., KELLY, P. M. The determinants of vulnerability and adaptive capacity at the national level and the implications for adaptation. Global Environmental Change 15, 151-163, 2005.

BROOKS, N. Vulnerability, Risk and Adaptation: A Conceptual Framework. Working Paper 38, Tyndall Centre for Climate Change Research, University of East Anglia, Norwich, 2003.

BUSHELL, R., SIMMONS, B. Facilitating sustainable innovations for SMEs in the tourism industry: identifying factors of success and barriers to adoption in Australia. In: Reddy e Wilkes (eds). *Tourism, climate change and sustainability.* Routledge, 2013.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CABRINI, L. Sustainable, climate change and tourism. In: Reddy e Wilkes (eds). *Tourism, climate change and sustainability.* Routledge, 2013.

CADEZ, S.; CZERNY, A. Carbon management strategies in manufacturing companies: An exploratory note. *Journal for East European Management Studies.* 4, 348-360, 2010.

CAVACO, C.; SIMÕES, J. M. Turismos de nicho: uma introdução. In Simões, J. M. e Ferreira, C. C. (Eds), Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios, 15 -39, Lisboa, 2009.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. Circuito das Águas Paulista. saopaulo.tur.br. Disponível em: <www.circuitodasaguaspaulista.com.br>.

CORREA-MACANA, E.; CAMIM, F. Mudança climática e desenvolvimento humano: uma análise baseada na abordagem das capacitações de Amartya Sen. *Economía, Sociedad y Territorio*, XIII, 43, 577-618, 2013.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 296 páginas, 2010.

DUBOIS, G.; CERON, J. P. Tourism and Climate Change: Proposals for a Research Agenda. *Journal of Sustainable Tourism*. 14(4), 2006.

FAULKNER, B. Towards a framework for tourism disaster management. *Tourism Management.* 22, 135-147, 2001.

FUSSEL, H.-M.; KLEIN, R.J.T. Climate change vulnerability assessments: An evolution of conceptual thinking. *Climatic Change*. 1-29, 2005.

FUSSEL, H.-M. *Vulnerability in Climate Change Research: A consistent conceptual framework.* International and Area Studies working paper, University of California at Berkeley, CA. 882, 2005.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 20009

FUTUYAMA, D.J. *Biologia evolutiva*. Ed. Ribeirão Preto: SBG/CNPq. 1993.

GALLOPÍN, G.C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. *Global Environmental Change* 16, 293-303, 2006.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research. Chicago: Aldine, 1967.

GLASER, B. G. *Theoretical sensitivity: Advances in the methodology of grounded theory*. Mill Valley, CA: Sociology Press,1978.

GLASER, B. Conceptualization: On Theory and Theorizing Using Grounded Theory. *International Journal of Qualitative Methods*, 1, 2, 2002.

GOSSLING, S. Global environmental consequences of tourism. *Global Environmental.* 12, 282-302, 2002.

GOSSLING, S.; HALL, C.M.; PEETERS, P.; SCOTT, D. *The future of tourism*: Can tourism growth and climate policy be reconciled? A climate change mitigation perspective. *Tourism Recreation Research*, 35(2), 119-130, 2010.

GOSSLING, S. *Carbon management in tourism:* Mitigating the impacts on climate change. Routledge, New York, 2011.

GOSSLING, S. PEETERS, P., HALL, C.M., DUBOIS, G., CERON, J.P., LEHMANN, L., SCOTT. Tourism and water use: Supply, demand, and security. An international review. *Tourism Management*, 33, 1, 1-15, 2012.

GOSSLING, S. New performance indicators for water management in tourism. *Tourism Management.* 46, 233-244, 2014.

GOSSLING, S.; PEETERS, P. Assessing tourism's global environmental impact 1900 – 2050. *Journal of Sustainable Tourism*, 2015.

GOULDING, C. Grounded Theory: Some reflections on paradigm, procedures and misconceptions. Wolverhampton Business School Management Research Centre Working Paper Series June, 1999.

GOULDING, C. Grounded theory: A practical guide for management, business and market researchers. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. 2002.

HAIG, B. D. Grounded theory as scientific method. In A. Neiman (Ed.), The Philosophy of Education's. Champaign, IL: Philosophy of Education Society, 1995.

HOFFMANN, V.; SPRENGEL, D; ZIEGLER, A; KOLB, M; ABEGG, B. Determinants of corporate adaptation to climate change in winter tourism: an econometric analysis. Global Environ Change, 19, 256- 264, 2009.

ISHWARAN, N. Sustainable tourism development and climate change: opportunities in UNESCO biosphere reserves In: Reddy, M. V.; Wilkes, K. (eds). *Tourism, climate change and sustainability.* Routledge, 2013.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 1995: Impacts, Adaptations and Mitigation of Climate Change: Summary for Policy Makers. World Meteorological Organisation, Geneva, 1996.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Land Use, Land-Use Change, and Forestry: A Special Report of the IPCC*. R.T. Watson, I.R. Noble, B. Bolin, N.H. Ravindranath, D.J. Verardo e D.J. Dokken, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, New York, 377 p, 2000.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate change 2001. IPCC third assessment report, 2001. Disponível em: http://www.grida.no/climate/ipcc_tar/.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change, Climate Change 2001: Synthesis Report. A Contribution of Working Groups I, II and III 898 to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge 899, University Press, Cambridge, 2001.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. Van der Linden e C.E. Hanson, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, UK, 976 pp, 2007.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2014: Summary for policymakers. In: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New
York, NY, USA, pp. 1-32. 2014

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp. 2014.

KELLY, P.M.; ADGER, W.N. Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation. *Climatic Change,* 47, 325-352, 2000.

KOLK. A., PINKSE J. Market Strategies for Climate Change. *California Management Review*. 47(3), 6-20, 2004.

LAUKKONEN, J. et al. Combining Climate change adaptation and mitigation measures. *Habitat International.* 33, 287-292, 2009.

LIMA, R. P.T. A Cidade racional. Amparo: um projeto urbanístico do “Oitocentos”. Faculdade de Ciências e Letras Plínio do Amaral e Centro de Pesquisa em História da Arte. UNICAMP: Amparo, Campinas, 1998.

LINNENLUECKE, M. K.; GRIFFITHS, A. WINN. M. I. Organizational adaptation and resilience to extreme weather events. *Annual Meeting of the Academy of Management*. Anaheim, California, 2008.

LINNENLUECKE, M. K.; GRIFFITHS, A.. Beyond Adaptation: Resilience for Business in Light of Climate Change and Weather Extremes. *Business & Society.* 49, 477–511, 2010.

LINNENLUECKE, M. K.; STATHAKIS, A.; GRIFFITHS, A. Firm relocation as adaptative response to climate change and weather extremes. *Global Environmental Change.* 21, 123-133, 2011.

LINNENLUECKE, M. K.; GRIFFITHS, A. Assessing organizational resilience to climate and weather extremes: complexities and methodological pathways. *Climatic Change*, 113, 933-947, 2012.

LOPES, A. C. S.; MORAIS, D. O. C.; BARBIERI, J. C. Caso Samarco: Usando a gestão de riscos e os princípios da precaução e prevenção em desastres ambientais*. Anais do SIMPOI,* 1-13, 2016.

MA. Millennium Ecosystem Assessment. *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Washington DC: Island Press, 2005.

MACHETE, M. Clima e turismo num contexto de mudanças climáticas. *Finisterra*, XLVI, 91,139 ‑154, 2011.

MEATH, C.; LINNENLUECKE, M.; GRIFFITHS, A. Barriers and motivations to the adoption of energy savings measures for small and medium-sized enterprises (SMEs): the case of the Climatesmart Business Cluster program. *Journal of Cleaner Production.* 1-8, 2015.

MILES, M.B., HUBERMAN, A.M. *Qualitative Data Analysis: An expanded sourcebook (*2nd ed.), Sage: London & Thousand Oaks, California, 1994.

O'BRIEN, M., HOLLAND, T.D. The role of adaptation in archeological explanation. *American Antiquity*. 57, 36-69, 1992.

ONU. United Nations. United Nations treaty collection chapter XXVII environment, 7 ed. Paris Agreement, Paris, Dezembro de 2015. Nova Iorque: United Nations, 2016. https://treaties.un.org/doc/Treaties/2016/02/20160215%2006-03%20PM/Ch_XXVII-7-d.pdf.

PARK, S. E. et al. Informing adaptation responses to climate change through theories of transformation. *Global Environmental Change.* 22, 115-126, 2012.

PERRY, A. *The Mediterranean: How can the world's most popular and successful tourist destination adapt to a changing climate?* In: Hall CM, Highham, J. (eds)

Tourism, recreation and climate change. *Channel View Publications*, Clevedon, 86-96, 2005.

PINSKE, J. Corporate Intentions to Participate in Emission Trading. *Business Strategy and the Environment.* 16, 12-25, 2007.

REDDY, M.V.; WILKES, K. Tourism and sustainability: Transition to a green economy. In: Reddy, V. R.; Wilkes, K. (eds). *Tourism, climate change and sustainability.* Routledge, 2013.

RITCHIE, B.W. Chaos, crises and disasters: a strategic approach to crisis management in the tourism industry. *Tourism Management.* 25, 669-683, 2003.

SÃO Paulo. Estudo turístico de São Paulo 2011-2012. SEBRAE, 2012.

SAARINEN, J. Perceptions and adaptation strategies of the tourism industry to climate change: the case of Finnish nature-based tourism entrepreneurs. *International Journal of Innovation and Sustainable Development.* 1, 3, 214-28, 2010.

SAARINEN, J. et al. Tourism and climate change in southern Africa: sustainability and perceived impacts and adaptation strategies of the tourism industry to changing climate and environment in Botswana. In: Reddy, M. V.; Wilkes, K. (eds). *Tourism, climate change and sustainability.* Routledge, 2013.

SCOTT, D.; MCBOYLE, G; MILLS, B. Climate change and the skiing industry in southern Ontario (Canada): exploring the importance of snowmaking as a technical adaptation. *Climate Research*. Vol. 23: 171–181, 2003.

SCOTT, D; WALL, G; MCBOYLE, G. The evolution of the climate change issue in the tourism sector. In: Hall, C.M.; Higham, J. (eds). Tourism, recreation and climate change. Channelview Press, London, 2005.

SCOTT, D; MCBOYLE, G. Climate change adaptation in the ski industry. *Mitig Adapt Strat Glob Change*. 12(14), 11-1431, 2007.

SCOTT, D.; GÖSSLING, S.; DE FREITAS, C. R. Preferred climates for tourism: case studies from Canada, New Zealand and Sweden. *Climate Research*. 38, 61-73, 2008.

SCOTT, D.; BECKEN, S. Adapting to climate change and climate policy: progress, problems and potentials. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(3), 283-295, 2010.

SCOTT, D. Why sustainable tourism must address climate change. *Journal of Sustainable Tourism.* 19, 1, 17-34, 2011.

SCOTT, D; GOSSLING, S.; HALL, C; M. International tourism and climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews Climate Change*, 3, 3, 213-232, 2012.

SCOTT, D; HALL, M. C.; GOSSLING, S. A review of the IPCC Fifth Assessment and implications for tourism sector climate resilience and decarbonization. *Journal of sustainable Tourism,* 2015.

SIMPSON, M. C.; GOSSLING, S.; SCOTT, D. Report on the international policy and market response to global warming and the challenges and opportunities that climate change issues present for the Caribbean tourism sector. Barbados: Caribbean Tourism Organization, 2008.

SMIT, B. ET AL. An anatomy of adaptation to climate change and variability. *Climate Change* 45, 223-251, 2000.

SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. *Global Environmental Change*. 16, 282-292, 2006.

STCRC - Sustainable Tourism Cooperative Research Centre (STCRC). *Australian Tourism Futures: Redefining the Future Communiqué*. Tony Charters and Associates Convenor, Tourism Futures Conference, 2009.

STRAUSS, A. *Qualitative analysis for social scientists.* Cambrige, UK: University of Cambrige Press,1987.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada / Anselm Strauss, Juliet Corbin; tradução Luciane de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

TERVO, K.K.; SAARINEN, J. The role of climate change in tourism development strategies: a sustainability perspective in tourism strategies in the Nordic countries. In: Reddy e Wilkes (eds). *Tourism, climate change and sustainability.* Routledge, 2013.

TOMAZELA, J.M.; ANACONA, C. Circuito das Águas vive desafio da estiagem. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 nov, 2014. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,circuito-das-aguas-vive-desafio-da-estiagem,158691

WALL, G. The tourism industry and its adaptability and vulnerability to climate change. In: Amelung B., Blazejczyk K., Matzarakis, A. (eds) Climate Change and Tourism - Assessment and Coping Strategies, 2007.

WINN, M. I., KIRCHGEORG, M., GRIFFITHS, A., & LINNENLUECKE, M. K. Impacts from Climate Change on Organizations: A Conceptual Foundation. *Business Strategy and the Environment.* 157–173, 2011.

WHEELER, S; ZUO, A.; BJORNLUND, H. Farmer's climate change beliefs and adaptation strategies for a water scarce future. *Global Environmental Change.* 23, 527-547, 2013.

WISE, R. M. et al. Reconceptualising adaptation to climate change as part of pathways of change and response. *Global Environmetal Change.* 28, 325-336, 2014.

UNFCCC. United Nations Framework Convention on Climate Change, 2011. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/environment/fdes/Global%20Consultation/Annexes.pdf

UNWTO. Djerba Declaration on Tourism and Climate Change. First International Conference on Climate Change and Tourism. 9-11, 2003.

UNWTO. Davos Declaration on Tourism and Climate Change. Second International Conference on Climate Change and Tourism. 1-3, 2007.

UNWTO/UNEP. Climate change and tourism. Responding to global challenges. Spain, 2008.

UNWTO. UNWTO General Assembly 19th Session: Tourism towards 2030, global overview. 2011.

UNWTO. Panorama OMT del turismo internacional, Edición 2014, 2014.

APÊNDICE

Roteiro entrevistas			**Autorização para gravar ( ) Sim ( ) Não**
Meio de hospedagem (Nome):		Tipo:	Cidade:
Data:	Hora inicial da entrevista:		Horário de Término da entrevista:
Nome do entrevistado:	Cargo do entrevistado:	Formação:	
Tempo de empresa do entrevistado:		Tempo de experiência no setor hoteleiro:	

1. Visão Geral do setor

- Fatores afetam o desempenho do setor hoteleiro no cenário atual.
- Eventos ou mudanças que ocorreram nos últimos 5 anos que impactaram de alguma forma o setor.
- Perspectiva futura.
- Grupos de interesse com os quais o empreendimento hoteleiro interage (fornecedor, parceiros, associações, governo, município, outros).
- Estrutura de gestão (Dentro de cada área como está organizado o dia a dia da gestão das operações do hotel)
- Poderia descrever um dia típico do gestor de cada área (principais atividades envolvidas).
- Principais preocupações com o segmento hoteleiro?
- Como a empresa se destaca frente à concorrência? (clientes, fornecedores, produção, introdução de novos produtos no mercado).
- Quais ações a empresa pretende investir nos próximos anos?

2. Tema da pesquisa (caso o assunto não surja a partir do tópico anterior)

- Hotelaria e água (abastecimento, operação hoteleira);
- Crise hídrica (como foi, prejuízos, mudanças, infraestrutura do hotel);
- Poderia descrever um dia típico do gestor durante a crise (principais atividades envolvidas).
- Houve mudança no grupo de atividades que os gestores devem priorizar nos últimos anos?
- Você enxerga novas mudanças que estão por vir?
- Levantar barreiras à implementação e ao desenvolvimento das práticas...
- Novos procedimentos de gestão dento dos hotéis?
- Que desafios são frequentemente enfrentados no processo de implementação dessas atividades?
- Como o gestor busca se atualizar das tendências de gestão?

Email do respondente:

ANEXO

ATLAS.ti Report
! Análise Adaptação a MC no Circuito das Águas Paulista
Codes
Filter: Is in Group "Adequações Estratégicas"
Report created by CRISTIANE BRANDAO on 22 de abr de 2017

! Abastecimento suplementar de água Used In Documents: 9 G1.pdf 12 J1.pdf 13 J2.pdf 14 K1.pdf 24 T1.pdf
! Aquecimento a lenha Used In Documents: 4 C1.docx 7 E1.pdf
! Aumento da capacidade de armazenamento de água Used In Documents: 3 B1.pdf 6 D1.pdf
! Caldeira Used In Documents: 6 D1.pdf
! Campanha de conscientização - Colaborador
Used In Documents:
1 A1.pdf 3 B1.pdf 4 C1.docx 7 E1.pdf T2.pdf
! Campanha de conscientização - Hóspede Used In Documents: 4 C1.docx 7 E1.pdf 17 N1.pdf 25 T2.pdf
! Captar água da chuva Used In Documents: 3 B1.pdf
13 J2.pdf
17 N1.pdf 19 P1.pdf 21 R1.pdf 25
! Cisternas
Used In Documents:
6 D1.pdf
! Contrato de formecimento suplementar de água Used In Documents: 16 M1.pdf 20 Q1.pdf
! Energia fotovoltaica (investimento) Used In Documents:
4 C1.docx 10 H1.pdf 19 P1.pdf
! Energia solar Used In Documents: 1 A1.pdf 4 C1.docx 7 E1.pdf
! Equipamentos modernos Used In Documents: 4 C1.docx 21 R1.pdf
10 H1.pdf 11 I1.pdf 15 L1.pdf
! Hotel foi modernizado antes da crise Used In Documents: 6 D1.pdf 17 N1.pdf
! Lâmpadas de LED Used In Documents: 15 L1.pdf
! Madeira reciclada - Briquete de serragem Used In Documents: 6 D1.pdf
! Painel solar Used In Documents: 3 B1.pdf
! Poço artesiano Used In Documents: 1 A1.pdf 3 B1.pdf 4 C1.docx 12 J1.pdf 15 L1.pdf 16 M1.pdf 18 O1.pdf 19 P1.pdf 20 Q1.pdf 23 S2.pdf
! Reutilização da água Used In Documents: 1 A1.pdf 3 B1.pdf 6 D1.pdf 24 T1.pdf
! Ser sustentável facilita accesso a crédito e financiamento Used In Documents: 10 H1.pdf 12 J1.pdf
! Substituição de equipamentos por modelos econômicos Used In Documents:
1 A1.pdf 3 B1.pdf 7 E1.pdf
! Tecnologia e eonomia Used In Documents: 4 C1.docx 12 J1.pdf 15 L1.pdf
! Torneiras com temporizador Used In Documents: 7 E1.pdf
! Torneiras que regulam pressão Used In Documents: 3 B1.pdf 6 D1.pdf
13 J2.pdf
17 N1.pdf
15 L1.pdf 17 N1.pdf 21 R1.pdf
21 R1.pdf

Codes
Filter: Is in Group "Crise Hídrica"
! A cidade sentiu mais, aqui no hotel temos fonte própria de água Used In Documents:
21 R1.pdf
! A mudança climática é um risco para o mundo. Não é só no Brasil Used In Documents:

24 T1.pdf
! Alguns hoteís tiveram que remanejar hóspedes Used In Documents:
14 K1.pdf
! Atividades ligadas a água tiveram que ser suspensas Used In Documents:
14 K1.pdf
! Avisos nos apartamentos Used In Documents:
7 E1.pdf
! Calor aumentou devido ao desmatamento Used In Documents:
9 G1.pdf 15 L1.pdf
! Cancelamentos por causa da crise hídrica Used In Documents:
3 B1.pdf 14 K1.pdf 25 T2.pdf
! Cidade de Socorro foi a mais afetada por causa das atividades que dependiam da água Used In Documents:

22 S1.pdf
- ! COnseguimos contornar a crise da água Used In Documents: 18 O1.pdf
- ! Criação de comitê para avaliar a crise Used In Documents:

16 M1.pdf
- ! Crise hídrica afetou a lavoura Used In Documents: 11 I1.pdf
- ! Crise hídrica afetou o turismo Used In Documents: 1 A1.pdf 3 B1.pdf 4 C1.docx N1.pdf 22 S1.pdf 23 S2.pdf

7 E1.pdf 8 F1.pdf 9 G1.pdf 14 K1.pdf 15 L1.pdf 17 25 T2.pdf
- ! Crise hídrica é agravada pelo homem Used In Documents: 1 A1.pdf 3 B1.pdf 14 K1.pdf
- ! Crise hídrica serviu de alerta Used In Documents: 7 E1.pdf
- ! Crise mudou a paisagem Used In Documents: 4 C1.docx 17 N1.pdf
- ! Desperdício de água Used In Documents: 1 A1.pdf
- ! Em várias cidades do Circuito faltou água, mas em Serra Negra não Used In Documents: 13 J2.pdf 22 S1.pdf

! Empresários compromentendo o lençol freático Used In Documents:
7 E1.pdf
! Equie de plantão - Abastecimento água Used In Documents:
5 C2.pdf
! Estoque de água razoável Used In Documents:
6 D1.pdf
! Foi muito afetado em 2014, foi um ano péssimo para o turismo Used In Documents:
15 L1.pdf
! fomos obrigados a fazer o poço artesiano, em função da crise da agua. Used In Documents:
15 L1.pdf
! Fornecimento de água (fontes de abastecimento do estabelecimento) Used In Documents:
1 A1.pdf 9 G1.pdf
! Frear o desmatamento Used In Documents:
4 C1.docx 7 E1.pdf
! Frear queimadas Used In Documents:
7 E1.pdf
20 Q1.pdf
! Hotel possui lavra d'água Used In Documents:
7 E1.pdf
! Intempérie - Temporal é da natureza
Used In Documents:
1 A1.pdf
! Investimento parou por causa da crise Used In Documents:
11 I1.pdf
! Limpeza e desassoreação dos reservatórios Used In Documents:
6 D1.pdf 15 L1.pdf
! Lixo acaba contaminando o lençol freático Used In Documents:

7 E1.pdf
! Medidas preventidas com relação a água Used In Documents:
12 J1.pdf
! Melhorar eficiência energética Used In Documents:
12 J1.pdf
! Mídia informando sobre abastecimento de água do hotel Used In Documents:
3 B1.pdf
! Mudança climática Used In Documents:
12 J1.pdf 13 J2.pdf 20 Q1.pdf 24 T1.pdf
! Mudanças nos procedimentos do hotel Used In Documents:
7 E1.pdf
! Muita gente sem água Used In Documents:
1 A1.pdf
! Muito hotéis, principalmente os menores sofrerão com a crise da água
Used In Documents:
21 R1.pdf
! Ninguém está preparado para outra crise hídrica Used In Documents:
1 A1.pdf 3 B1.pdf 8 F1.pdf 14 K1.pdf 17 N1.pdf 19 P1.pdf 20 Q1.pdf
! Nível de água baixo Used In Documents:
4 C1.docx
! Nós fomos obrigados a ter um gerador próprio do hotel em função das quedas de energia
Used In Documents:
15 L1.pdf 21 R1.pdf
! Número reduzido de funcionários por causa da crise Used In Documents:
14 K1.pdf
! O hotel não sofreu com a crise hídrica Used In Documents:
6 D1.pdf 7 E1.pdf 17 N1.pdf
! Orientar funcionários contra o desperdício Used In Documents:
24 T1.pdf
! Os hotéis sendo obrigados a perfurar o solo pra fazer poço artesiano, pra poder sobreviver também, em função da mudança climática. O que eu acabei de falar,
Used In Documents:
15 L1.pdf 19 P1.pdf
! Planos de adaptação são discutidos nos comitês de sustentabilidade Used In Documents:
24 T1.pdf
! Por causa da crise, tivemos que demitir Used In Documents:
14 K1.pdf 19 P1.pdf
! Praticamente não sentimos a crise da água
Used In Documents:
13 J2.pdf

- ! Problema da água é a má gestão Used In Documents: 15 L1.pdf
- ! Problema da água é mudança climática Used In Documents: 1 A1.pdf 4 C1.docx 7 E1.pdf 12 J1.pdf 20 Q1.pdf
- ! Problema de abastecimento caso haja crise prolongada de água Used In Documents: 6 D1.pdf 9 G1.pdf 15 L1.pdf
- ! Racionamento de água Used In Documents: 1 A1.pdf 8 F1.pdf 22 S1.pdf
- ! Receio de acabar a água na época da Copa do mundo Used In Documents: 4 C1.docx 15 L1.pdf

- ! Redução das regas Used In Documents: 4 C1.docx
- ! Redução de áreas verdes faz com que o calor seja mais percebido Used In Documents: 7 E1.pdf 15 L1.pdf
- ! Redução no tamaho do jardim Used In Documents: 4 C1.docx
- ! Temporal é da natureza Used In Documents: 1 A1.pdf
- ! Teve vasão reduzida Used In Documents: 7 E1.pdf 8 F1.pdf
- ! Turista ligava antes de ir Used In Documents: 3 B1.pdf 8 F1.pdf 13 J2.pdf
- ! Usa serviço público de água Used In Documents: 3 B1.pdf

! Utiliza produtos biodegradáveis Used In Documents: 12 J1.pdf
! Vazão reduzida Used In Documents: 14 K1.pdf
17 N1.pdf

Codes
Filter: Is in Group "Desafios de Gestão"
! Alta rotatividade de funcionários Used In Documents: 21 R1.pdf
! Altos custos com pensão completa Used In Documents: 3 B1.pdf 5 C2.pdf 6 D1.pdf 7 E1.pdf 8 F1.pdf
! Ampliar reservatórios Used In Documents: 6 D1.pdf 8 F1.pdf 15 L1.pdf
! Análise da água (tete de qualidade) Used In Documents: 1 A1.pdf
! As campanhas de conscientização não podem ser pontuais Used In Documents: 24 T1.pdf
! Associaçãodos hoteleiros puco atuante Used In Documents: 1 A1.pdf
! aumento na quatidade de hotéis Used In Documents: 11 I1.pdf
! Classe hoteleira é unida em Lindoia - Parceria Used In Documents:
10 H1.pdf
! Desafio de operacionalizar com qualidade Used In Documents: 7 E1.pdf
! Desafios da gestão hoteleira Used In Documents: 1 A1.pdf
! Desperdicio de energia elétrica Used In Documents: 1 A1.pdf
! Dificuldade de mão de obra especializada Used In Documents: 1 A1.pdf 12 J1.pdf 18 O1.pdf 21 R1.pdf
! Dificuldades em reunir a classe hoteleira Used In Documents:
2 A2.pdf 4 C1.docx 6 D1.pdf
! Evento de autos antigos Used In Documents: 5 C2.pdf
! Falta de união da classe hoteleira Used In Documents:
9 G1.pdf 17 N1.pdf
1 A1.pdf 2 A2.pdf 3 B1.pdf 4 C1.docx 5 C2.pdf 6 D1.pdf
! Falta investimento para o turismo Used In Documents: 8 F1.pdf
! Fazer parcerias Used In Documents: 2 A2.pdf 3 B1.pdf 6 D1.pdf 12 J1.pdf
! Fluxo turístico tem aumentado no último ano
Used In Documents:
11 I1.pdf
! Fortalecer divulgação e bom atendimento Used In Documents:
13 J2.pdf
! Gestão familiar Used In Documents: 7 E1.pdf
! Gestão pública do turismo Used In Documents: 1 A1.pdf 8 F1.pdf 9 G1.pdf
! Hotéis de todo o Circuito Used In Documents: 5 C2.pdf
! Hotel fazenda vs hotéis centrais Used In Documents: 1 A1.pdf 3 B1.pdf
! Incentivos para investimento em tecnologia - água e energia Used In Documents:
12 J1.pdf 16 M1.pdf
! Ineficiência da gestão pública do turismo Used In Documents: 1 A1.pdf 6 D1.pdf 7 E1.pdf 8 F1.pdf
! Investimento alto Used In Documents: 1 A1.pdf 19 P1.pdf
! Lindoia não ficou sem água Used In Documents: 11 I1.pdf
9 G1.pdf 15 L1.pdf 17 N1.pdf 18 O1.pdf
! Melhorar o atendimento Used In Documents:
11 I1.pdf 22 S1.pdf
! Metade dos custos com alimentação Used In Documents:
6 D1.pdf 21 R1.pdf
! Não dá para repassar o aumento para o hóspede Used In Documents:
13 J2.pdf
! não vamos trabalhar em cima disso, vamos nos preocupar quando a crise chegar Used In Documents:

24 T1.pdf
! Negócios ineficientes Used In Documents:
7 E1.pdf
! Normas da vigilância sanitária Used In Documents:
1 A1.pdf
! O "problema" da pensão completa Used In Documents:
1 A1.pdf 3 B1.pdf 5 C2.pdf 6 D1.pdf 8 F1.pdf
! O governo não pode decidir tudo pelo empresariado, o empresariado precisa fazer sua parte e ter consciência de sua importância social.
Used In Documents:
24 T1.pdf
! O Turismo é uma atividade que sempre está se renovando Used In Documents:
22 S1.pdf
! O turismo movimenta a cidade Used In Documents:
13 J2.pdf 15 L1.pdf 17 N1.pdf
! Operacionalizar e dar lucro Used In Documents:
7 E1.pdf
! Parceria entre as cidades do Circutio Used In Documents:
10 H1.pdf
! Parceria para investir em acessibilidade Used In Documents:
12 J1.pdf
! Parceria para reduzir custos na compra de produtos biodegradáveis Used In Documents:
12 J1.pdf 20 Q1.pdf
! Piscina aquecida Used In Documents:
1 A1.pdf
! Praticamente não abalou Used In Documents:
18 O1.pdf
! Principais despesas fixas do hotel Used In Documents:
1 A1.pdf 12 J1.pdf
! Principais despesas são a folha de epagamento e energia elétrica Used In Documents:
13 J2.pdf 21 R1.pdf
! Profissionalizar a gestão hoteleira Used In Documents:
7 E1.pdf 22 S1.pdf
! Reduzir o preço
Used In Documents:
3 B1.pdf 7 E1.pdf 13 J2.pdf 25 T2.pdf
! Troca quando dá defeito Used In Documents:
1 A1.pdf
! Turismo de eventos é forte no Circuito Used In Documents:
11 I1.pdf 17 N1.pdf 21 R1.pdf 23 S2.pdf
! Turismo é a principal atividade econômica da cidade Used In Documents:
15 L1.pdf 17 N1.pdf
! União do setor privado com o público
Used In Documents:
1 A1.pdf 2 A2.pdf 3 B1.pdf 5 C2.pdf 6 D1.pdf 9 G1.pdf 17 N1.pdf

Análise Adaptação a MC no Circuito das Águas Paulista
Codes
Filter: Is in Group "Identificação com o Circuito"
! Afeição pelo Circuito Used In Documents: 11 I1.pdf 22 S1.pdf 23 S2.pdf
! Beleza natural das cidades Used In Documents: 23 S2.pdf
! Capital nacional da água mineral Used In Documents: 11 I1.pdf
! Identificação com o Circuito Used In Documents: 2 A2.pdf 6 D1.pdf 11 I1.pdf
! Independência do Circuito Used In Documents: 2 A2.pdf
13 J2.pdf 22 S1.pdf
! O Circuito, as nove cidades se complementam

Used In Documents:
22 S1.pdf

Codes
Filter: Is in Group "Instâncias de Governança"
! A união tem melhorado com a atuação do Consórcio Used In Documents:
25 T2.pdf
! Conselho Municipal de Turismo Used In Documents: 2 A2.pdf 5 C2.pdf 7 E1.pdf
! Conselho Regional de Turismo Used In Documents: 5 C2.pdf 11 I1.pdf 19 P1.pdf
11 I1.pdf
22 S1.pdf
13 J2.pdf 19 P1.pdf 20 Q1.pdf 22 S1.pdf
! Consórcio faz a interligação entre as nove cidades Used In Documents: 13 J2.pdf 22 S1.pdf
23 S2.pdf 25 T2.pdf
! Consórcio Intermunicipal Used In Documents: 5 C2.pdf 11 I1.pdf 13 J2.pdf 22 S1.pdf
! Hotelaria é muito discutida nas reuniões do CONTUR Used In Documents: 11 I1.pdf
! Mapa da Regionalização do Turismo Used In Documents: 2 A2.pdf
! Os gestores do consórcio são muito unidos Used In Documents:
22 S1.pdf
! Papel do Consórcio é auxiliar os municiíos do Circuito Used In Documents:
22 S1.pdf 23 S2.pdf
! Questão climática é sempre discutida nas reuniões Used In Documents:
20 Q1.pdf
! Região turística Used In Documents:
2 A2.pdf 11 I1.pdf 22 S1.pdf
! Resolver os problemas comuns aos muncípios do Circuito Used In Documents:
22 S1.pdf
! Trabalhamos pela união do Circuito
Used In Documents:
22 S1.pdf